

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

9 a 15 de setembro de 1991 nº 5

O PROBLEMA DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO (Angola)

O processo de paz em Angola, além de requerer a resolução de problemas na área político-militar, apresenta dificuldades na área econômico-social. A questão da oportunidade e da segurança políticas para os investimentos estrangeiros esbarra nas posições dos dois principais parceiros no processo: o MPLA e a UNITA. Para o partido no Governo, a curto prazo, os investimentos externos em infraestruturas sociais, poderá modificar sua imagem perante a opinião pública. Já a UNITA alimenta posições restritivas quanto ao investimento estrangeiro. Faltando ainda cerca de doze meses para as eleições, a alternativa seria a criação de um órgão independente ou integrado na CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar) especializado no estudo, e que avaliaria os grandes projetos de investimento exterior. Alguns membros da direção política da UNITA e da área econômica do MPLA, a princípio, avaliaram o projeto positivamente. (p.16)

CAVACO EM ANGOLA: CONSTRUÇÃO DA PAZ NO FIO DA NAVALHA

A visita do primeiro ministro português Cavaco Silva foi considerada importante (pelo MPLA e pela UNITA) para a concretização da paz em Angola. Cavaco teve, inclusive, uma intervenção pessoal junto à Comissão Conjunta Político Militar, que ajudou a superar algumas dificuldades do processo. A paz em Angola, embora considerada por todos irreversível, ainda estará sobre o fio da navalha enquanto não se proceder ao desarmamento das duas tropas.

Além dos dividendos políticos que o governo do MPLA recolheu da visita de Cavaco, há outros frutos. Angola vai aumentar as suas exportações de petróleo para Portugal, receberá uma boa injeção de dinheiro dos bancos portugueses e a cooperação tomará um novo impulso. Voluntários portugueses trabalharão na reconstrução de Angola sendo, por isso, isentos do serviço militar. (p. 27)

QUEM PODE CONFIAR AGORA EM PRETORIA? (Moçambique)

Na sua conferência de imprensa de 30 de Julho, o presidente de Klerk afirmou que as forças armadas sul-africanas nunca sequestraram ninguém, e nunca obrigaram ninguém a se integrar nas suas fileiras contra a própria vontade. Mas reportagens recentes de AIM e do jornal sul-africano *New Nation* mostram que ou de Klerk mente, ou é ignorante. As fontes referidas contém entrevistas com dois moçambicanos, raptados há

anos e depois obrigados a atuar como soldados do regime racista. Os dois negam que África do Sul tenha algum dia respeitado os termos do Acordo de Nkomati. Nas palavras de Felix Ndimene, um dos sequestrados: "É a mesma África do Sul." (p. 37)

-II-

SOB DOIS FOGOS (África do Sul)

As propostas constitucionais do Partido Nacional foram contestadas tanto pelos Conservadores, oposição branca oficial, quanto pelo próprio ANC. Para um porta-voz daquele partido branco, o novo documento representou pouco mais de que "uma receita para a dominação negra e a supressão dos brancos"; já que o ANC considerou-o "uma fórmula aceitável" neste período de transição, porém "extremamente artificial" para se tornarem permanente. O ANC ainda considerou que o Governo pretende limitar e impedir as consequências da lei da maioria, através uma estrutura federal que criará uma burocracia enorme. Por seu turno, o líder conservador salientou que o projeto de Klerk só terá o efeito de transformar África do Sul num país do terceiro mundo. (p. 39)

ANGOLA: FORUM DA DEMOCRACIA NAO SATISFAZ OPOSICAO

A convocação do forum, lançada pelo presidente J. Eduardo dos Santos não satisfaz a oposição. Esta pretendia que ele fosse deliberativo - e não apenas consultivo, como propôs o presidente - e destinado sobretudo a apreciar as dificuldades que a atual legislação apresenta para o reconhecimento dos novos partidos.

Nesse sentido, o Partido Renovador Democrático (PRD), agora presidido por Joaquim Pinto de Andrade (ver Clipping n.1, pp. iv e 1), convocou, para 15 de Setembro, um plenário de todas as forças políticas visando a elaboração de uma nova lei constitucional.

O PRD, apresentado como uma possível "terceira força" face à bipolarização MPLA-UNITA, tem a simpatia da Igreja Católica. O Partido, contudo, defronta um problema com a entrada de Pinto de Andrade e os militantes da Revolta Ativa [antiga dissidência do MPLA liderada por intelectuais "históricos"]. Esse grupo pode tornar-se majoritário, em detrimento dos nitistas [seguidores do líder populista do MPLA, Nito Alves, mentor da tentativa de golpe de 1977]. (p. 28)

QUAYLE VISITOU CABO VERDE

O vice-presidente dos EUA, Dan Quayle - nesta sua primeira viagem à África - iniciou visita a vários países africanos (Cabo Verde, Nigéria, Costa do Marfim, Namíbia, Malavi, e Zimbábue). No encontro com o presidente cabo-verdiano, Mascarenhas Monteiro, foram assinados acordos de cooperação bilateral para ajuda alimentar, e uma oferta de 1 milhão de dólares. Os EUA são um dos maiores parceiros de Cabo Verde na área alimentar e na formação e assistência econômica. Em contrapartida, vivem nos EUA cerca de 400 mil cabo-verdianos (mais do que nas próprias ilhas de Cabo Verde). (p. 31)

ZAMBIA PROMOVE CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS ECONOMICAS

Um produto químico, o ISS (Ionic Soil Stabilizer), fabricado na África do Sul (embora de patente americana), permite a construção de estradas 75 por cento mais baratas, além de não necessitar de manutenção posterior. O processo também permite a construção de um quilómetro por dia, contra somente um metro do processo tradicional. A África do Sul utilizou esse processo na construção de suas novas estradas e agora, com a abertura política, ele está sendo usado em outros países africanos, como a Zâmbia. (p. 51)

NEGOCIAÇÕES CONSTITUCIONAIS JÁ COMEÇARAM ÁFRICA DO SUL: O JOGO BRANCO

Em 4 de Setembro, o presidente sul-africano, F. W. de Klerk, apresentou ao congresso especial do Partido Nacional, atualmente no poder, propostas constitucionais para um futuro democrático da África do Sul. Segundo elas, o país, hoje constituído por quatro províncias, seria dividido em nove regiões (Natal, Orange, o Cabo dividido em três, Transvaal dividido em três, e mais uma região urbana de Soweto-Pretória-Joanesburgo). Duas câmaras seriam eleitas, ambas por sufrágio universal, uma numa base da representação proporcional, e a outra, com direito ao veto, numa base muito mais contenciosa. Isto é, cada uma das regiões teria um número igual de deputados, e todos os partidos numa determinada região, com mais que 10 por cento dos votos, obteria um número de lugares idêntico aos outros. Como era de se esperar, o ANC, com uma visão mais centralizadora, logo atacou as propostas, caracterizando-lhes como "uma tática para negar o poder ao maioria negra." Mas com certeza, ambos os lados têm as suas exigências máximas, tal como as mínimas; a esperança é que o processo de negociação chegará às últimas sem recurso à violência. (pp. 47 e 48)

DEMOCRACIA AFRICANA: MOBUTU TAMBÉM (Zaire e outros)

Nos países africanos francófonos, uma conferência nacional parece ser a maneira preferida de tentar implementar (ou seja, controlar, segundo a versão mais cínica) o processo de democratização. No Zaire, Presidente Mobutu Sese Seko, auto-empossado há 26 anos, tentou esta semana infiltrar 600 delegados seus na conferência nacional do país. Resultado: a União Sagrada, coligação opositora, boicotou a sessão. Entretanto, experiências de outros países mostram que, quanto mais cedo, rápido e breve se realiza a conferência, maior a chance dos homens fortes manterem-se no poder. Em Congo-Brazzaville e Togo, esta lição não foi bem entendida. (p. 50)

REVELAÇÕES SOBRE INTENTONA EM MOÇAMBIQUE

Nas últimas notícias sobre o frustrado golpe de estado em Junho passado, o procurador-geral da República afirmou que seis das 21 pessoas detidas já se encontram em liberdade por falta de provas. Entre os ainda detidos, destacam-se Sebastião Mabote [que, segundo AIM, foi demitido em 1986 sob suspeito de ter fornecido armas à Renamo], Manuel António, e José Moiane, todos militares e veteranos da luta armada, e três irmãos do falecido Presidente Samora Machel. O processo contra os reus será nos termos da Lei 2/79, que trata de crimes contra a segurança do estado, mas não vai ser aplicada a pena da morte prevista nessa lei. Ela agora está proibida pela nova Constituição. (p. 34)

ESPIRITO SANTO LANÇA-SE NA PRIVATIZAÇÃO DO CAFÉ DE ANGOLA

O governo de Angola privatizará todas as roças de café do país. As pequenas e médias se destinarão aos agricultores angolanos; as de grande dimensão serão cedidas, por licitação pública, a grupos internacionais (os primeiros interessados são norte-americanos, iranianos e ingleses). Mesmo com novos projetos e investidores para as áreas agrícola, da agro-indústria, das comunicações e das obras públicas, os maiores investimentos em Angola são realizados por espanhóis, franceses, sul-africanos e portugueses. (p. 17)

PRETORIA VENDE RESERVAS DE PETRÓLEO (África do Sul)

O Governo sul-africano anunciou que irá vender os estoques de petróleo, acumulados durante os longos anos de isolamento e de sanções econômicas. Já que as quantidades armazenadas por Pretória valiam cerca de US\$400 milhões, a venda proposta terá impacto no mercado mundial de "crude." [Os problemas técnicas de armazenamento de tais quantidades por períodos prolongados, levou os sul-africanos a várias inovações científicas]. (p. 46)

TV'S DE LINGUA PORTUGUESA CRIAM ORGANIZAÇÃO (PALOP)

O III Encontro de Televisões de Língua Portuguesa (Sal, Cabo Verde, 9-13 Setembro 1991) tem como destaques a constituição de uma organização englobando os participantes (OTLP) e a emissão, na quinta-feira 12/09, de um programa feito a partir de produções realizadas por países lusófonos, sendo a primeira vez que um programa não-desportivo é transmitido via satélite para Portugal, Africa, Macau, Brasil e Estados Unidos, e que "os PALOP se verão uns aos outros" pela televisão. (p. 01)

PINTO DE ANDRADE NO PRD (Angola)

PINTO DE ANDRADE É PRESIDENTE DO PRD (Angola)

Joaquim Pinto de Andrade, líder da Associação Cívica Angolana (ACA), filiou-se ao Partido Renovador Democrático (PRD), sendo eleito seu presidente. O PRD pretende ser uma força de esquerda liberal, vindo a constituir-se numa "terceira via", alternativa a MPLA e UNITA. (p. 04)

UNITA-MPLA: IMPERA A DESCONFIANÇA

ANGOLA PRETENDE CONFERENCIA NACIONAL

O processo angolano de pacificação permanece com dificuldades em seu desenvolvimento, havendo atraso na concretização do programa de paz de Bicesse, especialmente no que diz respeito ao acantonamento das tropas das FAPLA (governo) e FALA (UNITA), com troca de acusações entre as partes. Neste contexto, ganha corpo a ideia da convocação de uma conferência nacional, embora existam divergências acerca de suas atribuições, desejando o governo um fórum consultivo, e as demais forças políticas uma instância com poderes para alterar a legislação vigente. (pp. 07 e 12)

COMICIO DO MPLA AFASTOU SAVIMBI

QUEM TRAMOU CAVACO SILVA? (Angola)

Cavaco Silva, primeiro ministro português, buscou sem grande sucesso minimizar a marca partidária que o regime de Luanda imprimiu à sua visita durante sua estadia em Angola. Ele esteve sempre acompanhado por faixas e cartazes do MPLA, que o saudavam como o "artífice do processo de paz" e afirmavam a "amizade entre o MPLA e o PSD", (partido de Cavaco). (ver pp. 05 e 06). Na parte do programa da que se referia a "contato com a população", este traduziu-se em uma participação compulsória do primeiro ministro num comício organizado pelo MPLA em Luena. (ver p. 08).

Cavaco Silva fez repetidas referências a contribuição da UNITA e de Jonas Savimbi para a obtenção da paz, visando com essa afirmação minimizar o sucesso da propaganda do MPLA.

Essa situação ocorreu por uma escolha do primeiro ministro português que possuía duas alternativas: atrasar a visita - sendo assim ultrapassado por Collor e Felipe Gonzalez - e garantir encontro com Savimbi em Luanda, ou antecipar-se ao chefe de governo espanhol, correndo o risco de aproveitamento político por parte do MPLA.

Apesar da escolha da segunda alternativa manteve-se a data "em aberto" à espera da confirmação do dia da chegada de Savimbi a Luanda. Como isto não ocorreu, Cavaco Silva preferiu adiantar-se aos demais governos visando também dividendos partidários na luta eleitoral em Portugal. (ver p. 15). Quanto ao cancelamento da viagem de Felipe Gonzalez, o primeiro ministro português só ficou ciente quando já estava em solo angolano. Tentou então aproximar-se de Savimbi marcando uma visita a Luena, mas esta foi devidamente montada pelo MPLA, o que demonstrou também a difícil transição das matas para a luta política da cidade enfrentada pela UNITA.

De acordo com o primeiro ministro português, Savimbi não compareceu "por dificuldades logísticas" (ver p. 19). Nas conversações entre Ca-

vaco Silva e o presidente José Eduardo dos Santos, o chefe do governo português pediu maior empenho do MPLA nas questões do cessar-fogo e das eleições, além de advertir ao presidente dos Santos da importância da escolha de um nome adequado para substituir Lopo do Nascimento à frente da delegação MPLA na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM). (ver p. 19)

Em seu último dia em Angola Cavaco Silva recebeu as visitas de Holden Roberto e Joaquim Pinto de Andrade, que afirmaram estarem sendo marginalizados do processo de implementação da democracia em Angola (ver p. 09), além do encontro com Salopeto Pena, chefe da delegação da UNITA na CCPM. (pp. 08 e 09)

PETROGAL: ANGOLA PODERÁ PARTICIPAR

A SONANGOL (empresa petrolífera angolana) poderá vir a participar do capital da PETROGAL (empresa petrolífera portuguesa), no quadro da próxima privatização desta última, enquadrando-se na reserva de 19 por cento de capital destinado pela PETROGAL a investidores estrangeiros. Discute-se também a constituição de uma empresa entre a PETROGAL e a SONANGOL para o desenvolvimento de uma rede de distribuição de combustível em Angola. (p. 09)

O GOVERNO DE LUANDA QUER ATRASAR PROCESSO ELEITORAL (Angola)

Analizando a atual situação política de Angola, o chefe da delegação da UNITA na CCPM, Elias Salupeto Pena, afirma que o processo de aplicação dos acordos de paz não está avançado, devido a manobras do governo, que estaria atrasando o processo para adiar as eleições, que, segundo ele, certamente trariam resultados negativos para o MPLA. (p. 10)

A UNITA NAO VAI ESQUECER (Angola)

A não-realização do encontro entre Cavaco Silva e Jonas Savimbi tem como consequências um possível esfriamento nas relações entre a UNITA e o governo português, representando também "em diferentes medidas", derrotas internas para um e outro, num momento em que o governo brasileiro revê sua posição de apoio incondicional ao MPLA. (p. 14)

EDUARDO DOS SANTOS REUNE-SE COM BUSH (Angola)

O chefe de Estado angolano vai encontrar-se com o presidente norte-americano, que apoia a UNITA, no próximo dia 16. Na agenda estarão as transformações políticas e econômicas desenvolvidas em Angola e, talvez, a problemática da África Austral. (p. 18)

PRESIDENTE COLLOR VISITA ANGOLA

O presidente brasileiro, que ainda visitará o Zimbábue, Moçambique e a Namíbia, declarou que Angola é o principal parceiro africano do Brasil e que, com a retomada da paz, será um dos principais polos de desenvolvimento da África Austral. Afirmou ainda que há estudos para aplicações de investimentos e financiamentos em importações e para retomada das linhas de crédito a curto prazo, suspensas há dois anos devido à crise econômica brasileira. (p. 30)

CINCO EX-MINISTROS DE S. TOMÉ VAO RESPONDER EM TRIBUNAL

O Governo são-tomense acusa diversos ex-ministros do MLSTP da prática de atos de corrupção. Entre eles está o ex-primeiro Celestino da Costa. O caso, que remonta a 1987, quando foram construídos, com fundos do Banco Mundial, 120 casas pré-fabricadas e três hospitais, ganha agora coloração política entre o MLSTP-PSD, agora na oposição, e o Governo, sustentado pelo PCD, do primeiro ministro Daniel Daio. (p. 36)

GREVE DE FOME NA AFRICA DO SUL

Um preso branco neo-nazista encontra-se numa situação de saúde extremamente grave, após 57 dias de greve de fome, e a possibilidade de sua morte iminente traz preocupações políticas para o Governo sul-africano, e para o ANC. Henry Martin e mais dois presos são acusados de terrorismo, e estão protestando contra a decisão oficial de não os indultar, embora sejam considerados presos políticos. Nelson Mandela já visitou os três, o que provocou protestos, sobretudo na extrema direita, cujo representante afirmou logo que os verdadeiros combatentes vêem Mandela como inimigo. (p. 38)

APARSTROIKA (Africa do Sul)

Num comentário no semanário lisboeta *Expresso*, o jornalista moçambicano Benjamim Formigo caracteriza a nova distensão sul-africana como "aparstroika" [trocadilho das duas palavras perestroika e apartheid]. Argumentando de uma perspectiva histórica, o ensaísta raciocina que o exemplo do golpe frustrada na URSS, levado a cabo pelas forças conservadoras, mostra a necessidade de levantar as sanções contra Africa do Sul, para evitar que a mesma coisa ou semelhante aconteça lá. De certeza, escreve Formiga, acrescentando mais um argumento a favor de levantamento de sanções, Nelson Mandela não quer ver o seu país afundar-se economicamente. (p. 41)

EXPRESSO, SÁBADO 7 DE SETEMBRO DE 1991

TV's de língua portuguesa criam organização

O TERCEIRO Encontro de Televisões de Língua Portuguesa, que começa na segunda-feira no Sal, Cabo Verde, e se prolonga até sexta-feira, será também o último, coincidindo o seu encerramento com a constituição da OTLP — Organização das Televisões de Língua Portuguesa.

As autoridades caboverdianas estão a dar grande apoio e importância ao encontro, que deveria aliás ter ocorrido no ano passado e que foi adiado devido à situação de instabilidade política no arquipélago.

A provar este interesse, o facto de o Presidente da República caboverdiano ter gravado uma pequena mensagem que será difundida durante o encontro, que conta ainda com a presença, nas sessões de abertura e encerramento, de membros do Governo local.

Na quinta-feira, penúltimo dia do encontro, será transmitido um programa já considerado «histórico» pela

RTP. Trata-se da primeira vez que um programa não-desportivo é emitido em simultâneo e via satélite pela RTP e estações de televisão que transmitem em português em África, Macau, Brasil e Estados Unidos.

O programa chama-se «Em Português nos Entendemos» e é uma produção da RTP de cerca de uma hora, construída com base em produções em língua portuguesa enviadas por aquelas televisões.

Espelho de produções

O Director de Cooperação e Relações Internacionais da RTP, Carlos Pinto Coelho, explicou ao EXPRESSO que a ideia foi «construir um espelho das produções» que actualmente se fazem em língua portuguesa em todo o mundo.

O título do programa é, aliás, o mesmo de um magazine que está previsto vir a constituir um dos pontos fortes da programação da RTP Interna-

cional, projecto que visa transmitir diariamente e via satélite três horas de programação concebida para as comunidades de língua portuguesa.

O magazine será constituído com base em pequenos blocos fornecidos pelas televisões dos PALOP, e «será a primeira vez que os países africanos de expressão oficial portuguesa se verão uns aos outros» através da televisão, segundo Carlos Pinto Coelho.

O projecto da RTP Internacional de iniciar emissões diárias está já completamente pronto, incluindo a cobertura mundial por satélite para todas as zonas do globo à excepção da Ásia (que a televisão de Macau assegurará, tendo já mostrado interesse na aquisição do programa).

O mesmo conceito de «espelho de produções» seria igualmente alargado através da contribuição de todas as estações de língua portuguesa no mundo, permitindo às co-

munidades portuguesas verem o que se passa com os contemporâneos no resto do Globo.

Este projecto aguarda apenas a «luz verde» por parte do Governo, sendo provável que tal não venha a acontecer antes das eleições legislativas.

As eleições portuguesas são também de alguma forma condicionantes da data de inauguração formal da Televisão de São Tomé e Príncipe, integralmente projectada pela RTP, desde a construção civil à formação técnica.

A estação de televisão, que orçou em meio milhão de contos, totalmente suportados pelo Governo português, está completamente pronta, aguardando apenas a definição pelas autoridades de ambos os países de uma data para a sua entrega formal.

Até agora, aquela televisão — a mais nova estação do continente africano — tem estado a emitir em regime experimental, praticamente apenas durante os fins-de-semana.

Ou o Primeiro-Ministro caiu numa armadilha política montada pelo MPLA, ou a armadilha foi apenas aparente e tudo não passou de uma estratégia congeminada em conjunto pelos serviços de propaganda do PSD e do MPLA. O certo é que em Angola, e particularmente em Luena, Cavaco Silva tornou-se o protagonista visível de uma imensa operação de campanha eleitoral do MPLA. Talvez, por isso e avisadamente, Savimbi e a UNITA mantiveram-se à margem da visita a Luena, ao contrário do que estava previsto.

Resta saber se o banho de multidão de Luena, as bandeirinhas, as faixas, as danças organizadas, enfim, todo o folclore propagandístico que caracteriza a política nos países de partido único, se destinou a reverter só a favor dos interesses eleitorais de José Eduardo dos Santos, ou também dos de Cavaco Silva. A segunda hipótese parece-me bem mais provável, a avaliar pelo tom apologético do correspondente local da RTP (curiosamente, o comissário político do PS na Televisão, durante os tempos do Bloco Central).

Seja como for, inadvertidamente ou não, esta é a segunda vez que o Primeiro-Ministro de Portugal se vê pessoalmente envolvido em manobras eleitorais nos PALOP. E sempre do lado do poder estabelecido — ontem marxista-leninista, hoje «social-democrata». No Verão passado, em S. Tomé e Príncipe, Cavaco foi dar uma ajuda ao MLSTP, a quem chegou a pôr à disposição conselheiros de «marketing» eleitoral do PSD. Mal aconselhado e mal informado, o Primeiro-Ministro comprometeu-se com um poder corrupto e ditatorial que conduziu S. Tomé à miséria e que, inevitavelmente, foi varrido nas eleições. Hoje, os amigos de Cavaco Silva em S. Tomé enfrentam acusações de corrupção perante a justiça, os empresários portugueses que



As campanhas de África

É a segunda vez que o Primeiro-Ministro de Portugal se vê pessoalmente envolvido em manobras eleitorais nos PALOP. E sempre do lado do poder estabelecido — ontem marxista-leninista, hoje «social-democrata».

ele apoiou e financiou em S. Tomé retiraram-se em condições de falência enxovalhantes para Portugal e o novo poder saído das primeiras eleições livres desconfia, avisadamente, da representação diplomática portuguesa nas ilhas.

É de esperar que o mesmo não suceda na Guiné-Bissau onde, contudo, parece ser o Presidente Soares quem chamou a si, desta vez, a tarefa pedagógica de reconverter o ditador em posto aos sortilégios da democracia. O mesmo Nino Vieira que ainda há uns anos atrás rejeitou os apelos à clemência do seu amigo Soares e mandou fuzilar alguns dos seus adversários políticos. O mesmo Nino Vieira, ligado a interesses empresariais portugueses, e que esta semana, de visita a Soares no Vau, exclamava candidamente: «A oposição nunca está satisfeita!»

Sim, eu sei. Existem os interesses dos empresários portugueses em África, os ditames da «real politik», a atracção quase inexplicável que nos une a esses trópicos e a esses povos. Não sou insensível a isso, antes pelo contrário, sei bem o que é o chamamento de África. Mas repugna-me a ideia de que pac-

tuar com os ditadores locais, com o seu poder corrupto e com a sua criminosa ineficácia governativa — ou seja, reduzir a nossa política externa em África a um manual de hipocrisia, decalcado do francês — seja a melhor maneira de garantirmos as nossas obrigações no presente e de assegurar os nossos interesses no futuro.

Reunidos no Ghana, esta semana, a centena de países que fazem parte do outrora prestigiado Movimento dos Não-Alinhados passa justamente em revista o balanço de trinta anos de ilusões perdidas, de erros e de crimes cometidos. Significativamente, os pontos prioritários da agenda deixaram de ser o habitual caderno reivindicativo dirigido ao Norte desenvolvido, para passarem a ser a tarefa de dotar cada país pobre de um sistema político multipartidário e garante dos direitos humanos. Já ninguém fala no direito de não ingerência. Todos os ditadores de África sabem que o vento já não sopra de Leste, que não há cobertura marxista que possa continuar a encobrir o que não passou nunca de um imenso embuste, assente no arbítrio pessoal e na mais pura barbárie. Onde a democracia e a liberdade de imprensa ensaiaram timidamente os primeiros passos em África, nos últimos anos — no Botswana e nas Ilhas Maurício, por exemplo — ditaduras na África negra deixaram em todo o lado os países reduzidos à miséria mais ignóbil, os recursos naturais depauperados e as doses maciças de auxílio externo canalizadas para as contas suíças dos governantes.

Continuar a apostar neste estado de coisas não é apenas um erro de visão, é uma irresponsabilidade. Talvez a mudança de poder nos PALOP nos cause algum transtorno diplomático, com a substituição de interlocutores ou de canais de comunicação. Mas, afinal de contas, a democracia não muda de regras quando se muda de hemisfério.

O novo ciclo da cooperação luso-africana (III)

1. Não nos parece ser possível pensar na cooperação com os países africanos sem invocar as excepcionais adversidades que houve que vencer, em ambos os campos, para o restabelecimento e desenvolvimento das novas relações. Em boa verdade, no muito longo e não pacífico processo que levou à independência política as antigas colónias portuguesas, consumiram-se as possibilidades de uma cooperação automática, imediata e vantajosa como sucedeu na liquidação de quase todas as situações coloniais. Pelo contrário, forçados esses povos à guerra, forçados foram eles, também, durante ela e nos anos a seguir às suas independências, a uma cooperação engorçada, mais intensa e privilegiada com um dos blocos que disputava a hegemonia mundial — aquele que lhes fornecia e garantiu os meios de luta e os de sobrevivência.

Não houve, por isso, no caso português, como quase sempre aconteceu, a transformação da relação colonial em relações de privilégio entre o colonizador e os novos estados, relações que amenizam e traseiram a ruptura e dão ali ao futuro que as partes se propõem construir juntas, em cooperação. Isto é, no caso dos Estados africanos que falam português oube a terceiros, pelas razões já referidas, e aproveitamento das vantagens iniciais da cooperação. Ficou-nos (por degradação, quase completa, de condições que, de outro modo, seriam vantajosas e, talvez, únicas) reiniciar relações e em tempo adverso.

2. Os países africanos de língua oficial portuguesa, por opção própria ou resultante da forma como conquistaram a independência, organizaram, durante a luta, os seus sistemas de sociedade, inspirados, com maior ou menor grau de aproximação, nos modelos do Leste europeu — e com eles se lançaram na aventura da sua existência autónoma e soberana. Hoje, obviamente, não reconhecerá que eles não poderia resultar em triunfo o que, por todo o lado e como é indiscutível, falhou rotundamente: com dramáticos prejuízos. Os mesmos princípios teriam de pro-

duzir fatalmente os mesmos resultados, ali infelizmente agravados em excesso. Assimale-se, no entanto, a diferença, que se deve reconhecer, de que vencidos os momentos justificados do radicalismo inicial, avaliada a experiência, entrou a África que fala português (com início nítido em Bissau, que vigorosamente encetou transformações profundas no seu sistema económico), ainda antes dos acontecimentos transformadores a Leste, numa evolução que atempadamente os conduzir, assim o podemos esperar, a outros modelos socioeconómicos opostos aos da etapa primeira.

3. Esta evolução, embora nítida, tem sido, até ao momento, conduzida com prudência. A democracia política e os instrumentos que a servem, a economia de mercado, o desenvolvimento agora planeado em termos realistas — são as metas que hoje vemos propostas nesses países. Os princípios são os que por todo o lado têm conduzido à prosperidade, ao progresso — esperemos que ali se vejam, também, os resultados. Para já a evolução em curso trouxe consigo o valor supremo da paz para Angola e, brevemente, também para Moçambique. É excelente que os líderes destes dois países tivessem finalmente conseguido chegar ao limiar de paz, condição sem a qual não haverá desenvolvimento nem se combaterá eficazmente a fome, a doença e o atraso de milhões de seres humanos.

4. São todas estas circunstâncias que foram a cooperação luso-africana a iniciar um novo ciclo. Primeiro, as constantes e profundas alterações do quadro internacional; depois, a situação africana, a reclamar, de um modo geral, tratamento urgente e eficaz; acrescido, ainda, a experiência acumulada por Portugal e as evoluções que ocorrem, neste momento, em todos os países africanos de língua oficial portuguesa. A interação de todos estes factores traz consigo necessariamente, de imediato, alterações significativas. A Portugal põe-se, por isso mesmo, um novo desafio no plano da cooperação luso-africana. Estamos hoje bastante mais perto desses países, desde logo no plano político.

Estamos hoje mais perto dos países africanos de expressão portuguesa, desde logo no plano político, pois é previsível que as alterações já verificadas e as que é possível prever aproximam do nosso os regimes políticos para que tendem



Luís Fontoura *

co, visto ser previsível que as alterações já verificadas e as que é possível prever aproximam do nosso os regimes políticos para que tendem. A democracia tem a mesma e única linguagem, persegue, em toda a parte, os mesmos valores e, sendo assim, a nossa convivência será para o futuro mais fácil. Os regimes que estão, ali, em vias de se extinguirem eram, só por si, a recordação viva e permanente de uma guerra cruenta de mais de uma década. O seu desaparecimento enterra definitivamente esse mau momento de relacionamento luso-africano. Mas além da alteração da nossa convivência política — em breve teremos modificações profundas no plano económico. Não se perderá mais tempo na tentativa sempre inglória de compatibilizar sistemas económicos inspirados em princípios e objectivos que por natureza se excluíam.

Aos sistemas rigidamente concebidos, construídos e alimentados exclusivamente numa perspectiva político-ideológica, de que está ausente a dialéctica que estimula o progresso, que se tentou implantar nos PALOP — opunhamos nós um sistema não comandado pelo estado ideológico e gerente mas pela sociedade em si própria, pelo mercado que selecciona e impõe as suas escolhas, um sistema aberto e de virtualidades inesgotáveis. Os dois sistemas não podiam encontrar, no económico, o que estava excluído dos seus objectivos finais. Outros hori-

zontes se desenham agora para uma cooperação económica mais eficaz, mais aberta, por em breve estarmos perante sistemas económicos regidos pelos mesmos princípios. Acresce que a paz em Angola e, depois, em Moçambique vai possibilitar a reconstrução destes dois países; nessa tarefa gigantesca Portugal terá um quinhão relevante. A nossa vontade de cooperar, a nossa experiência, serão de grande utilidade. Agora, mais do que nunca.

5. Na ideia de que o até agora dito possa constituir tema para ponderações mais sólidas e focundas — resta apenas recordar que, no entanto, eleger uma política externa, por mais adequada que ela seja, por mais conforme aos interesses nacionais que se revele, não basta. É que não é suficiente aos países terem uma ideia clara do sentido da sua convivência, no presente e no futuro. É imprescindível ainda agir de forma que o respectivo poder nacional se mantenha apto a garantir, interna e externamente, as condições que permitam, e potenciem, a execução das acções que no seu conjunto concorrem para a concretização dessas ambições. Ora, o poder nacional português, debilitado nos primeiros anos da revolução, só agora, na estabilidade política destes últimos seis anos, encontrou condições de decisivo robustecimento porque o seu segmento económico (sempre o mais débil e também o mais decisivo nas pequenas potências) só agora come-

ça a mostrar-se sólido e consistente.

Carecíamos, realmente, de um poder nacional forte e este tem de ter, na sua raiz, uma economia saudável e sólida que influencie todos os outros elementos que o constituem. O esforço português tinha de dirigir-se pois, realisticamente e em primeiro lugar, a si próprio. A primeira prioridade devia ser, como foi, o reforço do nosso poder nacional, condição sem a qual não seria possível ambicionar uma política de cooperação eficaz que nos conduza aos objectivos que continuam a interessar-nos.

Hoje já é possível ao Governo português consagrar à cooperação 0,23 por cento do nosso produto interno bruto, ou seja, em apuramento provisório, mais ou menos 17 milhões de contos. Não é já o suficiente, certamente; é agora possível, que será, naturalmente, acrescentado à medida que o nosso próprio desenvolvimento se for materializando, e à medida que as transformações nos PALOP naturalmente justifiquem maiores esforços do Estado português. Em Portugal há hoje condições para um novo ciclo de cooperação, condições que devemos mobilizar e integrar com outros meios de proveniência alheia. Cremos que, não sendo pensável exigir, ao Estado português, enquanto tal, um esforço suficientemente maior do que já suporta neste momento, deveríamos talvez caminhar para o plano internacional, procurando dominar, com perícia, os mecanismos complexos criados exactamente para fomentar o desenvolvimento, de forma a aproveitar a utilização de financiamentos que, ajudando o progresso dos países africanos, permitissem a nossa cooperação e às nossas empresas candidatar-se propostas capazes de obterem o seu patrocínio.

Noutras palavras, Portugal tem de aprender a suprir a sua própria incapacidade financeira através de um melhor conhecimento do funcionamento e das disponibilidades dos organismos internacionais. Para estes será, aliás, vantajosa, a nossa colaboração, desde que demonstramos, o que não é difícil, não só as nossas capacidades téc-

nicas do presente (bastante adaptáveis às condições africanas) como ainda, e talvez sobretudo, os conhecimentos que temos das gentes e das terras, dos problemas e virtualidades desses países; aliás, isto mesmo poderemos fazer valer em acções em que intervenham empresas de outros países ou estes mesmos.

6. Os novos tempos são, também, de desafio para os países africanos de língua oficial portuguesa. A coragem de fazer a paz implica a responsabilidade de manter a paz, e a paz não é apenas fazer calar as armas. Além disso, e como sua condição primeira, é assegurar com seriedade, a todos, a liberdade do exercício da cidadania; é garantir, a todos, o acesso à saúde, ao ensino, aos frutos do progresso económico. Só na paz isso se garante — mas só isso garante a paz.

Os dirigentes dos países africanos que falam português assumiram, perante a história, há 13 anos, a responsabilidade de tornarem independentes, e soberanos, os seus países. Têm agora a responsabilidade do seu desenvolvimento — responsabilidade mais nítida pelos equívocos duramente vividos no passado recente, pelas experiências frustradas que vão encerrando com grande clareza e patriotismo. A tarefa tornou-se agora mais árdua ainda. Não é fácil, de par com a democracia política, a transformação e a recuperação dos mecanismos económicos de uma base material planificada, de figurino marxista, para uma economia aberta. É um processo lento e complexo — que não pode prescindir de complexas alterações institucionais e de reformas estruturais amplas. Ficamos confiantes em que o êxito será a compensação final.

7. A política de cooperação como se escreveu já, é por natureza evolutiva. É um conjunto de relações a que é necessário dar idade para melhor lhe compreendermos a essência. As dificuldades do primeiro ciclo estão vencidas — as que vêm aí constituirão, certamente, um novo, um belo desafio.

* Antigo secretário de Estado para a Cooperação e Desenvolvimento. Docente universitário (ISCEP)

Empresários portugueses espreitam Cavaco em Angola

A DELEGAÇÃO de empresários portugueses "deposita grandes expectativas" na visita do primeiro-ministro Cavaco Silva a Angola, como o comprova "o facto de em três dias se terem inscrito representantes de quarenta empresas" na missão preparada pela Associação Industrial Portuguesa (AIP), afirmou ao PÚBLICO Carvalho Pereira, director do serviço de Cooperação Internacional da AIP.

Não existem negócios em agenda, nem protocolos de cooperação a assinar. O objectivo desta missão é essencialmente "aproveitar o clima criado por este momento político", desenvolvendo contactos e, se possível, "ultrapassar algumas barreiras que estejam a travar este ou aquele investimento".

Ainda segundo Carvalho Pereira, a grande adesão dos empresários a esta missão da AIP (que integra empresas como a EDP, Marconi, Mabor, RAR, Grão Pará, UMM, Soares da Costa, FNAC e Antral Cipan) deve-se ainda, não só à curiosidade sobre o que resultará do encontro entre Cavaco Silva e José Eduardo dos Santos, como "ao grande interesse na aposta em Angola - apesar dos poucos projectos con-

cretos em curso - pois só assim se pode explicar uma adesão como esta a uma missão que foi preparada em cima da hora".

A missão da AIP foi organizada segundo dois tipos de iniciativas, uma que tem como objectivo promover encontros entre os empresários portugueses e representantes das instituições angolanas e uma outra que tem agendadas diversas reuniões de carácter técnico. Entre os encontros, destaca-se o seminário organizado pela Câmara de Comércio e Indústria de Angola, que se realizará na próxima quinta-feira em Luanda e contará com as intervenções do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e do primeiro-ministro português.

A Associação Industrial Portuguesa tem já marcada uma outra missão empresarial a Angola após a visita de Cavaco Silva e que decorrerá de 23 a 27 de Setembro. Segundo Carvalho Pereira, é previsível que nessa altura sejam já dados passos mais concretos entre as empresas portuguesas e as autoridades angolanas. Telecomunicações, agro-indústria e construção serão algumas das áreas em destaque. ■

Luená

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 8 DE SETEMBRO DE 1991

NA VISITA a Angola, o primeiro-ministro português foi a Luena, um dos pontos assaz vergastados pela guerra civil. Recepção e comício de grande espectáculo. Em África é assim: a sabedoria que leva as pessoas, mesmo cheias de cicatrizes, à criação da alegria da dança e dos cânticos, da música inigualável, em comunhão estreita com os seus espíritos, com o maravilhoso, num mundo de crenças, guinada alta bem longe da terra batida, sonolenta. Ritmos no corpo e na alma que imensos portugueses (apesar dos laços históricos) estão agora a aprender.

CAVACO ENCONTRA-SE COM OPOSIÇÃO ANGOLANA — Cavaco Silva tem hoje de manhã, em Luanda, três encontros que não estavam previstos no programa da visita que está a efectuar a Angola. Um deles é com Holden Roberto, líder da FNLA, o outro com o Joaquim Pinto de Andrade, ex-dirigente da ACA, e que aderiu recentemente ao PRD, e por último o primeiro-ministro encontra-se com Salupeto Pena, o chefe da delegação da UNITA na CCPM — a Comissão Conjunta Político-Militar.

CAVACO DISCURSA EM LUANDA — "Posso assumir o compromisso perante o povo angolano de que o Governo português terá como prioridade chamar a atenção da Europa para o problema do desenvolvimento dos Estados africanos e, em particular, para a indispensável solidariedade comunitária e internacional na reconstrução de Angola". Foram palavras proferidas por Cavaco Silva durante o jantar que ontem lhe foi oferecido por José Eduardo dos Santos. O primeiro ministro referia-se ao facto de Portugal assumir a presidência da CE no próximo mês de Janeiro, tomando-o como base do compromisso agora declarado. Cavaco sublinhou a continuação da disponibilidade de Portugal para "dar todo o apoio que as partes entendam necessário", para lá da condição portuguesa de observador na estrutura do processo de paz, e declarou-se confiante de que "chegou a hora de os angolanos aproveitarem as potencialidades do país iniciando desde já o que foi destruído com a guerra".

Promessa

UMA deslocação prometida pelo primeiro-ministro e agora concretizada. Correcto: antes das eleições legislativas. Em que o visitante falou de cooperação, da disponibilidade portuguesa nesse âmbito. E de reconciliação, paz, progresso, na cena angolana. *Muxima!* (coração), gritou, em Luanda, uma anciã, envergando os seus melhores panos. Um discurso — em todas as direcções — numa só palavra. O mais brilhante e denso de todos. Aquele que *disse* mais. Por ele, valeu a pena a viagem.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 8 DE SETEMBRO DE 1991

Pinto de Andrade no PRD

O LÍDER da Associação Cívica Angolana (ACA), Joaquim Pinto de Andrade, aderiu ao Partido Renovador Democrático (PRD), cuja chefia deverá assumir — disse ontem à agência Lusa, em Luanda, fonte partidária. O objectivo do PRD é vir a ser uma força de esquerda liberal, que represente uma "terceira via", entre o MPLA e a UNITA. E conta com a candidatura de Pinto de Andrade para conseguir um Presidente da República "capaz de forjar a unidade nacional, a tranquilidade e a equidade no desenvolvimento", conforme o mês passado afirmou ao PÚBLICO um dos seus dirigentes. ■

Papa quer ir a Angola

JOÃO PAULO II reafirmou ontem ao episcopado angolano o seu desejo de se deslocar àquele país, no próximo ano, para encerrar as celebrações do 5º centénário da evangelização da África Ocidental e Central. Nenhuma data foi já adiada para esta viagem, indicou o Vaticano, mas pensa-se que poderá ser realizada em Junho ou Setembro de 1992, altura em que o Papa realizará a sua oitava viagem à África central para visitar, entre outros países, São Tomé e Príncipe e talvez a Namíbia. O Papa estará em África em Fevereiro próximo para uma visita pastoral de uma semana ao Senegal e à Gâmbia. Num discurso endereçado aos bispos angolanos João Paulo II convidou-os a promover uma campanha de educação para a paz e o diálogo, a fim de reduzir as divisões causadas pelo conflito que devastou o país. ■

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 8 DE SETEMBRO DE 1991

Pinto de Andrade é presidente do PRD

JOAQUIM Pinto de Andrade, presidente da Associação Cívica Angolana (ACA), foi eleito presidente do Partido Renovador Democrático (PRD, na oposição). Teólogo de formação, particularmente estimado nos meios católicos angolanos, Pinto de Andrade era, até agora, considerado com um próximo do MPLA, por ter combatido nas suas fileiras.

POLÍTICA

Sem estar ainda confirmado o encontro com o líder da UNITA

Cavaco Silva recebido com entusiasmo em Luanda

Do nosso enviado Joaquim T. de Negreiros em Luanda

"Viro Cavaco da Silva, muito abrigado pela paz, o sossego e a alegria."

Assim cantavam as mulheres na entusiástica recepção ao PM português. Eram mulheres da OMA, a organização feminina do MPLA, que não esconde a intenção de tirar partido da visita de Cavaco. Quanto à UNITA, fica tudo adiado para hoje, no Luena.

Savimbi estará lá?

Uma recepção entusiástica. É o mínimo que se pode dizer sobre a forma como Cavaco Silva foi ontem recebido em Luanda. Ao sair do avião, e depois de ter recebido calorosas boas-vindas de José Eduardo dos Santos, o primeiro-ministro português tinha à sua espera a visão das fardas austeras dos soldados em parada e à sua direita as roupas coloridas das mulheres do grupo folclórico "União do Mundo da Ilha", que cantavam em homenagem a

"Cavaco da Silva", o homem que lhes deu "a paz, o sossego e a alegria", e agitavam bandeiras portuguesas e cartazes do primeiro-ministro.

Ao longo do tapete vermelho estendido na pista do aeroporto 4 de Fevereiro - data em que eclodiu a luta armada da libertação nacional - alinhava-se quase uma centena de personalidades políticas, militares e eclesásticas. Cavaco Silva demorou alguns minutos a cumprimentá-las, seguido pela pe-

quena comitiva de doze pessoas que o acompanha nesta viagem.

O Estado e o Partido, ainda

Logo atrás do PM seguia o secretário de Estado, Durão Barroso, a quem eram dirigidas as saudações mais calorosas.

Sob o inevitável cacimbo angolano, centenas de populares acotovelavam-se nas varandas do aeroporto, decoradas

com uma gigantesca fotografia de Agostinho Neto a ilustrar o slogan "1991 - Ano da reestruturação da economia e da democracia multipartidária". Ao lado, num cartaz muito pequeno, lia-se: "MPLA - bem vindo senhor primeiro-ministro Cavaco Silva".

O aproveitamento partidário da visita pelo MPLA, já patente no cartaz do aeroporto, ficou óbvio no trajeto para o complexo presidencial do Futungo, onde o primeiro-ministro jantou com Eduardo dos

Santos. Ao longo da estrada, faixas saudavam "a amizade entre o MPLA e o PSD".

Outra faixa, mais modesta, mostrava que o PRD angolano não se limitou a escolher um nome familiar aos portugueses. O novo partido também foi buscar inspiração à corrida para Belém, ao adoptar a frase "a coragem de ser independente e solidário".

A presença de Portugal no processo de democratização angolano pode assumir muitas formas. Holden Roberto, líder da FNLA, já manifestou o desejo de avistar-se com Cavaco Silva.

O mistério da guerra

Quanto à UNITA, continua a especular-se sobre o eventual encontro entre Savimbi e Cavaco, no Luena, onde o primeiro-ministro se desloca hoje - e não amanhã, como previa o programa inicial. Mas ninguém confirma o encontro.

Estaria Savimbi disposto a ir ao encontro de Cavaco ainda com o estatuto de "guerrilheiro no mato"? Dispensaria o líder da UNITA a oportunidade histórica de se reunir com o primeiro-ministro português, assegurando à partida uma ampla cobertura do acontecimento? São perguntas que se fazem em Luanda, para as quais só hoje, no Luena, haverá resposta definitiva.

Entretanto, Cavaco Silva pôde já verificar pessoalmente a presença da UNITA em Luanda. Nesta cidade fortemente militarizada, cruzam-se os uniformes camuflados das FAPLA e as fardas das FALA. Estas últimas são mais fáceis de encontrar nas imediações do Hotel Turismo, onde ficam instalados os jornalistas portugueses. A bandeira do "galo preto" à janela, uma parabólica na varanda e a segurança à porta indicam que a UNITA instalou aqui o seu "quartel-general" provisório na capital.



Cavaco Silva, ontem, à chegada a Luanda recebido com entusiasmo e emoção

KERO

QUINTA-FEIRA 5 SETEMBRO 1991

O "suspense" foi mantido até ao último momento. Estaria Savimbi a caminho de Luena, a antiga Luso, para ali se encontrar com Cavaco Silva? Ao fim da manhã de ontem, na praça principal da capital da província do Moxico, o mistério desfez-se: em vez do encontro com o líder da UNITA, estava reservada para o primeiro-ministro português a participação, como "convidado de honra", num gigantesco comício do MPLA, que reuniu dezenas de milhares de pessoas sob o forte sol africano do meio-dia. Era a versão local para o "contacto com a população" previsto no programa.

Cavaco Silva chegou a Luena, cidade situada a 800 km de Luanda, por volta das 9h30. Tal como no dia anterior, em Luanda, aguardavam-no uma longa fila de personalidades, militares das FAPLA e civis, muitos dos quais organizados em blocos correspondentes às diferentes estruturas do MPLA-PT — pioneiros, juventude, organização feminina...

Na torre tremulavam as bandeiras de Portugal, de Angola, do MPLA, e da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA). Mas, em vez dos vistosos uniformes de gala da véspera, no aeroporto de Luanda, os militares da FAPLA envergavam as fardas de combate. E a corronha da "kalashnikov" servia para marcar o ritmo dos tambores que acompanhava o canto e a dança de boas-vindas das mulheres de Luena.

O "arquitecto" e o "artífice"

Para elas, no entanto, a visita de Cavaco Silva era um facto acessório. O que as fazia cantar e dançar era, sobretudo, a visita do "camarada Presidente" José Eduardo dos Santos. "O dos Santos já ganhou", gritavam, enquanto desejavam "feliz aniversário" ao chefe de Estado angolano.

Recebidos pelo governador da província do Moxico, Cavaco Silva e José Eduardo dos Santos puseram ao pescoço

lenços brancos da paz e a cada um foi entregue uma faixa. "Arquitecto da paz em Angola", lia-se na faixa de José Eduardo dos Santos. "Artífice do processo da paz", dizia a de Cavaco Silva.

Minutos depois, já sem lenços nem faixas, os dois entravam na sede da Assembleia Provincial. No velho edifício, com ar de cinema dos anos 50 e completamente decorado com os símbolos do MPLA — cartazes, faixas, bandeiras, num eloquente exemplo de fusão entre o Estado e o partido —, coube ao governador da Província fazer o discurso das boas-vindas. Apresentado como membro do Comité Central do MPLA, primeiro-secretário do partido na província "e governador do Moxico", falou sobre a "airosa e pitoresca" Luena e lembrou as dificuldades vividas na "batalha dos 45 dias" — nome dado à última ofensiva da guerra civil angolana, entre 2 de Maio e 15 de Junho, cujas marcas estão por todo o lado nesta cidade.

Numa intervenção muito curta, Cavaco Silva respondeu justificando a inclusão de Luena no roteiro da visita. Para isso, invocou o duplo simbolismo da cidade: testemunho particularmente elucidativo dos horrores da guerra e "marco da paz", ao tornar-se palco do primeiro encontro entre altos comandos militares depois da assinatura dos acordos do Estoril.

De mero espectador...

Na etapa seguinte da visita ao Luena, Cavaco Silva seria reduzido à condição de simples espectador. No papel de protagonista estiveram José Eduardo dos Santos e um representante da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, que, num acto de pura "administração directa", apresentou ao Presidente um minucioso relatório sobre as dificuldades da companhia na região. Cavaco Silva ouviu falar em 57 carruagens avariadas, troços da linha destruídos pela guerra, falta de lenha...

Entretanto, a população seguia as delegações correndo pelas amplas ruas da cidade — plana e de traçado geométrico — para conseguir acompanhar os diversos passos da UNITA. E acabaram todos por concentrar-se na praça principal da cidade.

Os que chegaram mais tarde subiram às árvores ou treparam para cima dos carros. Ninguém queria perder nada: os

"homens" deviam estar a chegar e, afinal, não é todos os dias que há, em Luena, um comício com o "camarada Presidente", que, ainda por cima, trazia consigo "o de Portugal".

Antes de seguirem para a praça, Cavaco Silva e José

Eduardo dos Santos passaram pelo Hospital Provincial do Moxico. Foi uma visita rápida, mas suficiente para revelar as enormes carências: não há um único aparelho de raios X no maior hospital da província, as janelas do bloco operatório têm os vidros partidos, as necessidades são imensas.

... a surpresa participante

"Viva o Comité Central do MPLA!" Foi com estas palavras que o "animador" abriu o comício, provocando uma resposta instantânea dos tambores alinhados na fila da frente. O gabinete do primeiro-ministro não esperava que o "contacto com a população" — previsto no programa oficial — fosse, de facto, um grandioso comício partidário.

Em contraste com os rituais partidários da cerimónia, Cavaco Silva (que falava de improviso) referiu sempre "as duas partes", pondo a

ênfase no empenhamento "de todos" para a obtenção da paz e, agora, para a tarefa da reconstrução nacional. Prometeu uma vez mais a "solidariedade de Portugal" para a construção da "nova Angola" e recebeu aplausos pouco entusiásticos — os tambores mantiveram-se silenciosos — quando falou no "bem precioso" da língua comum e "nos laços históricos" que unem os dois países.

"De Cabinda ao Cunene"

José Eduardo dos Santos começou o seu longo discurso com a liturgia habitual neste tipo de celebrações:

"De Cabinda ao Cunene, um só..."

"... povo!" — respondeu a multidão.

"De Cabinda ao Cunene, uma só..."

"... nação!"

Acalmada a assistência, o Presidente angolano adoptou um tom calmo, explicando pausadamente a necessidade de ultrapassar ódios do passado para reconstruir o país. Na tribuna de honra, Durão Barroso e Faria de Oliveira sentavam-se sobas e régulos da região, que, com os seus uniformes amarelos, bebiam cada palavra do "camarada Presidente".

Antes de voltar para Luanda — onde o esperava uma sessão plenária da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), Cavaco Silva encontrou-se com alguma das 17 pessoas que constituem a "comunidade portuguesa" no Luena.

Recebeu uma carta de um conterrâneo de Boliqueime e ouviu queixas sobre a "falta de sensibilidade" da embaixada. O sr. Sousa, um carpinteiro de 67 anos, há 46 em Angola, pai de 12 filhos, esfregava nervosamente as mãos calejadadas atrás das costas. E não disse nada.

Ao fim da tarde, já na capital, Cavaco Silva voltou ao tema da paz perante a sessão plenária da CCPM. Desta vez, o discurso foi menos emocionado, menos genérico, mais técnico. Mas a mensagem foi a mesma: um apelo ao consenso e à confiança, e a garantia do apoio português para a consolidação da democracia angolana. ■

UNITA-MPLA: impera a desconfiança

O PROCESSO ANGOLANO de pacificação continua a ser dominado por um clima de desconfiança e de acusação de parte a parte. Três meses depois de assinado o cessar-fogo, começa a ser evidente o grande atraso na concretização do programado em Bicesse. Os políticos consideram esta lentidão "anormal", mas a população olha de soslaio e pede maior celeridade porque está cansada da instabilidade.

O acantonamento — que deveria estar concluído a 1 de Agosto — constitui o principal "calcanhar de Aquiles" do processo. Os militares de ambos os lados continuam a circular livremente pelo território e, como é natural, acusam-se mutuamente de "estarem a violar o cessar-fogo". O atraso, segundo o Governo, deve-se a dificuldades no desdobramento, pelos postos fronteiriços, dos grupos de fiscalização das Nações Unidas.

A UNITA afirmou em tempos, através de Abel Chivuku, que as FALA tinham cumprido o acantonamento a cem por cento e acusava o Governo de es-

tar a dificultar o processo de paz. A própria CCPM tratou de desmentir com os dados apresentados: os guerrilheiros de Savimbi estão já em Mussende (Malanje), Nhareia (Bié), Xangengo e Cambadua (Cunene). As FALA, por seu turno, movimentam-se de Catete para Massangano, de Ambriz para Caxito, em direcção ao Dendo e de Lubango para Cahama. Há outros sinais de deslocação de tropas para os locais de acantonamento, mas não se sabe ao certo o número de homens nem quanto tempo durará a operação.

O general brasileiro que comandou a UNAVEM II, Péricles Ferreira Gomes, advertiu entre tanto as partes angolanas para o facto de estarem a inverter o calendário estabelecida com as Nações Unidas: o acantonamento deveria começar no Leste, no Centro e no Sul, mas tanto o Governo como a UNITA decidiram dar prioridade ao Norte e ao Nordeste. "Esta desobediência — segundo o general — pode criar novas complicações." A ONU, por seu tur-

no, sente muitas dificuldades em instalar os seus grupos de fiscalização nas áreas da UNITA, devido a questões logísticas e de acesso. Das 23 previstas nos acordos, ainda só estão em seis: Mavinga, Chicala, Cuvelai, Wace, Bimbe e Cazembe. Do lado do Governo, só falta fixarem-se no Ngove.

A lentidão deste processo reflecte-se nos trabalhos de formação das Forças Armadas angolanas, em que Portugal desempenhará papel importante. Só depois de concentrados os efectivos, serão seleccionados os vinte mil de cada lado para iniciarem a instrução para o exército único.

As populações, na sua esmagadora maioria camponesas, desejam deslocar-se livremente pelo território, mas as ameaças são ainda muitas. O maior número de queixas provém das áreas sob controlo da UNITA, inclusive dos próprios grupos de fiscalização do cessar-fogo. Dos 126 já constituídos, apenas 26 funcionam em áreas dos ex-rebeldes.

Estes problemas impossibilitam a extensão da administração do Estado a todo o país. O próprio Presidente da República se manifesta preocupado com a situação, porque "não faz sentido que os cidadãos angolanos não possam ainda hoje circular livremente para tratar de assuntos de seu interesse nas áreas consideradas sob controlo da UNITA". Eduardo dos Santos vai mais longe e pede ao Ministério do

Interior e à delegação do seu Governo na CCPM para "tomar medidas políticas e outras de natureza preventiva", de modo a impedir que destacamentos do grupo de Savimbi se instalem nas cidades e vilas, "criando medo ou intranquilidade noutros cidadãos".

Esta atitude confirma que a confiança não reina ainda entre os angolanos que decidem os destinos do país. Mas os homens da CCPM insistem em que tudo vai bem. Salupeta Pena, da UNITA, responsabiliza a comunicação social por dar "uma imagem mais explosiva do que a realidade indica no terreno" e Fernando da Piedade "Nando", do Governo, corrobora: "Seria exigir muito que o clima de confiança fosse já a cem por cento. O nível atingido dá muitas esperanças." Mas essa linguagem não se traduz nas acções práticas.

É certo que a paz não está ameaçada — mas os constantes apelos à eliminação dos "potenciais focos de violência" indicam a presença de muitos obstáculos. A troca de prisioneiros é outro caso preocupante: depois da polémica em torno das listas, as partes acabaram por aceitar que a presença da Cruz Vermelha Internacional na auscultação dos detidos era fundamental para o bom andamento dos trabalhos. Hoje, o processo — apesar de lento — parece prosseguir em bom ritmo. Mas as pessoas perguntam: porque que não se libertam todos de uma vez? O Governo concorda, mas a UNITA afirma que agora tem poucos prisioneiros de guerra pois a maior parte teria decidido integrar-se "de livre vontade" na sociedade da Jamba.

É convicção generalizada de que as dificuldades são inúmeras, mas em Angola continua a acreditar-se que a paz é irreversível. ■

Pires Ferreira, em Luanda

Comício do MPLA afastou Savimbi

Cavaco Silva fintou os jornalistas para evitar problemas com José Eduardo dos Santos e com Savimbi

Lurdes Felo
Luanda

O DESEJO manifestado à última hora pelo presidente José Eduardo dos Santos de acompanhar Cavaco Silva na sua visita à cidade de Luena, situada a 800 quilómetros de Luanda e próxima da Jamba, pôs ponto final à derradeira tentativa do primeiro-ministro português para se encontrar com o líder da Unita, Jonas Savimbi, durante a sua visita oficial de três dias a Angola.

Cavaco Silva já tomara conhecimento da impossibilidade deste encontro alguns dias antes, mas deu instruções ao seu gabinete para que o assunto fosse mantido em segredo até ao fim com o propósito aparente de não ferir susceptibilidades em Luanda e na Jamba. Quando os jornalistas que acompanhavam a visita tentavam obter pormenores, a resposta dos colaboradores de Cavaco era invariavelmente esta: «Ainda não temos confirmação.» Estas evasivas originaram especulações e notícias contraditórias até à chegada a Luena, na quarta-feira.

Luanda não gostou

Segundo apurou «O Jornal» o desejo expresso desde o início por Cavaco Silva, de se avistar com Jonas Savimbi, terá sido recebido com alguma incomodidade pelo gover-

no de Luanda. O pretexto principal relacionava-se com o carácter oficial da visita em que o interlocutor natural do primeiro-ministro português deveria ser, obviamente, o presidente José Eduardo dos Santos. O facto de Jonas Savimbi se ter mantido, até à data, na Jamba, por considerar não haver condições políticas para se deslocar a Luanda tornou os obstáculos protocolares intransponíveis.

Cavaco Silva só teria uma saída para improvisar o encontro com Savimbi: a visita a Luena que foi o último palco de sérios confrontos até à assinatura do cessar-fogo, em 31 de Maio, em Lisboa. Embora o gabinete do primeiro-ministro português tenha explicado esta deslocação a uma zona flagelada tão distante de Luanda, com o desejo expresso por Cavaco Silva de levar, até às últimas consequências, a sua mensagem de solidariedade e de empenho na paz angolana, esta iniciativa foi interpretada por muitos sectores como uma habilidade de Cavaco para se aproximar do território de Savimbi.

Se o primeiro-ministro português pretendia ou não encontrar-se com o líder da Unita em Luena, quando pela primeira vez propôs este desvio de rota, não se sabe ao certo. O facto é que a presença do presidente José Eduardo dos Santos naquela cidade do interior, embora inicialmente não tenha sido prevista, foi anunciada a Cavaco com alguma antecedência. Se outra prova não houvesse, bastaria constatar a multidão que se juntou num comício organizado no local pelo MPLA e que atingiu proporções de verdadeira campanha eleitoral. E só esse facto já seria suficiente

para impedir Savimbi de ir a Luena.

A habilidade de Cavaco

Fontes próximas da delegação portuguesa admitiram a «O Jornal» que, apesar dos acordos de paz, ainda existem sensibilidades muito especiais em Angola, que convém não desprezar. Na sua qualidade de primeiro-ministro de um governo que promoveu a mediação entre o MPLA e a Unita, e que necessita de manter uma imagem de imparcialidade e de bom relacionamento com todos os angolanos, Cavaco Silva não poderia neste momento, visitar Angola sem manifestar disponibilidade e desejo de se avistar com todas as forças incluindo, naturalmente, Savimbi; mas também não lhe seria fácil levar por diante essa intenção, sem melindrar José Eduardo dos Santos. Cavaco tentou assim gerir o melhor possível a sua imagem, através de elogios a ambas as partes, expressos nos discursos que fez, mas sem se empenhar demasiado em atitudes frontais que o colocassem de mal com Luanda.

O presidente angolano, por seu turno, esforçou-se ao máximo para merecer essa atenção. José Eduardo dos Santos recebeu Cavaco Silva com toda a pompa e circunstância, providenciou para que se realizassem, em toda a parte, recepções calorosas ao primeiro-ministro português, fez espalhar cenas de fotografias de Cavaco Silva por Luanda e Luena, e aproveitou os seus discursos mais importantes para, na presença do chefe do governo português, lhe render os maiores elogios.

Elogios e multidões

Muitos observadores ficaram surpreendidos com a for-

ma clara e frontal como José Eduardo dos Santos elogiou a governação de Cavaco Silva em Portugal, desejando-lhe os maiores êxitos no seu país, o que, em véspera das legislativas portuguesas, foi interpretado como um claro apoio político ao líder do PSD. Cartazes colocados no aeroporto ostentavam, aliás, uma saudação especial do MPLA ao PSD.

Mesmo na longínqua cidade de Luena, flagelada por um bombardeamento de 45 dias consecutivos que destruiu parcialmente quase todos os edifícios e originou um êxodo da população, o presidente angolano ofereceu a Cavaco Silva uma plateia de milhares de pessoas que o aplaudiram a ponto de o primeiro-ministro português ter falado longamente num tom não muito diferente daquele que teria usado num comício em Portugal. Em conversa informal com jornalistas portugueses que o acompanhavam, Cavaco admitia, horas mais tarde, que o programa da visita a Luena apenas previa um encontro com a população, e não um comício político do MPLA. Mas isso não o impediu de entrar no jogo.

Tal como se previa, esta visita oficial de Cavaco a Angola teve o objectivo iminentemente político, que não foi, de modo algum, alheio à tentativa do primeiro-ministro português de tirar dividendos internos para as próximas eleições, e de consolidar o seu prestígio pessoal na esfera internacional e em particular em África.

Como ele próprio confirmou aos jornalistas, Cavaco não foi a Angola para concretizar acordos ou projectos específicos. O primeiro-ministro admitiu, também, que sempre tencionara ser o primeiro homem de Estado a vi-

sitar Luanda depois das negociações de paz, assumindo assim uma antecipação intencional às anunciadas visitas de Collor de Mello, que chega a Angola no domingo próximo, e de Felipe Gonzalez, que acaba de cancelar a sua visita a Luanda, a pretexto das próximas eleições europeias.

A ausência de medidas concretas a tomar na visita de Cavaco, justificou em boa parte, a comitiva restrita de que se fez acompanhar e o relativo «low profile» dos dois membros do Governo que se deslocaram a Luanda: Faria de Oliveira e Durão Barroso. O primeiro participou em alguns encontros com o seu homólogo angolano e com empresários, tendo promovido a discussão de linhas de crédito especiais e do reforço das relações comerciais existentes, mas o próprio ministro do Comércio e Turismo admitiu a «O Jornal» que se tratava apenas de prosseguir conversações oficiais em curso.

Obrigado a Durão Barroso

O papel de Durão Barroso, teve outro significado, naturalmente. O desempenho do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação no processo de paz, grangeou-lhe um prestígio pessoal evidente nesta viagem. Muitos sorrisos se abriram, à sua passagem nas sessões de cumprimentos, e no comício de Luena um gigantesco distico associava o nome do secretário de Estado à paz angolana. Talvez por isso, José Eduardo dos Santos rompeu o protocolo para sentar Durão Barroso ao seu lado esquerdo da tribuna de honra.

Quanto ao general Soares Carneiro, que integrou também a comitiva oficial, o seu

papel foi sobretudo simbólico, atendendo a que era importante a presença do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, numa altura em que Portugal assumiu a tarefa de colaborar na formação do futuro exército único angolano.

Soares Carneiro: «ainda é cedo»

Abordado por «O Jornal», Soares Carneiro confirmou, que não atencionava realizar reuniões de trabalho formais com militares do MPLA e da Unita durante a sua estadia, por considerar que ainda não chegara a altura própria. «Quando me reunir com eles, será com ambos em simultâneo e ainda não houve condições para tal», afirmou. Soares Carneiro avistou-se informalmente, com o seu futuro homólogo angolano ainda não empossado no cargo.

A visita oficial de Cavaco Silva e comitiva a Angola, concluída ao fim da tarde de ontem, quinta-feira, incluiu ainda encontros com a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), que reuniu extraordinariamente para o efeito, na quarta-feira, além de encontros com portugueses residentes em Angola. Na manhã de ontem, realizaram-se audiências em separado com Holden Roberto, Joaquim Pinto de Andrade e uma delegação da Unita que tem assento na CCPM, em Luanda.

A visita terminou com uma conferência de Imprensa de Cavaco Silva e José Eduardo dos Santos, logo após o segundo e último encontro formal entre os dois. A mensagem que Cavaco Silva deixou à partida foi, sobretudo a promessa de enviar todos os esforços para obter da CEE apoio para Angola. José Eduardo dos Santos agradeceu.

Cavaco com líderes partidários no último dia da visita a Angola

Encontros de última hora não apagam marca partidária

Do nosso enviado
Joaquim Trigo de Negreiros
em Luanda

Só na noite de quarta-feira se confirmaram os encontros de Cavaco Silva com Holden Roberto (FNLA), Joaquim Pinto de Andrade (PRD) e Salupeto Pena (UNITA), realizados ontem de manhã. Mas a inclusão, à última hora, de personalidades exteriores ao círculo do poder em Luanda na agenda do PM não apaga a forte marca partidária que o MPLA imprimiu à visita.

Cavaco Silva recebeu ontem de manhã dois "outsiders" do processo de democratização em Angola.

A aparatosa entrada de três Mercedes na residência do embaixador de Portugal em Luanda anunciou a chegada de Holden Roberto. À saída, o líder da FNLA — que só no passado sábado trocou o exílio parisiense pela residência fixa em Luanda — queixou-se da marginalização que lhe teria sido imposta pelos Acordos do Estoril. Falou no controlo dos "media" pelo MPLA e defendeu a realização de uma vaga "Conferência Nacional", para que outras forças políticas, além do MPLA e da UNITA, possam participar no processo de implantação da democracia em Angola.

A seguir, mais discretamente, chegou Joaquim Pinto de Andrade, outra personalidade que se sente excluída do processo. Tendo

recentemente aderido ao PRD, que se prenuncia como "terceira força" em Angola, pediu ao PM apoio para alterar a legislação referente à legalização de novos partidos, definida em Bicesse. A principal preocupação de Pinto de Andrade prende-se com a exigência de que as 3000 assinaturas necessárias sejam recolhidas em pelo menos 14 das 18 províncias angolanas. O objectivo é evitar a formação de partidos de base tribal, mas a exigência coloca dificuldades "logísticas" às forças políticas emergentes em Angola.

Depois de uma rápida passagem por um encontro de empresários angolanos e portugueses, a quem dirigia uma mensagem de confiança, Cavaco Silva encontrou-se com Salupeto Pena, representante da UNITA na OCPM.

A marca do partido

A presença das bandeiras e cartazes do MPLA sempre ao lado dos símbolos nacionais angolanos, em cada cerimónia oficial, as faixas de boas vindas ostentando a sigla do partido e, finalmente, o "contacto com a população" de Luena transformado num acto partidário de grandes dimensões marcaram de forma indelével esta primeira deslocação de um PM português à Angola independente.

Cavaco Silva bem se esforçou por repelir ou, pelo menos, minimizar, a marca partidária que o regime de Luanda imprimiu à visita. As repetidas referências ao empenhamento da UNITA e à contribuição pessoal de Jonas Savimbi para a alteração da paz, que constavam dos discursos do PM no Futungo — centro por excelência do poder de José Eduardo dos Santos — e perante a sessão plenária da OCPM são sinais dessa preocupação. Uma preocupação que já se fazia sentir, aliás, em S.

Bento, se discutia ainda a data da visita. Data que foi mantida "em aberto" à espera da confirmação do dia em que Savimbi chegaria a Luanda. Cavaco Silva não queria deixar de se encontrar com o líder da UNITA já instalado na capital.

Entretanto, o anúncio da data da visita de Felipe González — adiada quando o PM português já estava em solo angolano — veio precipitar as coisas. Cavaco Silva optou por antecipar-se ao seu homólogo espanhol e marcou a chegada para o último dia 3 de Setembro, mesmo sabendo que não encontraria Savimbi em Luanda.

Começou então a circular a hipótese de um encontro entre Cavaco Silva e Savimbi em Luena. Uma "suspeita" alteração de última hora no dia da ida à capital do México — antecipada de 5ª para quarta-feira — só fez aumentar os rumores. Mas a realidade acabou por desmenti-los, e da forma mais contundente possível: Cavaco não só não viu Savimbi como "caiu" no meio de um grande comício do MPLA.

O dilema

Perante a multidão de entusiásticos militantes reunidos na praça principal de Luena, com José Eduardo dos Santos ao seu lado, talvez o PM tenha recordado o dilema que se lhe colocou em Lisboa: atrasar a visita, deixando-se "ultrapassar" por González, e garantir o encontro com Savimbi em Luanda, ou antecipar-se ao Governo espanhol, correndo o risco de ver a deslocação monopolizada e aproveitada politicamente pelo MPLA?

Qualquer uma das escolhas tinha custos. Ao sujeitar-se a ver o seu discurso em Luena precedido por "vivas" ao Comité Central do MPLA, Cavaco Silva estava a pagar o preço de segunda alternativa. ■

EXPRESSO, SÁBADO 7 DE SETEMBRO DE 1991

Petrogal: Angola poderá participar

A SONANGOL poderá vir a participar no capital da Petrogal, no quadro da sua próxima privatização, admitiram esta semana fontes próximas do Ministério da Indústria e Energia, na sequência da conversa havida entre Mira Amaral e o ministro dos Petróleos angolano, João Lourenço Landoite.

A participação da petrolífera angolana no capital da Petrogal, a concretizar-se, enquadrar-se-á na «reserva de 19 por cento do capital destinada a investidores estratégicos com interesse para a empresa».

Durante a reunião, foram também discutidos aspectos relacionados com a constituição de uma empresa entre a Petrogal e a Sonangol para o desenvolvimento de rede de distribuição de combustíveis em Angola.

EXPRESSO, SÁBADO 7 DE SETEMBRO DE 1991

gime de exclusividade, importar, comercializar e assistir automóveis ligeiros e veículos pesados da marca Volvo.

A Auto-Sueco/Angola é uma sociedade anónima com um capital de cinco milhões de dólares, controlado em 70 por cento pela empresa-mãe, sendo os trinta por cento restantes propriedade da construtora Mota & C.

Segundo fontes da empresa, a Auto-Sueco deverá brevemente ceder uma participação de 10 por cento na sociedade a uma empresa angolana.

A Auto-Sueco/Angola tem sede em Luanda e deverá entrar em «velocidade de cruzeiro» a partir do próximo ano, estando agora a proceder à formação do pessoal e à construção e arranjo das necessárias instalações.

Auto-Sueco cria associada em Angola

A AUTO-SUECO

Portugal acaba de formalizar a constituição de uma subsidiária em Angola que vai, em re-

Governo de Luanda quer atrasar processo eleitoral

Elias Salupeto Pena, chefe da delegação da UNITA na CCPM, culpa o MPLA pelos atrasos na concretização dos acordos de paz. Suspeita que o Governo quer adiar as eleições e acredita que o povo angolano saberá penalizar «16 anos de des governação».

Semanário — Como está a avançar o processo de aplicações dos acordos de paz?

Salupeto Pena — Não está a avançar. Não devido a bloqueios insolveis, mas alguns problemas para os quais precisamos da ajuda dos observadores. Ora, Portugal está neste momento representado em Angola pelo chefe do seu Governo e é legítimo que lhe confiemos as nossas apreensões.

S — Um desses problemas parece ser o do acantonamento das tropas que constitui o primeiro passo para a formação de umas forças armadas nacionais. Em que fase se encontra?

SP — O Governo ainda não iniciou o acantonamento, embora segundo os acordos, este devesse estar con-

cluído no dia 1 de Agosto.

S — E a UNITA?

SP — Neste momento, cerca de 45 por cento das nossas tropas estão acantonadas.

S — A UNITA, não dispondo de forças aéreas e navais, não teme que o MPLA venha a ter uma grande preponderância nas forças armadas nacionais?

SP — Isso foi aceite por nós. No exército, cada uma das partes dará 20 mil homens. Os outros dois ramos serão objecto de uma maior fiscalização e serão sujeitos a uma reformulação que permita a entrada de todos os angolanos. De qualquer forma, tanto na força aérea como na marinha, há elementos muito influentes do ponto de vista militar que pertencem à UNITA.

S — A UNITA acusa o Governo de Luanda de faltar frequentemente às reuniões da CCPM. Isso está a atrasar os trabalhos?

SP — Sem dúvida. Muitas vezes assistimos a reuniões da CCPM em que só está presente um dos cinco membros da delegação do Governo. A massa que vem preencher os seus

lugares não decide nem discute seriamente.

S — Como justifica isso?

SP — É difícil dizer. Talvez o Governo esteja apostado em atrasar o processo para adiar as eleições. Ou talvez existam sectores no Governo que ainda não se empenharam seriamente no processo de paz.

S — Como será possível recuperar o atraso que se verifica hoje na aplicação dos acordos de paz?

SP — Com maior empenhamento e mais transparência. A UNITA está a trabalhar com toda a transparência. O Governo não. Mas a verdade é que nós não temos nada a perder com a paz, antes pelo contrário.

S — De que forma é que a visita do Primeiro-Ministro português poderá contribuir para desbloquear algumas dessas dificuldades?

SP — Portugal conseguiu aproximar as duas partes e o seu empenho permitiu a assinatura dos acordos de paz. Hoje, na sua qualidade de observador, poderá contribuir para a aceleração do processo.

S — Nos discursos proferidos du-

rante a vista pelo Presidente José Eduardo dos Santos já viu algum sinal de desbloqueamento?

SP — Não.

S — Acha que o MPLA está a aproveitar politicamente a visita de Cavaco Silva?

SP — É possível que sim, e, politicamente, é racional que o faça. No entanto, não estamos muito preocupados. O MPLA está no Governo há 16 anos e o povo angolano não é tão cego que não veja que o Governo não conseguiu fazer nada. Foi sempre fácil evocar a guerra como uma das razões para que nada se pudesse mover neste país. Mas a razão fundamental não é essa. Toda a gente sabe.

S — Por que razão Jonas Savimbi acabou por não se encontrar com Cavaco Silva, como chegou a estar previsto?

SP — Essa hipótese foi realmente posta e Jonas Savimbi teria tido muito prazer em se encontrar com o Primeiro-Ministro português. Não foi possível.

S — Porquê?

SP — Porque não se reuniram as condições materiais necessárias. Jo-

nas Savimbi ainda não tem casa em Luanda nem há qualquer indicação sobre quando virá a tê-la. O mesmo acontece em Luená, a outra cidade visitada por Cavaco Silva. Esse foi o principal impedimento.

S — Um encontro entre Cavaco Silva e Jonas Savimbi poderia ter contribuído para atenuar esse aproveitamento político do MPLA?

SP — Nunca teria esse objectivo, mas seria uma oportunidade para o fazer.

S — Quando é que Jonas Savimbi vem para Luanda?

SP — Não é possível prever. Estamos a tentar reunir condições para que ele e as estruturas centrais da UNITA venham para Luanda, mas isso vai levar tempo. O Governo tem feito publicamente muitas promessas no sentido de nos criar condições. Mas já estamos habituados a que as promessas do Governo não sejam cumpridas.

S — A UNITA está a ter dificuldades em manter a sua representação em Luanda?

SP — Está. Temos uma grande falta de instalações de trabalho e de re-

sidências e portanto somos obrigados a permanecer há três meses num hotel, o que não nos permite trabalhar como desejaríamos.

S — No que se refere ao aumento da ajuda internacional, não acha que o MPLA, estando no Governo, poderá capitalizar politicamente esse auxílio?

SP — Falta cerca de um ano para as eleições. Mas mesmo que faltassem dois ou três, o MPLA não conseguiria apagar a imagem de 16 anos de des governação.

S — Quais são as vossas expectativas eleitorais? Há quem diga, os dois comícios que realizaram em Luanda, onde vive cerca de um quarto da população angolana, foram muito pouco participados.

SP — Pelo contrário. Nunca o MPLA conseguiu, em 16 anos, reunir tanta gente como a UNITA. Excepto nas festas do 1.º de Maio, onde as pessoas eram obrigadas a ir para não terem falta no emprego. Aliás, em Luanda o MPLA não é maioria. Nós temos cá muito apoio.

DS

O processo de paz angolano foi conduzido por bom caminho porque todos os seus intervenientes — mediadores, observadores, partes — tiveram a consciência que ele era difícil, complexo e até em certa medida, contrário à experiência histórica e à natureza das coisas. Pelo menos na região. E isto porque as guerras civis não costumam acabar com um empate; e o respeito pelos vencidos também não tem estado nos usos e costumes do Continente, com a recentíssima excepção da Namíbia.

Talvez porque havia a consciência destas dificuldades; a estrutura negocial partiu de uma perspectiva de pessimismo construtivo: uma versão e um estilo que, normalmente, não são populares mas gratificam no fim. A linha de bons ofícios e experiência do factor humano em Portugal, coordenou-se com o peso dos poderes deste mundo — Estados Unidos, União Soviética — e junto à própria lógica geopolítica regional dos interesses acabou por conduzir, sob o fio de muitas navalhas e o peso de muitos riscos, ao desfecho feliz de 31 de Maio.

A decisão histórica de Savimbi de jogar em pleno a carta da moderação; a colaboração espontânea no terreno dos comandos militares dos dois lados: a natureza eufórica do povo fizeram o resto. Em poucas semanas, as coisas começaram a funcionar, as estradas animaram-se, as famílias reencontraram-se.

Tudo bem: e estes quadros de fraternidade e reconciliação genuína comovem. E como os povos felizes — à semelhança das famílias felizes de Tolstoi — não têm muita história, ou vivem-na como toda a gente. Angola deixou de ser notícia.

Perante o colapso do Império Soviético, a carnificina rotineira e a baixa rotação da Jugoslávia, o sempre-em-pé Médio Oriente, as massas famintas da Ásia, Angola, ao entrar nas narrativas que acabam bem, deixava de interessar à História.

Eis senão quando mudam ou come-

JAIME NOGUEIRA PINTO

7 SET 91

Angola: um ponto de situação

São os próximos meses decisivos, por mais perigosos. Neles se vão desenrolar as fases mais importantes das quais dependerá o futuro de Angola e talvez mesmo de toda a África Austral.

çam a mudar sinuosamente as coisas: a sensação que começamos a recolher dos observadores no terreno é que o MPLA parece agora que obteve a paz, desvalorizar o processo político-jurídico em que ela assenta, partindo do princípio que nada, nem ninguém se atreverá a romper o jogo, mesmo que este leve alguma batota. Adia-mentos das reuniões da CCPM; faltas às mesmas; baixa hierárquica dos seus representantes; promoção de elementos considerados «duros» e hostis ao processo; despromoção dos moderados. Nas últimas semanas, tais situações multiplicaram-se, agravando, substancialmente, a desconfiança da UNITA.

Por outro lado, os golpes e contragolpes na União Soviética neutralizam Moscovo como uma força no processo. E, mobilizando os recursos e a atenção dos Estados Unidos, para o controlo do perigosíssimo período pós-imperial e da desagregação, subalternizaram a África

e Angola nas preocupações de Washington.

Assim, Portugal fica, de certo modo sozinho no terreno: com tudo o que de bom e de mau tal significa. Fica Portugal como o mediador, o árbitro, o País para quem o processo é importante. Porque também o futuro de Angola e dos angolanos é importante. É responsabilidade, honra e risco.

A versão idílica do processo que vai bem por si e está seguro pelos grandes deste mundo, numa versão que talvez se pudesse equilibrar e coordenar com a de uma mediação mais «passiva» — no sentido exclusivo de reparação de danos, de desdramatização dos problemas, da reconciliação de pontos de vista. A dupla mudança, — quando surgem problemas e Portugal fica mais isolado — leva a que o mediador não possa ser mais um simples conciliator. A que tenha que ser um vector do processo.

Por outro lado, a ideia de que uma direcção firme do processo — que corrija os desvios e repreenda os prevaricadores — seja negativa, para este é equívoca. Na verdade o processo *em si e por si é forte — tem uma lógica de continuidade e desencoraja obstáculos por falta de alternativas.* Por isso ele só pode ser minado por dentro, pela tolerância progressiva em relação à não observância, aos subtis indícios técnicos de desrespeito.

Neste sentido são os próximos meses decisivos, por mais perigosos. Neles se vão desenrolar as fases mais importantes das quais dependerá o futuro de Angola e talvez mesmo de toda a África Austral. O processo de aquartelamento de forças militares, isolando-as, por definição, do contacto com as populações, mas, ao mesmo tempo fixando-as numa inactividade operacional, não é famoso nem para a disciplina nem para o moral das tropas. Ao mesmo tempo, em termos de sociedade e de economia é urgente que se criem — mesmo que provisoriamente — mecanismos de recuperação, de confiança e de reconstrução. É pois também preciso que as forças que parecem com mais probabilidades de serem, no futuro, o poder, se associem de modo construtivo em instituições que possam, desde já, garantir o investimento construtivo.

Esta é a problemática que «não obstante atrasos, dificuldades, contrariedades ou até acidentes de percurso», tem que ter em conta a estratégia do Estado e do Governo portugueses na relação daqui em diante, com o problema: de que ele é e continua a ser difícil; de que mesmo que não haja inimigos declarados do processo, a sua natureza o torna vulnerável à simples incompetência, desconfiança ou inoperância dos interessados.

E, sobretudo, de que é o típico caso em que não se rata de valer mais prevenir que remediar. Se alguma coisa de irreparável acontecer, não haverá remédio. Por isso tem mesmo *que se prevenir, activamente, neutralizando ou resolvendo, à nascença, quaisquer obstáculos ou conflitos.*

Angola pretende conferência nacional

PÚBLICO
SABADO, 7 SETEMBRO 1991

A MAIOR parte das forças políticas angolanas pretende uma conferência nacional com plenos poderes para alterar a legislação em vigor, mas o regime insiste na criação de um simples fórum consultivo.

Ao abrir esta semana a segunda sessão do Conselho da República, estrutura de apoio ao Chefe de Estado, o Presidente José Eduardo dos Santos repetiu a sugestão de um fórum "com o propósito de fazer propostas concretas aos órgãos de soberania".

O órgão desejado pelo Governo seria apenas de "concertação, consenso e diálogo", tornando-se efectivo após a consolidação dos diversos partidos políticos que têm vindo a ser formados nos últimos meses.

Até lá, segundo o Presidente, o Conselho da República, integrado por personalidades civis mas ainda sem qualquer representante da oposição, assume as responsabilidades de entidade consultiva.

José Eduardo dos Santos falou de "incidentes e desvios na actuação das forças políticas que se instituem como oposição", não lhes desejou dar muita importância, mas logo observou que — no caso de se generalizarem — poderão "fazer perigar a estabilidade da ordem



Prisioneiros de guerra recentemente libertados na Jamba

constituída e a autoridade dos órgãos de soberania do Estado, dificultando assim a democratização do país".

No entender do Chefe de Estado, o Governo tem criado as condições "para que todos se possam expressar e organizar, sem necessidade de recorrerem a práticas anti-constitucionais"; e por isso é que não se verificam "sobressaltos de maior", numa altura em que noutras regiões da África se notam guerras fratricidas ou se convocam "tempestuosas conferências nacionais, para substituírem governos legalmente constituídos".

O Presidente pediu aos

membros do Conselho da República que se pronunciem sobre o projecto de um "Fórum para a Pacificação e Democratização Nacional", que assegurasse a estabilidade de Angola até às eleições gerais do próximo ano.

Processo de pacificação

O processo de pacificação, entretanto, conheceu alguns avanços nas últimas 48 horas. Um grupo de oficiais das Forças Armadas governamentais (FA-PLA) integrados na Comissão Militar de Verificação e Fiscalização (CMVF) instalou-se já na Jamba, quartel-general da

UNITA. Têm como tarefa fiscalizar os meios militares estacionados na área e controlar a mercadoria que desembarque no aeroporto local, muito próximo da fronteira com a Namíbia.

A chegada daquele efectivo coincidiu com a segunda reunião dos estados-maiores dos dois exércitos, que durante dois dias debateram questões relacionadas com o acantonamento das tropas e a circulação de pessoas e bens.

Relativamente ao acantonamento, há notícias confirmadas de que 8041 militares do Governo e da UNITA estão con-

centrados nas áreas que lhes competem. Do total, 6417 pertencem às forças de Savimbi (FALA), que só em Mavinga, província do Kuando-Kubango, acantonou 2.141 homens. E as forças governamentais têm como cifra máxima 700 soldados no Soyo, província do Zaire, no Norte do país.

O general brasileiro Ferreira Gomes, comandante das forças de intervenção das Nações Unidas (UNAVEM II), disse existirem outras zonas em que as duas partes já comunicaram o acantonamento, mas onde falta a confirmação. ■

Pires Ferreira,
em Luanda

PÚBLICO
SABADO, 7 SETEMBRO 1991

Freitas acusa Visita ajudou MPLA

O LÍDER do CDS, Freitas do Amaral, condenou, ontem, a visita de Cavaco Silva a Angola e a participação deste num comício do MPLA. "O primeiro-ministro violou o princípio da imparcialidade que Portugal devia manter entre os dois movimentos que assinaram o acordo de paz no Estoril", declarou Freitas do Amaral.

Em conferência de imprensa, realizada ontem de manhã na sede nacional do CDS, Freitas do Amaral criticou o Primeiro Ministro por ter feito a viagem a Angola "sem ter a garantia que se poderia encontrar com os líderes do MPLA e da UNITA", apontando como exemplo o caso do Presidente do Governo espanhol, Felipe Gonzalez, que terá adiado a sua deslocação a Angola com base nesse motivo. "O Governo português sabia que o presidente da Unita não se encontra em Luanda e sabia que Cavaco Silva só poderia encontrar-se com José Eduardo dos Santos", afirmou Freitas do Amaral, acompanhando nesta conferência de imprensa por Narana Coissoró e por Luis Beiroco.

Mas para Freitas do Amaral "a gravidade da situação acentuou-se com a participação de Cavaco Silva num comício do MPLA, confundindo o Estado com o partido". Para o líder centrista, Cavaco "deixou-se apalhar na engrenagem partidária do MPLA ao aceitar falar num comício", e é "altamente condenável" que o tenha feito.

O CDS manifestou a disposição de "condenar muito, muito e muito" a participação do primeiro-ministro num comício do MPLA e considerou "estranho que o PSD, depois de apoiar os comunistas no poder em S. Tomé e Príncipe, se coloque agora ao lado dos comunistas no poder em Angola". Freitas foi mais longe e acusou mesmo o PSD de "ajudar objectivamente o comunismo a manter-se em Angola, numa altura em que ele se desmorona na União Soviética".

Na ocasião, o líder democrata cristão disse que o papel mediador de Portugal no conflito angolano "exige que as autoridades portuguesas mantenham a mais estrita imparcialidade em relação a todas as forças partidárias angolanas e não caiam na tentação de privilegiar aqueles que de momento exercem o poder em Luanda".

O CDS contesta ainda o "aproveitamento" desta visita no contexto da campanha eleitoral para as próximas eleições legislativas, sublinhando que, em sua opinião, o primeiro-ministro "foi a Angola para recolher trunfos eleitorais e não por causa da cooperação". "A cooperação nunca parou...isso é uma falsa questão!", afirmou Freitas do Amaral. ■

Eduardo Dâmaso

PÚBLICO SABADO, 7 SETEMBRO 1991

Os novos cooperantes

OS JOVENS que, "em regime de voluntariado", se dispuserem a participar no processo da reconstrução nacional angolana ficarão isentos do Serviço Militar Obrigatório. A ideia foi divulgada por Cavaco Silva na quinta-feira, no Futungo de Belas, durante a conferência de imprensa conjunta dos chefes de Governo de Portugal e Angola, que encerrou a visita do primeiro-ministro.

Cavaco Silva não avançou mais pormenores sobre a iniciativa. Como também

não explicou as "medidas concretas" que a Presidência Portuguesa da CEE deverá tomar no sentido de alterar o modelo de relacionamento entre a Europa comunitária e os chamados países da "linha da frente". Sobre a ampliação das linhas de crédito e as novas oportunidades empresariais criadas no decorrer da visita, também não houve detalhes.

Na imensa sala do complexo presidencial angolano onde decorreu a conferência de imprensa, houve um compasso de espe-

ra quando uma jornalista levantou o caso de Humberto Abrantes, o cidadão português condenado à morte por traição à pátria e cuja pena foi comutada pela recente amnistia para os presos políticos em Angola. Feita a pergunta — "O caso foi abordado durante a visita?" —, Cavaco Silva e José Eduardo dos Santos segredaram qualquer coisa durante alguns segundos e a resposta acabou por ser dada pelo Presidente angolano, que disse apenas que o caso "está em consideração". ■ J. T. M.

A Unita não vai esquecer

! SEMANÁRIO
7 SET 91

Vem aí o Outono nas relações entre Lisboa e a Jamba. O frente-a-frente fracassado entre Cavaco Silva e Jonas Savimbi vai afectar o entendimento razoável que se verificava até agora entre as duas partes. A recusa do Primeiro-Ministro em se deslocar à Jamba irá conduzir a uma morna «travessia do deserto» de Portugal enquanto principal mediador do processo de paz angolano. O presidente da Unita não esquecerá tão depressa que Cavaco Silva considerou inoportuna a deslocação ao quartel-general do movimento de Savimbi. A opção do PM português alicerçou-se na opinião dos seus assessores; para estes, a passagem pela Jamba representaria o reconhecimento da divisão de Angola em zonas de influência, contrariando no plano dos factos os acordos de Bicesse.

Meios conhecedores dos mecanismos seguidos nos contactos entre o executivo português e aquele movimento angolano, revelaram ao Semanário que muitos dos equívocos surgidos nas negociações mantidas entre o assessor diplomático de Cavaco Silva, embaixador Martins da

Cruz, e os representantes da Unita resultaram das duas delegações falarem «uma linguagem paralela», sem pontos de contacto. Isto conduziu à formação de alguns equívocos essenciais, donde resultaram, em diferentes medidas, derrotas internas para Cavaco Silva e Jonas Savimbi (este acabou por não ser visto ao lado do «homem que fez a paz»). «Não houve intérpretes» entre Lisboa e a Jamba, o que, garantiram-nos, é ainda indispensável quando se trata de lidar com um movimento de guerrilha com o passado e o percurso da Unita.

As mesmas fontes admitem, por outro lado, terem existido pressões de Belém no sentido de evitar o encontro de Savimbi com Cavaco. Esta seria uma «pequena vingança» de Mário Soares contra o Primeiro-Ministro português. Contudo, se Cavaco Silva tivesse aceite ir à Jamba «não seriam essas pressões» que impediriam essa deslocação.

No entanto, é impossível voltar atrás no processo de paz angolano. A mediação portuguesa continua a ser «indispensável» e o processo negocial «está arrumado», garantiram ao Se-

manário personalidades conhecedoras da diplomacia dos Estados Unidos, um dos principais suportes da guerrilha contra o MPLA. Está portanto fora de causa qualquer posição de força quer do movimento de Jonas Savimbi e, menos ainda, do partido de Eduardo dos Santos. Quem ousasse perturbar o *acquis* negocial alcançado em Bicesse, ficaria sempre em desvantagem. Esta é a explicação avançada por fontes próximas da Unita para a guerra de nervos que se vive no interior da Comissão Conjunta Político-Militar.

Outro sinal da irreversibilidade do processo de paz angolano é dado por uma alteração na estratégia diplomática de Brasília, até há pouco um dos raros incondicionais do governo de Luanda e que chegou a espalhar por várias capitais europeias cenários negros para o futuro de Angola em caso de uma vitória do movimento de Jonas Savimbi. Desde Maio, após um encontro de representantes da Unita com diplomatas brasileiros, o governo do Collor de Mello começou «a lançar pontes» em direcção à Jamba.

ACM

Angola: Cavaco tropeça duas vezes

Cavaco Silva não gostou nada do aproveitamento político que o MPLA fez da sua visita oficial a Angola. O Primeiro-Ministro manifestou em privado o seu profundo descontentamento pela forma completamente inesperada como o presidente José Eduardo dos Santos, ultrapassando todas as expectativas, se serviu dele para «brilhar» um comércio do MPLA (camuflado de encontro com a população) em Luena. Foi alto o preço que Cavaco teve que pagar pela vitória na corrida de chefes de Estado e do Governo para visitar Angola depois da assinatura dos acordos de paz.

A pressa do chefe do Governo português em visitar Angola antes de Felipe Gonzalez — que acabou por cancelar a visita — Collor de Melo e Mário Soares baseava-se, fundamentalmente, nos dividendos partidários internos que Cavaco pretendia retirar da visita. Em pleno período eleitoral, o «arquitecto da paz em Angola» visitava o país que ajudou a pacificar, reforçando uma vez mais a imagem de grande mediador. As coisas, porém, não lhe correram como esperava. É que, além da instrumentalização de que foi alvo, não conseguiu convencer Jonas Savimbi a ir a Luanda encontrar-se com ele, acabando por se avistar apenas com o actual presidente angolano.

Para salvar a face, Cavaco fez a única coisa que a sua condição de hóspede lhe permitia: manteve um discurso escrupulosamente equilibrado, tentando não beneficiar ninguém. Foi assim no seu primeiro discurso, proferido durante o jantar que José Eduardo dos Santos lhe ofereceu.

Foi assim na Assembleia Provincial de Luena, durante a sessão de boas vindas àquela cidade. Foi uma vez mais assim no comércio de Luena, cidade apresentada por Cavaco Silva como «símbolo de reencontro de irmãos desavindos, determinados a esquecer o passado».

Indecisões

Muita coisa permanecia por decidir na terça-feira, quando Cavaco partiu para Angola. Não era ainda certo que José Eduardo dos Santos acompanhasse o Primeiro-Ministro português a Luena. Por outro lado, permanecia no ar a possibilidade de Cavaco se encontrar com o presidente da UNITA. A concretização da primeira hipótese acabou por dar o derradeiro golpe na segunda.

Contudo, nos dias anteriores à visita, partes muito próximas de Cavaco Silva garantiam em Lisboa que era «muito provável» que o encontro ocorresse.

O local do encontro constituía o

principal obstáculo à sua realização. Savimbi não podia, de forma alguma, deslocar-se a Luanda. Politicamente, seria impensável que o líder da UNITA entrasse na capital de Angola como segunda figura. Após 16 anos de ausência, o seu retorno exige uma pompa e circunstância que agora seria impossível.

Luena, a capital da província do Moxico, foi a segunda hipótese posta por Portugal. A zona parecia oferecer a neutralidade necessária, já que as duas forças estão lá implantadas. A UNITA, porém, nunca considerou seriamente esta possibilidade. Jonas Savimbi queria encontrar-se com Cavaco Silva, é certo. Mas só a Jamba lhe servia.

O chefe do Executivo português não quis aceitar. O convite foi feito oficialmente pelo presidente de Angola ao Primeiro-Ministro de Portugal. Ir à Jamba seria segundo fontes próximas de Cavaco, não só admitir, implicitamente, que Angola permanece dividida, como ainda cometer uma afronta impensável contra o anfitrião quase perfeito que foi Eduardo dos Santos.

Encenações do MPLA

Os banhos de multidão, que envolveram milhares de pessoas tanto em Luanda como em Luena, foram orquestrados, na íntegra, pelo «staff»

do governo angolano. Apesar de o calor na recepção de Cavaco Silva ser inegável, a verdade é que nada teria sido possível sem a boa organização do MPLA. As duas cidades estavam cobertas de faixas e cartazes dando as boas-vindas ao Primeiro-Ministro português, exaltando o papel de Portugal na paz e realçando, de forma incómoda para Cavaco, a «amizade entre o MPLA e o PSD».

Em Luena foi decretado feriado e a população dos arredores da cidade foi transportada para o centro. As «t-shirts» com a fotografia de Eduardo dos Santos foram devidamente distribuídas. Para realizar o comércio, foi escolhido um recinto vedado onde se encontravam cerca de sete mil pessoas, segundo as expectativas das autoridades locais.

Em parte nenhuma se viam representantes da UNITA nem de qualquer outra força política. O toque pluralista foi dado apenas no último dia, quando Cavaco recebeu, na embaixada portuguesa, Holden Roberto, Joaquim Pinto de Andrade e a delegação da UNITA na Comissão Conjunta Político-Militar, chefiada por Salupeto Pena.

Este foi igualmente o momento em que o movimento liderado por Jonas Savimbi beneficiou de uma atenção especial. Enquanto Holden Roberto e Pinto de Andrade estiveram com o primeiro-ministro escassos trinta minutos, Pena permaneceu na sala durante mais de uma hora. No final, apenas algumas palavras de circunstância. O verdadeiro conteúdo do encontro não chegou à comunicação social.

Uma paz frágil

A participação portuguesa na ajuda à reconstrução de Angola, a constituição das forças armadas nacionais, a preparação do processo eleitoral e o respeito do cessar-fogo foram as questões fundamentais da visita. E o panorama traçado está longe de ser o ideal.

António Monteiro, chefe da delegação portuguesa na CCPM, admitiu, em declarações ao Semanário, que se verificam ainda incidentes e movimentações de tropas que violam o cessar-fogo. «Não há indícios de acção armada, mas há escaramuças frequentes.» Informações que recolhemos junto de jornalistas angolanos que têm acompanhado as missões da ONU apontam, contudo, para mais do que simples escaramuças. Segundo eles, existem mesmo confrontos, ainda que de pequena dimensão.

Em seu entender, o aumento do contingente das Nações Unidas poderia minorar estes incidentes. Todavia, não está previsto e António Monteiro não acredita na sua eficácia: «Não é o contingente da ONU

que vai fazer a paz em Angola, mas sim a vontade das partes em cumprir os acordos e a capacidade de cada um controlar as suas forças.»

No capítulo das eleições, previstas para Setembro a Novembro do próximo ano, quase tudo está ainda por fazer. Pinto de Andrade queixou-se a Cavaco dos atrasos verificados nessa área e António Monteiro admitiu que essa parte dos acordos ainda não começou a ser aplicada. Apesar de tudo, Angola vive já em clima de campanha eleitoral.

No campo da cooperação económica, Cavaco Silva, na conferência de

Imprensa conjunta com Eduardo dos Santos, anunciou a criação de novas linhas de crédito e a disposição de Portugal fazer um esforço adicional nos capítulos da saúde, educação e auxílio técnico.

Dina Soares, em Luanda

7 SET 91

O problema do investimento estrangeiro

Que fazer? Esta questão leninista estava subentendida nos espíritos e nas palavras dos empresários portugueses, que acompanharam o primeiro-ministro a Angola. Que fazer com a economia angolana? Quando, como e onde investir? Como proceder? Como avaliar os riscos políticos e político-económicos? Se as visitas se multiplicam, se os contactos informais vão acontecendo, os problemas de fundo centram-se mais na questão da oportunidade e da segurança políticas, do que nos aspectos estritamente económico-financeiros ou técnicos, do investimento. Com estes, os empresários podem sentem-se à vontade. O seu problema surge em relação ao que, escapa mais evolução à política.

O quadro de fundo explica esta preocupação. Na verdade, os dois principais parceiros do processo, o MPLA e a UNITA parecem, à partida e no curto prazo, ter interesses e versões divergentes pelo que ao investimento exterior respeita. Assim, para o MPLA, o interesse a curto prazo no investimento exterior poderia centrar-se na vantagem de, através dele, modificar a imagem do partido perante a opinião pública. A chegada de investidores estrangeiros, em ritmo acelerado, uma melhoria das condições de vida da população, iria reflectir-se, no imediato, numa melhor imagem

do partido no Governo. Daqui discretamente, as mensagens enviadas para estimular os investidores estrangeiros: "Venham, chegou a ocasião, estamos à vossa espera!"

"Venda ao desbarato"

E que alguns elementos da nomenclatura façam o que se apresenta como uma "venda ao desbarato" dos recursos do país; na verdade, uma certa ansiedade da oposição, especialmente da UNITA, tem a ver com as movimentações no exterior, na Europa, de quadros partidários de Luanda, fazendo propostas de negócios chorudos, de venda de empresas e de direitos sobre sectores vitais do comércio. É também seguida com particular atenção a "privatização" de outras companhias, feita através ou a favor de elementos ligados até há pouco tempo à segurança e a outros sectores chave do MPLA-PT.

A posição da UNITA em relação ao investimento estrangeiro começou, pois, por ser crítica. Na fase final da guerra, a UNITA considerava que o investimento na Economia angolana era um balão de oxigénio para prolongar a vida do regime comunista. E, desse modo, prolongar a própria guerra. Foi ainda nessa linha que, no 7º

Congresso da UNITA, em Março deste ano, prevaleceram linhas restritivas quanto ao investimento exterior, que se podiam consubstanciar na ideia de que tal não seria oportuno antes de um governo saído de eleições livres tomar posse.

Esta foi também e ainda a posição tomada pela professora Fátima Roque, indigitada Ministro das Finanças da UNITA no seminário "Novas perspectivas da Cooperação" organizado pelo Semanário Económico, pela InformAfrica e pela Associação Cooperação e Desenvolvimento da África Austral (ACODA). Embora admitindo que, em certas condições, a UNITA poderia aprovar investimentos prévios às eleições, a mensagem era de aviso e restrição.

Com a paz, entretanto, as partes em questão e os mediadores, não deixaram de considerar as dificuldades que entretanto se apresentariam e os obstáculos que constituiriam para o próprio processo de paz, a existência destas profundas divergências e bloqueios mútuos.

População sequiosa

Na área da UNITA, a questão foi assim equacionada: os grandes interesses e as grandes multinacionais, acautelam-se a si próprias; têm suficiente poder de lobbying, influência e acção directa, para acautelarem os

seus interesses. Isto cria uma profunda desigualdade entre a grande companhia e a pequena e média que, menos protegida, se retrairá. Desigualdade que, por exemplo atinge os portugueses.

Por outro lado, a população está sequiosa de melhorias económicas. Numa primeira fase, o próprio facto da paz em si, será suficientemente importante para entusiasmar as pessoas e animá-las. Mas, à medida que o tempo for passando, quererão mais alguma coisa, ou melhor, quererão que também a sua vida material experimente melhorias: que possam comer, vestir, e habitar decentemente; o que pressupõe um trabalho; que tenham condições básicas de higiene, saúde e educação; o que supõe investimentos em infra-estruturas sociais.

Paz com eleições

Ora, dado o período relativamente longo (mais ou menos quinze meses) entre a assinatura solene da Paz e as Eleições surge como necessário que se estabeleçam regras que garantam o investimento exterior no período de transição, de forma a acautelar os interesses das várias partes envolvidas.

A consideração destes pontos levou a UNITA a flexibilizar a

sua posição. Entretanto, mais uma vez se levantou a questão de como salvaguardar os interesses do movimento de Savimbi, nomeadamente o interesse de acautelar a exploração pelo governo da arma investimento externo-a única que pode melhorar a sua imagem. E, ainda mais, de evitar formas de corrupção ou alienação patrimonial, nesta fase ou neste tipo de negócios, como os contratos de abastecimento por pré-financiamento, que podem dar origem a manobras escuras.

A alternativa possível

Mas por seu turno, o Governo do MPLA insiste em que a gestão económica corrente do país é da sua exclusiva competência e que, sendo assim, não está certo admitir interferências da oposição nessa área. Não é fácil encontrar soluções para o problema. Para já os potenciais investidores andam um pouco às cegas, não se arriscando muito. Até porque receiam que, se forem pelo caminho de negociar com a administração, venham a ser penalizados, futuramente, pela UNITA. E se forem agora pela UNITA, podem ter dificuldades com o poder. A informação e contacto com ambas as partes tem sido uma das fórmulas.

adoptadas, discretamente, por alguns. Mas sempre se defrontam com o problema de que o acordo e o apoio de uma pode levar ao bloqueio e à crítica da outra.

Sendo assim, a alternativa possível mais razoável pareceria ser criar um órgão independente ou integrado na CCPM, que se especializasse no estudo, consideração e aprovação, dos grandes projectos de investimento exterior.

Como sugerem alguns homens de negócios portugueses. Uma vez que aqui, neste organismo, em paridade, ambas as partes poderiam intervir, discutir e aprovar (ou reprovam) conjuntamente tais projectos, eles teriam garantias sólidas de futuro.

Esta solução permitiria também que se estendesse à área económico-social uma colaboração e cooperação entre os ex-inimigos que, até agora, na área político-militar, tem dado os seus frutos.

O projecto foi já sondado nos círculos da direcção política da UNITA e também a alto nível da área económica no MPLA-sendo a receptividade, em princípio, positiva. Quanto à comunidade empresarial portuguesa-ansiosa por estabelecer regras de jogo transparentes e permanentes nesta área-tudo indica que uma solução deste tipo seria bem vinda.

O Governo de Angola já tem preparado o dossier sobre a privatização de todas as roças de café do país. As pequenas e médias roças vão ser distribuídas a agricultores angolanos e as roças de grande dimensão serão entregues a grupos internacionais por concurso público. No total são 200 mil hectares divididos em 33 roças.

Para já, os grupos portugueses mais interessados são o grupo Espírito Santo, Amorim e Mendes Godinho (Queirós e Melo), da Tagol. Dos estrangeiros sabe-se já do interesse de grupos norte-americanos, iranianos e dos ingleses da Lonrho. E as coisas estão mais ou menos definidas entre os interessados: a Lonrho quer explorar as roças da zona de Huije, os americanos o Kuanza Norte e a zona de Benguela iria para os iranianos. Para Portugal, o resto.

O 4º maior produtor

Claro que as coisas não são bem assim, tanto mais que a privatização do café ainda não começou e o Governo de Angola ainda não estabeleceu todas as regras de acesso a essa privatização. Apenas anunciou a distribuição das roças entre agricultores angolanos e internacionais e que não há restrição à compra por parte de estran-

Espírito Santo lança-se na privatização do café de Angola

geiros, desde que no conjunto da sua produção não excedam 30 a 40% da produção total nacional.

Angola já foi o quarto maior produtor mundial de café, com uma produção estimada em 300 quilos de café por hectare. Estávamos em 1974. Em 1986, 12 anos depois, o Brasil ocupava o primeiro lugar no ranking dos maiores produtores mundiais de café com mil milhões de toneladas, a Colômbia o segundo com 714 mil toneladas, em terceiro com 348 mil toneladas a Indonésia, ocupando a Costa do Marfim o quarto lugar com 280 mil toneladas. Para um total de produção mundial apurado nesse ano de 5,2 mil milhões de toneladas de café, o Brasil não se encontrava entre os 10 primeiros. E apenas dois anos depois -1988-, já tinha desaparecido dos 15 primeiros.

Uma visita de estudo

Cavaco esteve esta semana em Angola. Politicamente tudo bem: paz, fraternidade, eleições à vista. Mas economicamente a situação é bem mais complicada. Se a paz pode gerar investimentos, a guerra desfez ilusões e realidades. De facto os 1,3 milhões de quilómetros quadrados do território angolano permitem-lhe ser uma das maiores potências económicas mundiais -recursos petrolíferos, minerais, agrícolas, etc., etc. Permite-lhe, porque em apenas 15 anos Angola recuou mais de 50 anos.

Mas a esperança nas potencialidades de Angola levou a que em apenas três dias mais de 40 empresas se tenham inscrito na missão preparada pela AIP para acompanhar o primeiro-ministro Cavaco Silva a Angola. E, apesar de se dizer que

desta visita não resultou a assinatura de qualquer contrato, o certo é que parte significativa das maiores empresas portuguesas estiveram lá: EDP, Marconi, Mabor, Fnac, grupo RAR, Grão Pará, UMM, Soares da Costa e Atral Cipan. Sem assinar contratos mas com pastas e pastas cheias de projectos.

Os maiores projectos

Já há grandes grupos nacionais instalados em Angola e que desenvolvem projectos principalmente na área agrícola e de agro-indústria e das obras públicas. Na construção civil, por exemplo, a Mota e Companhia (com a luso-angolana Paviterra), Construções Técnicas e grupo Pereira Coutinho, Engil, Somec, Tetra (de Jorge de Brito) e Soares da Costa (que domina o sector das obras

públicas nos Palop) lideram.

A agricultura e agro-indústria é dominada pelos grupos Amorim (o maior investidor português em Angola), Espírito Santo e Mendes Godinho. E depois destas nada mais há a contar. Contam-se pelos dedos de uma mão o número de empresas com negócios de vulto. Apenas investimentos pontuais nos têxteis, bebidas, comunicações e calçado.

Os outros

Há ainda empresas portuguesas a actuar noutros sectores, mas esses projectos não representam uma estratégia concertada do investimento português em Angola. Exemplos são o investimento de 2 milhões de contos da Campeão Português na construção de uma fábrica de calçado; a recuperação do complexo têxtil Nelito Soares,

em Luanda, pela Atma; a construção de uma cervejeira no enclave de Cabinda pela Centralcer, enquanto a Unicer tem já firmado um acordo de assistência técnica com a Cervej, a cervejeira estatal angolana.

Mas à parte estes projectos, os maiores investimentos em Angola são realizados por espanhóis, franceses e sul-africanos. Portugal é o quarto maior investidor. E os angolanos continuam a preferir que o investimento venha de Portugal.

Enfim, é legítimo pensar-se que Portugal pode participar activamente na reconstrução económica de Angola. Porque afinal, para os angolanos só há três classes de pessoas: angolanos, portugueses e estrangeiros.

JEB

Eduardo dos Santos reúne-se com Bush

JOSÉ Eduardo dos Santos avistar-se-á com George Bush no próximo dia 16, durante uma visita privada de 4 dias a Washington e Nova Iorque. Eduardo dos Santos sairá de Luanda no domingo, dia 15, seguindo para Nova Iorque e Washington após uma escala no Sal e regressará à capital angolana no dia 20.

Na visita aos Estados Unidos, que temestado a ser minuciosamente preparada há cerca de um mês, José Eduardo dos Santos encontrar-se-á com George Bush durante vinte minutos na Casa Branca.

O chefe de Estado angolano vai explicar ao Presidente norte-americano, apoiante da UNITA, as transformações políticas e económicas que se têm desenvolvido no seu país, admitindo-se ainda que seja abordada nas conversações a problemática da África Austral.

Em Luanda, fontes ligadas ao MPLA manifestaram entretanto algumas dúvidas sobre a constituição da comitiva presidencial.

As referidas fontes defendem que a comitiva seja o mais reduzida possível, integrando apenas membros do Governo e do Gabinete Presidencial. Foram no entanto detectadas fortes pressões dos Serviços de Segurança para que José Eduardo dos Santos se faça acompanhar por uma comitiva muito mais alargada. Alargamento que incluiria, naturalmente, os próprios elementos da Segurança.

Os sectores mais reformistas do MPLA receiam que «o mais pequeno problema possa fazer descarrilar os resultados da visita», disse uma das fontes que pediu o anonimato. «Angola, o Governo angolano, o MPLA, não é muito popular nos EUA e é sabido que a imprensa norte-americana,

EXPRESSO, SÁBADO 7 DE SETEMBRO DE 1991

Mendes Bota lança 'single'

OS DEPUTADOS do Parlamento Europeu pertencentes ao Grupo Liberal e Reformista (do qual o PSD faz parte), reunidos em trabalho na algarvia localidade de Vilamoura, foram brindados, na passada terça-feira, com um jantar/festa que fez furor.

O eurodeputado social-democrata Mendes Bota subiu a um improvisado palco e, perante o espanto geral, anunciou que ia apresentar à assistência o seu mais recente «single», com o qual queria homenagear a paz em Angola e as relações de Portugal com as ex-colónias.

Ainda ecoavam estas palavras no ar e já Mendes Bota começava a cantar, em «play-back», o seu «Abrço de Paz», com música e letra da sua autoria, e cujo refrão GENTE passa a transcrever:

«Uó, uó, uó, aí Luanda/
Aí, aí, aí, aí Maputo/Uó,
uó, uó, S. Tomé/Aí, aí, aí,
Cabo Verde/E a Guiné-
Bissau também abraça
Lisboa».

O êxito foi tal que a assistência obrigou Mendes Bota a cantar três vezes, ao mesmo tempo que os euro-

deputados se lançavam na pista de dança ao som do endiabrado ritmo africano.

Entretanto, no passado mês de Agosto, Mendes Bota confidenciava ao «Tal e Qual» as suas perspectivas sobre o êxito do disco: «O primeiro-ministro disse que eu corria o risco de ser maltratado por uma certa imprensa, mas manifestou a certeza de que a canção vai ser bem aceite pelos apreciadores deste género de música, cá e nos PALOP».

E ainda dizem que Cavaco Silva não é um homem avisado.



especialmente a de direita vai estar atenta», acrescentou a referida fonte.

Durante a sua estada, além do encontro com George Bush, José Eduardo dos Santos tem agendada uma entrevista no Departamento de Estado e encontros com homens de negócios e editores de jornais.

No dia 23 o Presidente angolano iniciará uma nova ofensiva diplomática europeia que se desenvolverá em Londres e junto da CEE, em Bruxelas.

Quem tramou Cavaco Silva?

19-

Maria João Avelar
em Luanda

A visita de Cavaco Silva a Angola traduziu-se numa gigantesca operação de propaganda do MPLA, com a UNITA a ficar de fora. Como foi isso possível? De quem é a responsabilidade de uma visita que, sendo de Estado, decorreu sob um tom que fez esquecer os recentes acordos de paz?

Ao fim de cinquenta horas passadas em Luanda, numa viagem intensa e complexa, apetece perguntar: quem tramou Cavaco Silva?

Entre a habilidade eleitoral do MPLA, que armadilhou totalmente o primeiro-ministro português — bastava ter só um olho aberto para, logo no aeroporto, "ler" a recepção feita à comitiva nacional — e a aparente aquiescência de Cavaco Silva perante uma sucessão de factos e ocorrências no mínimo bizarras, nasceram inesperadas perplexidades e sobram dúvidas que se julgam irreversivelmente arredadas.

É certo que fora o próprio Cavaco Silva quem, no avião, confessara já ao PÚBLICO que "partia preocupado". Tinha razão: num contacto telefónico feito nessa mesma tarde, não observara ainda de Jonas Savimbi uma certeza de que estaria em Luanda — e o PÚBLICO está em condições de afirmar que o primeiro-ministro adiará inclusivamente a sua visita para os primeiros dias de Setembro, para assim dar "mais margem de manobra a Jonas Savimbi". Análises "frontalmente" as "resistências expressas" de José Eduardo dos Santos, que "fora no ponto de lhe sugerir que desistisse" de levar por diante a sua intenção de se encontrar com o líder da UNITA. E sabia que os homens de Savimbi se manifestavam "cada vez mais irritados" quanto a "atrasos, ausências e inércias" do MPLA no seio de Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM).

Quando pisou o aeroporto de Luanda, a primeira coisa que, ainda na pista, ouviu do embaixador de Portugal naquela cidade foi uma "última sugestão" da UNITA de que o encontro com Savimbi viesse a ocorrer no Lobito, no Huambo ou no Lubango — um recado demasiado tardio, que afastava assim aquela que era a última esperança de Cavaco Silva: a de que o seu frente-a-frente com o

líder da UNITA pudesse ocorrer na manhã seguinte, na cidade de Luena.

Ao mesmo tempo que digeriu esta mensagem e analisava mentalmente os seus efeitos, Cavaco confrontava-se já, na longa passeadeira vermelha, com bandeiras e discos do MPLA, frases alusivas ao PSD, cartazes de Eduardo dos Santos e "posters" ostentando o seu próprio rosto.

Não era um bom princípio. E as horas seguintes — tão vertiginosas quanto tenazes — vieram reforçar um estado de coisas que subverteu, afinal, aquilo que, sendo em primeiro lugar uma visita de Estado (com todas as suas exigências e fronteiras), nunca podia dar-se ao luxo de permitir equívocos ou patrocinar novas interpretações.

Por outras palavras: para alguém que ali tivesse aterrado desconhecendo a realização dos acordos de paz entre o MPLA e a UNITA (assinados quatro meses antes), era como se eles fizessem parte de uma ficção. Isto é, viu-se e ouviu-se "a outrance" um dos lados, receberam-se sobejos sinais dessa existência. Desde solenes e circunspectos banquetes com a chancela do estadista José Eduardo dos Santos, passando por reuniões ministeriais com a assinatura do governante José Eduardo dos Santos, até um gigantesco comício — tão primário quanto ultrapassado no fundo e na forma —, encenado pelo dirigente partidário José Eduardo dos Santos, houve de tudo mas sempre o mesmo...

A "entourage" do primeiro-ministro reclamava que "ele não tinha culpa". Lembra que "o preço da ausência" de Savimbi não podia recair sobre Cavaco Silva. Sublinhava que a UNITA sofre ainda de "inépica" na transição das matas da guerrilha para as exigências políticas da cidade. E, finalmente, em coro afinado, remetia para o facto de, em cada discurso proferido, o primeiro-ministro por-



Cavaco Silva e José Eduardo dos Santos sob a suspeita de "complicidade".

tuagés ter posto sempre a tônica no "espírito e na letra" dos acordos, ter apelado com firmeza para o "empenhamento de ambas as partes no seu total cumprimento" e ter falado sempre para os dois lados.

Mas, mesmo perante tais evidências, duas coisas saltaram claramente para a ribalta dos acontecimentos: as palavras e apelos de Cavaco Silva, dirigidos embora aos dois interlocutores, tiveram em Luanda — e a um ano das eleições angolanas — objectivamente como destinatário apenas um dos protagonistas desta peça; e a atitude (demasiado?) desenvolvida do primeiro-ministro terá contribuído para a ideia de uma certa complicitude — que balança entre o factor humano e o factor político — entre José Eduardo dos Santos e a sua própria pessoa.

Consciente de todos estes riscos, sentindo o tempo em contagem decrescente e sublinhando a importância (no actual contexto) da viagem do Presidente de Angola, dentro de dias, a Washington para um encontro com George Bush ("E

preciso que o Presidente de Angola tenha as ideias muito claras e mostre aos americanos todo o seu empenhamento"), Cavaco Silva, enquanto em público dava de si uma imagem energeticamente satisfeita, prosseguia nos bastidores diversas "demarches" políticas — que o levaram, de resto, no final da viagem, a poder dizer, contra ventos e aparências, que "saía reconfortado".

Este "conforto" do primeiro-ministro, que circula por entre o constrangimento da UNITA, a evidente euforia do MPLA e dos homens do Presidente, e os hostos de Luanda que apontam para "a derrota da UNITA ao entregar de bandeja ao MPLA o êxito desta viagem", advém-lhe porém da "certeza" de ter conseguido o "essencial" do seu objectivo ao partir de Lisboa: mostrar firmeza perante José Eduardo dos Santos, tranquilizar a UNITA.

Ao primeiro — nas duas vezes que falaram longamente a sós —, Cavaco Silva sublinhou a necessidade de uma atitude mais "disponível e empenhada" do MPLA na CCPM, em ordem

ao cumprimento dos três vectores (cessar-fogo, forças armadas e eleições) que constam dos acordos, apelou para a urgência do cumprimento dos calendários fixados — referindo, a propósito, o atraso no acantonamento das tropas.

Aos segundos, levou a "reafirmação sincera" do empenho do Governo português no processo de paz e a garantia da sua "isenção e equidistância". E se destes ouviu pedidos ("A UNITA gostaria que o Governo português agilizasse mais todo o processo") e reservas ("A UNITA teme as interpretações que o Governo português faz das informações veiculadas pelo MPLA"), de Eduardo dos Santos, o primeiro-ministro terá tido porventura ecos de menor loquacidade.

Como, por exemplo, quando fez ver ao Presidente angolano a "importância" da escolha "certa e adequada" de um nome para substituir Lopo do Nascimento à frente da delegação do MPLA na CCPM — de modo a poder, através dessa designação, dar um "inequívoco" sinal de boa vontade à UNITA. Ou quando insistiu junto de José Eduardo dos Santos para que "revisse" a lei eleitoral — sugestão que lhe foi feita pelos homens de Savimbi mas também por Pinto de Andrade, o rosto mais recente e mais forte do recém-criado partido político PRD —, cujas exigências burocráticas não são compatíveis com a quase nula capacidade de resposta das "secretarias"...

Mesmo que tudo isto seja a crédito da equidistância de Portugal neste complexo processo (Cavaco disse publicamente, ao lado do Presidente, que "tinha pena de não ter visto Savimbi"), na cidade descaradamente perdura agora, mais forte, o eco da "vitória certa"... Eduardo dos Santos, apesar do seu semblante taciturno, é hoje um homem feliz. Tem boas razões para isso. ■

PÚBLICO
SABADO 9 SETEMBRO 1991

Para Angola, depressa e em força. Depois de José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi terem trocado um aperto de mão em Lisboa, um número muito significativo de empresários portugueses recordou a palavra de ordem gritada por Salazar há trinta anos. E passou das intenções às acções com uma celeridade inusitada. Só que, ao contrário dos seus concorrentes, os portugueses atacam ao monte e em força. Até ao final do ano, estão previstas nada menos do que 11 missões empresariais.

Esta anarquia, aliada à indefinição dos apoios disponíveis e tendo por pano de fundo a malha burocrática angolana, não deixa margem para dúvidas: o «El Dorado» será uma ilusão para muitos dos empresários que empreendem agora o caminho de regresso à ex-colónia

Angola: as ilusões do regresso

LUÍS MARQUES



O TEMPO que leva a sair do aeroporto de Luanda chega para contar uma vida inteira. O regresso ao passado começa em Portugal, mas é ali que ganha a dimensão física do real. E as recordações saltam em golofadas nostálgicas. A casa que ficou. A empresa de que nunca mais se ouviu falar. A riqueza perdida. As ilusões desfeitas, o mar, a praia, a filha, outra dimensão do tempo, outro espaço.

EXPRESSO, SÁBADO 7 DE SETEMBRO DE 1991

Entre dois os portugueses que assim iam desafiando o novelo da memória, enquanto esperavam a vez de entregar o passaporte ao desconhecido e exigente funcionário do aeroporto. Conheceram

se ali, embora fossem quase vizinhos em Portugal. Um deles ia apenas saber do escritório de representações que tinha abandonado em 1975. Era de Leiria e tinha conseguido saber, embora por fontes muito vagas e não seguras, que o escritório ainda estava como ele o tinha deixado. Se assim fosse, estava com vontade de se instalar de novo em Luanda, retomando o negócio de representações.

O outro, um pouco mais novo, era da Marinha Grande e ia muito simplesmente tentar saber como poderia vender vidro em Angola. Deste último, nunca mais soube nada. Mas do primeiro, homem já passado dos 50 anos, acabei por saber novas pelo

próprio, quando um dia o encontrei à porta do hotel. Estava acompanhado de um angolano, que era o chefe da família que encontrou instalada no tal escritório supostamente abandonado.

Aparentemente, tinham chegado a um acordo. Iam ambos desenvolver o negócio de representações: o português, como patrão, e o angolano, como seu primeiro empregado. O primeiro só precisava, para já, de uma sala, o segundo acantonava-se com a família no resto da casa. Pareciam muito satisfeitos. O português estava disposto, inclusive, a concretizar a ideia da instalação definitiva, chamando a mulher.

Por esse tempo — já lá vão

dois meses —, entre o aeroporto e o hotel, era o Portugal dos salvadores de Angola que se mostrava. Para saber de negócios, conhecer projectos, falar de investimentos, nem era preciso sair do Tivoli ou do Presidente. No primeiro, paravam os responsáveis de algumas das grandes empresas portuguesas, no segundo acotovelavam-se dezenas de empresários chegados em excursão organizada por uma associação patronal do interior.

Luanda inteira fervilhava de contactos. Trocavam-se cartões, adivinhavam-se promessas, prometiam-se favores.

Será que a situação melhorou desde então? Não, tudo

indica que piorou. Até ao final do ano, estão previstas onze missões empresariais: onze a Angola. É fácil imaginar, a esta distância temporal e geográfica, o desespero que deve ir na alma dos responsáveis em Luanda do Instituto do Comércio Externo Português (ICEP), organismo encarregado de dar apoio local a estes novos soldados da reconquista empresarial de Angola.

Se na altura já andavam numa verdadeira roda-viva a tratar destas inúmeras missões empresariais, agora que muitas delas devem estar a aterrar em Luanda, ou em vésperas disso, a confusão deve ser total. Que desespero! Ouvir, em repetitivos seminários e conferências, os

responsáveis angolanos jurarem pela enésima vez que Angola é um ótimo país para investir, e os empresários portugueses a perguntarem em seguida como e onde podem colocar arcas frigoríficas, programas de computador, mobiliário, panos e tecidos que têm em Portugal e de partir o coração ao apóstolo mais emocionado do regresso à África. Em resumo, é patético!

A PAZ em Angola gerou um ambiente de euforia empresarial que ainda não passou. A febre continua alta e não há aspirina de bom senso que a consiga fazer baixar. António da Silva, responsável em



Lisboa pela ligação do ICEP com Angola, reconhece que o resultado prático das missões empresariais é pouco mais que nulo. Considera também um excesso que tanta viagem esteja já programada até ao final do ano. A comparação com a estratégia sul-africana aparece como inevitável.

Os portugueses atacam ao monte e ficam muito contentes se conseguirem regressar após uma conversa com qualquer ministro. Os sul-africanos enviam equipas muito pequenas — nunca mais de cinco ou seis elementos — e limitam os contactos aos directores-gerais. Os portugueses fazem barulho, os sul-africanos são discretos. Os portugueses ado-

ram que se saiba que estiveram em Angola, os sul-africanos pagam para que ninguém saiba. O exemplo da África do Sul podia ser repetido, com poucas diferenças, em relação aos espanhóis, mas deve ser acentuado, pois a África do Sul vai ser, a curto prazo, o maior concorrente de Portugal nas trocas comerciais com Angola, sobretudo nos bens alimentares.

Nesta euforia angolana, há um misto de romântica recordação colonial, ilusão sobre a existência de um cantinho português no Paraíso, tentativa de aproveitamento de uma oportunidade de negócios e puro e simples oportunismo. E há, também, naturalmente, projectos sérios de colabora-

ção empresarial. Mas esses são tratados nos bastidores, em contactos pessoais ao mais alto nível.

A ideia generalizada é que a estratégia portuguesa está errada, ou seja: é confusa e anárquica na gestão das iniciativas empresariais, é deficiente, fraca e pouco clara nos apoios disponibilizados para os projectos efectivamente importantes. Como já esta semana confidenciou um gestor de uma grande empresa portuguesa, daquelas que nunca têm problemas de liquidez: «Angola tem a economia à deriva, as finanças desfeitas e muitas fortunas por fazer. Mas eu quero um financiamento de 50 mil contos para concretizar uma exportação

para Angola e tenho de esperar pelo menos um mês.»

ANGOLA desperta grandes paixões. Ribeiro da Silva, jovem engenheiro nascido e criado em Portugal, é um dos técnicos que não conseguiram escapar a esta atracção fatal. Representa em Luanda várias empresas pertencentes ao grupo Investimentos e Participações Empresariais (IPE), incluindo a própria «holding», que continua a ser maioritariamente detida pelo Estado português. Confessa com um sorriso a sua rendição aos encantos africanos, ao ritmo de vida, ao estilo afro-confuso, em que

tudo é possível menos um ataque de coração por excesso de «stress». Ribeiro da Silva é dos que considera que a situação «não é tão animadora como se pensa em Portugal». Esta nuvem escura que de repente atravessa um céu azul de ilusões nada tem a ver com os problemas anunciados no folclore do «import-export», mas com o cerne da própria estratégia portuguesa de cooperação empresarial com Angola.

Uma grande empresa, quando se instala, como é o caso das que Ribeiro da Silva representa, já sabe dos problemas que vai encontrar. Está, pois, a anos-luz do conhecimento vago que da realidade angolana teri-

un empresário que chega a Luanda para vender quinquilharia.

Uma das dificuldades sentidas por Ribeiro da Silva foi a falta de articulação entre os centros de decisão de Lisboa e quem está no terreno. Depois, há o delicado problema de tratar com uma estrutura de poder com vários centros de decisão, embora cada um deles esteja fortemente centralizado, na melhor tradição dos sistemas falidos dos quais Angola decahou o seu. Em Luanda, ninguém bem informado desconhece que a capacidade de os portugueses influenciarem esses centros de decisão é muito menor do que parece e a propaganda política pode sugerir. O que está em jogo não é a

«a» capacidade de influência actual das empresas portuguesas, que é grande, mas a capacidade futura de continuar a desempenhar um papel decisivo em sectores e actividades estratégicas. E nesta perspectiva, poucos gestores e empresários têm esperanças de que Portugal escape à fatalidade de vir a ser um parceiro menor no grande «boom» da reconstrução.

Ribeiro da Silva não hesita em afirmar que há um défice de «dobbismo» português em áreas-chave. É o caso da delegação da CEE em Luanda, dirigida por italianos e espanhóis, que já provou poder exercer uma influência negativa na pré-selecção de empresas para grandes concur-

sos. Ribeiro da Silva reconhece: «É fraca a nossa capacidade de influência relativamente aos espanhóis, italianos e sul-africanos.»

Exemplo de que nem todo não rosas é o facto de ter encalhado, há quase um ano, o concurso para a gestão da empresa de cimentos de Angola. Um consórcio português composto pela Cimpor, Secil e o Banco de Fomento terá apresentado uma proposta bastante melhor do que o outro concorrente, uma grande empresa escandinava. Só que os nórdicos estão a fazer valer os apoios prestados ao MPLA durante o período colonial em defesa dos seus interesses e conseguiram, para já, adiar a decisão de um processo cujo desfecho rápido era importantíssimo para os interesses portugueses. Outro exemplo é o da recuperação do Hospital Américo Boavida, uma das obras mais importantes em curso na capital angolana. Concorreram quatro empresas portuguesas que se classificaram nos cinco primeiros lugares. Acabou por ganhar uma empresa belga que estava em sexto. Os portugueses também não vão fornecer o equipamento do hospital, mas terão a seu cargo a formação do pessoal, o que em termos orçamentais não é relevante mas é extremamente delicado para o sucesso do hospital. A possibilidade das empresas portuguesas se tornarem subcontratadas menores em áreas-chave para o sucesso dos empreendimentos é encarada com particular preocupação por gestores e empresários.

MAS O PROBLEMA fundamental da cooperação empresarial portuguesa reside, como seria de prever, na área financeira. Neste aspecto não há «dobby» que resista ao peso esmagador dos números. Relativamente às verbas atribuídas à cooperação, quando relacionadas com o Produto Interno Bruto (PIB), Portugal tem uma das mais baixas percentagens da OCDE. Essa verba atinge no nosso país apenas 0,23 por cento do PIB, enquanto em França e em Itália chega a 0,79 e 0,60 por cento, respectivamente. Só a Espanha tem verbas disponíveis para apoiar Angola superiores à soma das disponibilidades portuguesas para a cooperação com todos os países lusófonos.

Um alto quadro angolano da empresa Soares da Costa, uma das maiores em Portugal no sector da construção civil

e obras públicas, afirma que esta construtora tem em carteira um número significativo de projectos que não avançam por falta de cobertura financeira. Segundo o mesmo quadro, é quase impossível negociar coberturas financeiras para projectos em Angola que ultrapassem os sete anos e que tenham uma taxa de juro inferior a 7,5 por cento. A banca espanhola oferece às suas empresas taxas de juro razoavelmente inferiores a 7,5 por cento e, sobretudo, concede prazos de pagamento que em muitos casos podem ir até 25 anos. É óbvio que os apoios financeiros que a Espanha dá às suas empresas resultam não de uma particular originalidade bancária, mas de uma estratégia concertada entre o Estado e as empresas. Em Espanha, é o Estado que garante a cobertura de risco do investimento. Em Portugal, são as empresas. Quer dizer, se Angola não pagar, os bancos portugueses vão buscar o dinheiro às empresas, enquanto os bancos espanhóis vão recuperar o investimento junto dos organismos oficiais. No caso da Soares da Costa, esta situação faz com que a empresa tenha actualmente mais de 70 milhões de contos de risco. Se por hipótese quase absurda, mas teoricamente admissível, Angola interrompesse pagamentos «sine die», podia ser o fim da Soares da Costa.

Os responsáveis da Intersimet, uma activa e bem sucedida empresa de prestação de serviços, reforçam esta ideia. «Todos os negócios que temos feito em Angola têm sido conseguidos por nossa exclusiva iniciativa, têm sido feitos com o nosso esforço, com as nossas lágrimas e com os nossos bolsos. Ninguém nos tem ajudado». E rematam: «O problema dos apoios e da organização do 'lobby' português é gravíssimo.»

JOSÉ BRÁS, consultor do Banco Mundial, considera que as dificuldades das empresas portuguesas no acesso a fontes alternativas de financiamento, necessárias face às dificuldades de o conseguirem em Portugal, resultam da falta de experiência de diálogo com as instituições financeiras internacionais. «Aí existem metodologias, linguagens, processos de trabalho que devem ser conhecidos e seguidos, de forma a facilitar o entendimento entre as duas partes. A verdade é que Portugal e as suas empresas estão afastados desses importantes su-

portes das grandes aventuras empresariais.

O mesmo técnico considera que deveria haver em Portugal, à imagem doutros países da CEE, entidades específicas vocacionadas para a intermediação desse relacionamento, que apoiassem as empresas, promovessem iniciativas e, sobretudo, aproveitassem as facilidades que outros países já aproveitam. É uma outra forma de organizar o «lobby» português.

A questão está em saber como é que os portugueses se podem organizar para influenciar centros de decisão internacionais se em Luanda não conseguem organizar os seus próprios serviços. Manuel Dias Nogueira, o novo conselheiro para a Cooperação da Embaixada portuguesa em Angola, reconhece-o. «Não há nenhum ministério que não faça cooperação. Trata-se de uma situação que dificulta a centralização e uma acção concertada. Deveria haver um sistema de centralização de informação, mas a verdade é que não existe.» Não existe centralização de informação, não existe dinheiro, nem sequer existem estruturas mínimas de apoio.

De uma das vezes que falou com Manuel Nogueira na Embaixada, acabava ele de tratar pessoalmente das autorizações de aterragem do avião particular de um empresário português. «Um assunto que podia ter sido tratado por uma secretária», suspirava, sem conseguir esconder um certo desalento.

Cooperar com Angola é ainda uma aventura, embora com o atractivo de poder ser considerada uma aventura fascinante e de futuro. Em vantagem estão as empresas que têm possibilidade de transformar em divisas nos mercados internacionais o objecto das actividades a que se dedicam. Estão neste caso as empresas que actuam no sector petrolífero ou que têm garantias em «crude» e as que estão no sector das matérias-primas de relevância nos mercados mundiais. É o caso dos diamantes ou dos minérios. Pior estão as que vendem serviços, pois necessitam de coberturas financeiras arrecadadas. Muito pior ainda estarão todos aqueles que quiserem investir na indústria transformadora. Não existindo garantia cambial, quaisquer ganhos obtidos na actividade interna serão irrelevantes fora de Angola. Também os que se dedicam ao comércio, sobretudo de bens alimentares, vão passar por alguns problemas devido à crescente concorrência

dos sul-africanos. Por último, algum sucesso poderão ter os que quiserem instalar-se no pequeno comércio e na pequena indústria. Admitindo que neste caso se tratará de cidadãos portugueses que querem fixar-se em Angola sem a preocupação imediata de repatriar lucros ou de voltar, há de facto um vasto e fértil campo para a sementeira das iniciativas. Está tudo por fazer, a receptividade é excelente, as chagas da colonização portuguesa parecem ter sarado.

Mas também para quem se quer instalar e não o possa fazer num hotel ou num apartamento fornecido pela empresa, a vida não vai ser fácil. Porque não há casas, nem sequer partes de casa, não há transportes, não há serviços de apoio, reina a burocracia e o mercado negro. Só quem quiser fazer de Angola uma aposta de vida, por velhas ou novas razões, deve meter-se agora num avião para Luanda. E se já lá viveu, é bom que esqueça o que viu, porque agora tudo é diferente.

A PRÓPRIA evolução política angolana até às eleições dificulta a estabilização e um quadro de referência, um painel de bordo a partir do qual possa haver apostas empresariais sérias a longo prazo. A liberalização económica iniciada pelo actual ministro das Finanças, Aguiñaldo Jaime, parece ter encalhado definitivamente, não sendo de prever grandes medidas no sentido de aproximar a economia angolana de uma economia oficialmente de mercado, já que, por enquanto, ela é uma economia de mercado selvagem.

A liberalização dos preços como forma de aproximação a uma política cambial que dê alguma verdade à moeda angolana está mais ou menos parada, bem como o processo de privatização de empresas anunciado e sucessivamente adiado desde Janeiro deste ano. Ora não se pode atribuir qualquer credibilidade a uma economia em que a moeda tem no mercado paralelo um valor quinze vezes inferior ao valor oficial.

Neste quadro de dificuldades, as grandes apostas portuguesas têm sido sobretudo em áreas estratégicas que possam salvaguardar algumas preferências essenciais no futuro. É claro que qualquer conversa com esses empresários acaba invariavelmente na constatação de que Angola tem um potencial enorme e de que, no futuro, pode funcionar como apoio

essencial à modernização da própria economia portuguesa. Até lá, todos recomendam bom senso e muita cautela. Ora parece que são exactamente estes atributos que estão a faltar em muitos sectores empresariais portugueses, quando organizam as suas excursões a Angola. A recolha de informação no local é particularmente inglória num país onde a informação não está organizada nem sistematizada. Os responsáveis do ICEP, tanto em Angola como em Lisboa, reconhecem que a informação deveria ser prestada em Portugal. O problema é que, de momento, parece não existir bom senso que resista a esta vaga de fundo. Só quando o próprio movimento da maré passar da praia-mar para a baixa-mar, poderemos ver quais são os que conseguiram manter-se à tona.

«UÀ espera dos portugueses»

«UÀ espera dos portugueses» Rui Carlos Estêvão, quadro responsável da Bolama, acabava de sublinhar uma evidência. Aquela empresa, localizada na periferia de Luanda, só labora graças a um enorme e continuado esforço de improvisação. Das três linhas de produção de bolachas, só trabalha uma, pois as outras duas têm sido desmontadas aos poucos para, com as peças assim obtidas, reparar a linha em funcionamento. Importar peças, nem pensar: não há autorização, nem já se fabricam peças iguais. Papel para embrulhar os rebufados e as bolachas não existe, mas improvisa-se. Descobriram assim um papel de fantasia da antiga fábrica Vilares, nome da empresa à data da independência, e as mulheres lá ce-

tão a magar em bocadinhos o papel com que embrulham os rebufados que os meninos de Luanda comem.

A Bolama tem 263 trabalhadores e é um dos poucos exemplos de uma empresa com alguma gestão própria. Está organi-

zada e limpa, ganha dinheiro, mas está condenada se não arranjar um parceiro estrangeiro que invista na sua modernização. Inclui o pacote das empresas a privatizar, para o que já houve contactos, embora não conclusivos, mas Rui Estêvão

não esconde: «Precisamos muito de gente de fora, mas nós preferíamos que fossem portugueses».

O mesmo repetem Luis Rafael e Adriano David, respectivamente directores técnico e financeiro da Meta, uma empre-

sa de representação, reparação e montagem de veículos automóveis. Neste caso, o processo está mais adiantado, pois a Meta é uma das poucas empresas que já foi entregue aos seus antigos proprietários, uma sociedade constituída por uma cidadã

americana e um português. Há um acordo para a entrada da fábrica portuguesa Galucho no capital da Meta, e os dois quadros da empresa não escondem a satisfação pela solução encontrada. «A desintervenção e a entrada da Galucho foram re-

dem no mercado negro. Os equipamentos estão envelhecidos, incluindo naturalmente os da Meta e da Bolama, facto que deve fazer pensar duas vezes a quem se meter na sua recuperação. Em muitos casos, é como investir numa unidade de raiz.

Durante 15 anos, a Angola industrial viveu do petróleo, onde de facto se concentra o que o sistema tem de melhor no «management». Era também um problema de sobrevivência. É com as divisas do petróleo que se financia a gigantesca rede comercial que alimenta uma população estimada em dois milhões de pessoas.

O envelhecimento do parque de máquinas instalado é um problema de resolução demorada e que exige disponibilidades financeiras e humanas vultuosas e numerosas. Em Luanda, homens que resistiram à degradação, como os da Meta ou da Bolama, estão à espera que os portugueses cheguem.

cebidas com muita esperança», sublinha Luis Rafael. Tal como a Bolama, esta empresa tem vivido da capacidade de sobrevivência dos quadros.

Ao nível das pequenas e médias empresas, a Bolama e a Meta constituem um oásis.

Mais de 60 por cento destas pequenas empresas transformadoras ou comerciais estão paradas. Na esmagadora maioria delas, os empregados vão lá apenas para receber as azenhas com que podem fazer compras nas lojas francas, que depois ven-

José Brás (Banco Mundial)

«Mesmo sem guerra o sistema falhava»

JOSÉ BRÁS é um economista de 41 anos, consultor do Banco Mundial para a reforma industrial em Angola. Ao serviço do FMI, desempenhou várias missões em África, podendo afirmar-se que é um especialista em economia desse continente. Aqui fica um resumo das suas opiniões sobre a situação angolana, a partir de uma longa conversa que com ele mantivemos.

EXPRESSO — Qual é o principal problema da economia de Angola?

JOSÉ BRÁS — Há quinze anos que Angola come, veste, bebe e calça petróleo. Durante todo esse período, as pessoas foram-se acostumando, por necessidade, a ser agentes de transacções, mais do que agentes de produção. Todas transacções paralelas, portanto ilícitas, e por isso não há os incentivos normais para a produção como a conhecemos fora de Angola. Daí que o principal problema hoje continue a ser o da estrutura económica. As empresas que querem funcionar nesse mercado não têm condições para efectuar operações rentáveis.

EXP. — Pode especificar quais são os problemas da estrutura económica?

J.B. — Dentro da estrutura económica, o problema principal é o da distorção de preços relativos. Os preços, a moeda, que normalmente têm importantes funções na economia, como um sinal ou um incentivo para produzir ou não produzir, em Angola não cumprem esse papel. Tudo funciona à base de «esquemas», dos que conseguem alguns bens ao preço oficial e depois os trocam por outra coisa qualquer. As distorções são enormes, pois há bens que ao preço oficial continuam a ser muito baratos quando comparados com os preços do mercado paralelo. O caso de que se fala bastante é o das viagens. É quase impossível conseguir viagens nas linhas aéreas, porque uma viagem à Europa custa o equivalente a uma grade de cerveja. A gasolina também é baratíssima, 60 litros eram, no ano passado, o equivalente a uma lata de cerveja.

EXP. — Considera que a guerra é a causa principal da situação a que se chegou?

J.B. — Acho que mesmo sem guerra o sistema teria falhado. Angola poderia ter gasto muito menos com a guerra, podia por isso ter gasto muito mais em infra-estruturas, em estradas, em escolas, em hospitais. Sem a guerra, certamente que a situação estaria melhor quanto a infra-estruturas físicas, mas não quer dizer que o sistema económico funcionasse.

EXP. — E quais são as dificuldades de mudar a situação?

J.B. — Considero que não é muito difícil aplicarem-se agora as medidas necessárias para melhorar a situação económica. Em Angola, é mais um problema de acumulação de distorções dos preços relativos, e isso, quase por um acto de magia, pode-se alterar de um dia para o outro. Claro que isto não vai ser benéfico para todos. Há muitas pessoas que estão a ganhar muito com os desequilíbrios que existem, mas não o povo em geral. São pessoas que têm acesso a privilégios, a comprar nas lojas francas ao preço oficial

para depois revenderem e realizarem grandes lucros com isso.

EXP. — E o problema cambial?

J.B. — O principal problema de Angola não é só a taxa de câmbio: é também uma estrutura que não dá incentivos nenhuns à produção local. O bem mais barato que há é o dólar. Daí que se importe tudo o que se possa importar. O problema a resolver é motivar a população local para a produção. Isso consegue-se não só pelo ajustamento da taxa geral de câmbio, mas também pela liberalização das actividades, não só juridicamente (isso até já está previsto), mas por medidas práticas, como não serem necessários tantos carimbos para abrir uma mercearia de esquina. Ou que um investimento estrangeiro não esteja dois anos à espera de um aval.

EXP. — Em que sectores considera que é seguro investir em Angola?

J.B. — Acho que, para já, com as condições actuais, há poucos sectores em que o investimento faça sentido, a não ser que seja puramente estratégico.

EXP. — O que se deduz das suas palavras é que as empresas devem ter muito cuidado a tratar os possíveis investimentos no mercado angolano.

J.B. — Sim, é a conclusão que se deve tirar.

EXP. — No entanto, o que domina é a euforia...

J.B. — Existe, de facto, uma natural mas perigosa vontade de regresso à África, um romantismo, ou até mesmo um optimismo ingénuo quanto ao regresso, principalmente a Angola, o que é natural, considerando as muitas pessoas que vivem agora em Portugal e que lá nasceram e cresceram e que têm um enorme desejo de regressar aquilo que deixaram. Mas é necessário também que sejam realistas. Angola já não é uma colónia portuguesa, mas sim um país independente. A nossa grande vantagem quanto à possibilidade de cooperação com os países africanos é, por um lado, termos lá estado muito mais recentemente, haver hoje ainda em Portugal pessoas com idade para trabalhar e com disponibilidade e abertura para ir para África. Isto é único na Europa. Mas aplica-se essencialmente à área das pequenas empresas, dos pequenos comerciantes, toda essa rede de relacionamento económico que é indispensável ao desenvolvimento de qualquer país. Com um mínimo de condições que seja propício ao regresso dessa classe, a economia de Angola pode-se desenvolver muito rapidamente.

EXP. — Considera que, no futuro, o espaço lusófono pode ter uma forte influência económica portuguesa?

J.B. — Acho que sim. No entanto, se outros países conseguirem preparar melhor os seus quadros para o necessário relacionamento com os organismos internacionais, se conseguirem dar apoios financeiros às empresas, então estaremos em desvantagem, pois só a língua não chega. Com um mínimo de atenção a esses vários pormenores, acho que continuamos a estar em boa situação para que um dos principais parceiros do relacionamento económico com os países lusófonos seja Portugal.

Os pioneiros da cooperação

As grandes empresas nacionais constituem a guarda avançada da cooperação empresarial portuguesa em Angola, de cujo sucesso depende muito do êxito da nossa estratégia em África. Pela sua dimensão e estrutura,

podem abrir caminho a uma grande variedade de outros interesses e de outros projectos. Algumas estão bastante activas, de outras esperava-se mais. Eis uma síntese, que funciona como amostra.

SPE - SOCIEDADE PORTUGUESA DE EMPREENDIMENTOS



Dirigida por Queirós Martins, a SPE é a herdeira do ramo português da Diamang. Após um longo afastamento de Angola, retomou uma importante concessão para exploração de diamantes, vai investir na hotelaria e possivelmente numa transportadora aérea interna.

TABAQUEIRA



De forma muito discreta, a Tabaqueira está em Angola desde meados deste ano, para já através de uma associada, a Cotapo. Deverá constituir outras empresas locais e no imediato vai interessar-se pelo sector agro-alimentar e, naturalmente, pelo dos tabacos. Já tem uma equipa instalada em Luanda.

CIMPOR CIMENTOS DE PORTUGAL

A Cimpor participa no consórcio português que concorreu à gestão da Cimangola, a única cimenteira de Angola. Trata-se de um grande projecto, que prevê um investimento que ronda os 25 milhões de dólares.

CORTICEIRA AMORIM



O Grupo Amorim não começou muito bem os seus investimentos em Angola. Chegou a acordo com o Governo angolano para comprar a Mabor, mas alguns erros processuais atrasaram irremediavelmente o negócio. O que se vai seguir é uma incógnita.

EDP ELECTRICIDADE DE PORTUGAL



Conseguiu uma grande vitória com o contrato de construção da última fase da barragem de Lamoun. Mas a EDP quer mais e está disposta a negociar a recuperação de toda a rede de transporte a nível nacional. O aproveitamento do excesso de produção angolana para exportação é um dos objectivos.

BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO



João Oliveira está à frente no que respeita ao interesse de um banco comercial pelo mercado financeiro angolano. Conseguiu ser o «partner» financeiro do investimento em Lamoun e fala-se que poderá tomar uma participação no Banco Popular de Angola. Uma imobiliária já tem projecto.

CONSTRUÇÕES SOARES DA COSTA



É uma das mais activas construtoras portuguesas em Luanda. Bem implantada no terreno e com bons quadros locais, a Soares da Costa tem uma carteira de trabalhos superior a 70 milhões de contos. É obra.

GRUPO ENTREPOSTO



Tem uma forte presença em Moçambique, e o seu presidente, Dias da Cunha, acaba de anunciar que Angola será o próximo passo. Dado o conhecimento adquirido no mercado africano, há expectativa relativamente ao que vão fazer em Angola.

TAP AIR PORTUGAL



A TAP tem um acordo com a TAAG, ao abrigo do qual está neste momento a fazer um levantamento de problemas e a elaborar um estudo para a criação de uma companhia de aviação inter-regional africana. Prevê-se também colaboração no «catering» e no «handling».

BANCO DE FOMENTO E EXTERIOR



Não teve grande êxito uma linha de crédito aberta pelo BFE para empresas que quisessem investir em Angola. Muito cauteloso, o BFE tomou recentemente novas iniciativas e pretende transformar o seu escritório em sucursal e entrar noutras actividades financeiras. Tem um papel fundamental.

PETROGAL PETRÓLEOS DE PORTUGAL



Acaba de conseguir um excelente acordo com a Sonangol, ao entrar na empresa que vai recuperar a rede de distribuição de combustíveis em Angola. Por outro lado, irá participar na exploração do «on-shore» de Cabinda, no qual terá 25 por cento.

SONAE INDÚSTRIA E INVESTIMENTO



O grupo de Belmiro de Azevedo chegou a interessar-se pela distribuição em Moçambique e Angola, mas pouco se sabe da evolução desse projecto. Não é previsível que concretize alguma coisa nos próximos tempos.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES DO ESTADO



Tem um grande número de empresas representadas em Angola, como a Acta, a Soréfa-me, a Profabril, a Norma e outras. Esta dispersão não tem permitido concluir se o IPE tem ou não uma estratégia centralizada para Angola.

SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING)



A RAR começou mal em Angola, com uma má experiência em São Tomé e Príncipe, onde teve de abandonar a gestão da maior roça do país. Sabe-se pouco dos planos da RAR para Angola, mas dado o peso do grupo não é de prever que os planos não existam.

CONSTRUÇÕES TELXEIRA DUARTE



É, como a Soares da Costa, uma das mais dinâmicas empresas de construção em Angola. Conseguiu em Março um importante contrato de 5,6 milhões de contos para a construção de um vasto projecto imobiliário no centro de Luanda. O cliente é a Elf.

EDITORIAL

MPLA-PSD

AO longo de mais de um ano, Aníbal Cavaco Silva e o seu Governo assumiram um exemplar comportamento de figuras de Estado, ao mediar e viabilizarem os acordos de paz de Angola, assinados há três meses, em Lisboa, entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Era, pois, natural que o primeiro-ministro ambicionasse antecipar-se, visitando Angola antes de qualquer outro homólogo ou chefe de Estado, como era também esperado que mantivesse ao longo da viagem a mesma postura isenta com que liderou o maior êxito da diplomacia portuguesa em muitos anos.

A visita concretizou-se esta semana. No entanto, no seu decorrer, Cavaco Silva foi despromovido: partiu como estadista e regressou como mero dirigente político. Elaborado, com efeito, o balanço, pouco mais se apura da viagem do que uma operação de propaganda eleitoral beneficiando, em simultâneo, duas figuras que vão enfrentar as urnas em breve: o próprio chefe do Governo português e o Presidente angolano.

DO ponto de vista político, é muito diferente visitar Angola antes ou depois dos acordos de paz. Se antes seria imperativo não contactar Savimbi, dado que Luanda não reconhecia legalidade ao líder rebelde, já não faz sentido continuar a excluí-lo depois de o ter sentado à mesma mesa com Eduardo dos Santos, considerando ambos em pé de igualdade pelo menos até à realização das primeiras eleições livres em Angola. Seria como ir à URSS depois da Revolução de Agosto e falar com Gorbatchov sem dirigir uma palavra a Ieltsine. O primeiro-ministro britânico,

John Major, teve a este respeito uma atitude impecável, há uma semana, em Moscovo.

PARA Cavaco Silva, porém, o problema parece não se ter colocado. Ou antes, colocou-se mas sem lhe atribuir gravidade. Ainda em Luanda, o primeiro-ministro reconheceu o falhanço parcial da visita ao lamentar não se ter encontrado com o líder da UNITA, mas isso não o impediu de realizar uma viagem por qualquer preço, indo a Angola sem acautelar sensatez nos contactos e sem nenhuma garantia de que ficaria acima da refrega partidária em curso no país. Pelo contrário, deixou-se envolver alegremente na campanha do MPLA, ao ponto de ter sido «armadilhado» num comício do partido (que ainda há meses era tão marxista como o PCUS) e de ter aceitado discursar às massas de improviso. Eduardo dos Santos não podia desejar melhor.

Claro que a UNITA também tem culpas, ao manter até à última hora a indefinição sobre o encontro entre Cavaco e Savimbi. Mas o primeiro-ministro não poderia partir para missão de tão elevada responsabilidade com um programa tão mal amado.

A experiência governativa de Cavaco Silva torna difícil acreditar que haja da sua parte tanta ingenuidade. Se apostou no MPLA, só lhe resta esperar que este partido venha a ganhar as eleições angolanas. O contrário poderia representar a destruição de todo o vasto e valioso investimento que o primeiro-ministro tem vindo a realizar em Angola.

J.V.

7 SET 91

Angola na Petrogal

Do encontro de ontem entre Mira Amaral e o ministro dos Petróleos de Angola, Lourenço Landoit, ficou praticamente definido o cruzamento de participações entre a Sonangol e Petrogal. Assim, vai ser criada brevemente em Angola uma empresa de distribuição de combustíveis. No processo de privatização da Petrogal, a empresa petrolífera angolana está disposta a comprar 10 dos 19% do capital destinado a investidores estratégicos. Os restantes 9% poderão ir para a Petróleos de Venezuela.

Cavaco rejeitou ver Savimbi em Benguela

JONAS Savimbi quis encontrar-se com Cavaco Silva em Benguela no último dia da visita oficial do primeiro-ministro a Angola. A sugestão do encontro, segundo uma fonte oficial portuguesa, foi feita pela delegação da UNITA instalada em Luanda, logo após a chegada de Cavaco à capital da RPA. De acordo com a mesma fonte, a extemporaneidade da proposta acabou por inviabilizar a iniciativa, cujo interesse fora várias vezes manifestado pelo próprio chefe do Governo português.

Em meados de Julho, quando se pôs a hipótese de Cavaco se deslocar a Angola, o Ministério dos Negócios Estrangeiros comunicou à delegação da UNITA em Portugal o interesse do primeiro-ministro em reunir-se com Savimbi. Mais tarde, e no momento em que as diplomacias dos dois países acordaram na data da visita, o empenho no encontro voltou a ser reafirmado.

O assunto viria a ser retomado uma vez mais durante a fase preparatória da deslocação do chefe do Governo, ficando a direcção do movimento in-

cumbida de responder ao interesse das autoridades portuguesas. Por razões a que a diplomacia de Lisboa se considera «totalmente alheia», a parte contactada nunca terá dado uma resposta afirmativa.

A proposta da reunião em Benguela, feita à última hora pela UNITA, foi considerada inviável pelas autoridades portuguesas, sob a alegação de que o programa oficial e não oficial da visita, de apenas dois dias e meio, se encontrava já completamente preenchido.

Apesar dos sucessivos desenhos, o responsável da delegação da UNITA em Luanda, Salupeto Pena, transmitiu a Cavaco uma mensagem em que Savimbi lamenta não ter sido possível o encontro.

Na missiva, Savimbi reafirma o propósito de respeitar os acordos de paz e o cumprimento da sua assinatura. Destaca, finalmente, o que considera ser os três pilares do processo em curso de mais difícil materialização: o acantonamento militar, a constituição das novas Forças Armadas e o problema relacionado com os mecanismos eleitorais.

Vitorino Hossi, um destacado membro do Estado-Maior da UNITA, garantiu ao EXPRESSO que o único motivo pelo qual Savimbi ainda não saiu da Jamba para se instalar na capital se prende com a falta de uma casa para habitar. Por sua vez, o Governo angolano afirma que «se Savimbi ainda não tem casa é porque não quer».

Por ocasião da assinatura dos acordos do Estoril, Savimbi chegou a confessar a Cavaco ser sua intenção ir para Luanda nos finais do mês de Julho. Fontes diplomáticas da capital angolana consideram que o atraso da ida de Savimbi para Luanda se deve essencialmente a questões de ordem política. «O presidente da UNITA deverá estar à espera de se definirem melhores posições para fazer uma avaliação mais acertada da correlação de forças, não só em Luanda, mas também em todo o território nacional» — afirmou um ex-membro do partido no poder.

Na conferência de Imprensa que encerrou o programa da

(Continua na última página)

(Continuação da 1ª página)

visita, o primeiro-ministro, que se fazia acompanhar de José Eduardo dos Santos, sublinhou que partia para Portugal com «muita pena» de não se ter reunido com Savimbi.

Tanto em afirmações ao EXPRESSO como em declarações públicas e formais, os representantes da UNITA em Luanda salientaram o papel arbitral do primeiro-ministro português na construção da paz em Angola e a «importância» da sua visita a Luanda nesta fase inicial do processo de reconciliação nacional. O próprio secretário de Estado da Cooperação, Durão Barroso, que teve de ambas as partes caloroso acolhimento, deu pela primeira vez uma entrevista à rádio da UNITA «Galo Negro», com sede em Luanda.

Comentando a participação de Cavaco no comício de Luena (ver pág. 4 e caderno de Internacional), Vitorino Hossi declarou ao

EXPRESSO: «Acho muito bem: isso só potencia as relações do Governo português com o povo angolano».

Entretanto, ontem em Lisboa, numa conferência de Imprensa convocada para criticar o «desencontro» de Cavaco com Savimbi, Freitas do Amaral alegou que o primeiro-ministro espanhol, Felipe González, anulou uma sua deslocação a Angola, prevista para dentro de dias, por não possuir garantias de se encontrar com o líder da UNITA. O presidente do CDS considerou que, ao «privilegiar» o MPLA, Cavaco não actuou como «homem de Estado».

Por outro lado, a exclusão de Savimbi da agenda de Cavaco em Angola causou também desagrado em Belém, segundo disse ao EXPRESSO uma fonte próxima de Mário Soares. O assunto teria sido abordado ontem, na reunião semanal entre o Presidente e o primeiro-ministro.

Cavaco em Angola: construção da paz no fio da navalha

PORTUGAL vai aumentar as importações de petróleo de Angola, na sequência da visita oficial de Cavaco Silva a Luanda. Esta decisão, recebida com muito agrado pelas autoridades angolanas, irá ser acompanhada por uma série de outras medidas relacionadas com o sector bancário, constituindo o primeiro passo do Governo português no processo da anunciada ajuda à reestruturação económica de um país devastado por 16 anos de guerra.

Banco de Fomento abre delegação

A abertura em Luanda de uma delegação do Banco do Fomento e Exterior e a aquisição por este da Caixa de Crédito Agro-Pecuária e de Pescas, a intervenção do Banco Português do Atlântico no Banco de Poupança e Crédito, através da compra de 40 por cento do capital desta última instituição e uma «injecção» de dinheiros do BESCL no Banco do Comércio e Investimentos, compõem a natureza das primeiras medidas de cooperação e colaboração reveladas por Cavaco Silva às autoridades angolanas.

Outra decisão — essa publicamente anunciada durante a conferência de Imprensa que encerrou a visita oficial do primeiro-ministro à RPA — diz respeito à criação em Lisboa de uma espécie de «corpo de voluntários», destinado a jovens que pretendam ir para Angola cooperar na reconstituição do país, principalmente nas áreas da Saúde e Educação. Apesar de não terem sido ainda definidos os contornos desse instituto, nem definidas as regras pelas quais se regerá, a verdade é que o chefe do Governo já revelou que os «voluntários portugueses» serão tributados com a dispensa do serviço militar obrigatório.

Também a Petrogal (que disporá de 49% de capital) se associará à Sonangol (com 51%) para a constituição de uma empresa de distribuição dos combustíveis em Angola.

O conjunto destas decisões — anunciadas umas e reservadas outras — parece assim constituir-se na sequência lógica de uma visita de carácter eminentemente político. A circunstância de o processo de reconciliação nacional se

afigurar para todas as partes irreversível, não obstante certas dificuldades na materialização dos acordos, está naturalmente na origem das medidas de cooperação e de ajudas financeiras oferecidas pelo Governo português ao Governo de Luanda.

A visita de Cavaco Silva ocorre num momento crucial do processo de concretização dos acordos de paz, no exacto momento em que começam a inscrever-se as primeiras fissuras entre as delegações do Governo angolano e da UNITA, no âmbito da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM). E embora nunca tenha havido violação dos

acordos, a verdade é que se registam atrasos que vêm impacientando as duas partes.

Além da existência de alguns aspectos não contemplados nos acordos de paz ou ultrapassados já pelas circunstâncias, apresentam-se todavia dois — um militar outro civil — que têm provocado alguma falta de entendimento entre o Governo de Eduardo dos Santos e a UNITA, criando assim algumas dificuldades à CCPM. A

UNITA acusa o governo do MPLA de ter atrasado o processo de consulta aos partidos para a fixação do calendário eleitoral, e o governo do MPLA queixa-se da UNITA por ser pouco célere na acantonamento das suas

tropas e respectiva desmobilização.

Clima inquietante e paz precária

A construção da paz em Angola está a ser construída sobre o gume de uma navalha. Para os dois ex-inimigos o processo em curso é complexo, mas irreversível. Ao nível das bases, muito mais do que ao nível dirigente, fica-se com a sensação de que em qualquer momento pode estalar um conflito de dimensões imprevisíveis. Enquanto não se proceder ao desarmamento das duas tropas, principalmente nas cidades, à desmobilização e ao acantonamento militar, nada é seguro. Em Luanda, os soldados do MPLA e da UNITA apresentam-se de pistola à cinta, passeiam-se nas ruas e sentam-se armados nas esplanadas. O clima é inquietante e a paz precária.

Foi neste quadro onde se casam a competição eleitoral e partidária e o sentimento da reconciliação nacional que ocorreu a visita de Cavaco Silva. A presença do chefe do Governo português em Angola, aplaudida pelas duas partes, deu — segundo fontes diplomáticas angolanas e do movimento da UNITA em Luanda — «um novo fôlego ao processo em curso».

A sua posição arbitral e intervenção pessoal numa reunião da Comissão Conjunta Político-Militar, no segundo dia da sua visita a Angola, desencadeou mecanismos que levaram as partes a superar algumas dificuldades que estavam a bloquear os trabalhos.

No termo dessa reunião e ultrapassados os problemas, cuja natureza não foi revelada, a CCPM criou quatro novas comissões para pôr em prática aspectos técnicos de solução mais complexa.

MPLA capitaliza dividendos eleitorais

Apesar de ser manifesto o interesse político desta visita, várias vezes referido por todos os intervenientes no processo, incluindo os observadores norte-americanos e soviéticos, não deixa de se reconhecer que o governo do MPLA soube aproveitar com inteligência a ida de Cavaco Silva a Angola para capitalizar dividendos eleitorais.

Em muitas faixas de pano colocadas sobre as ruas da capital podiam ler-se mensagens de paz e de gratidão dirigidas pelo MPLA ao Governo português. Numa dessas mensagens chegava-se mesmo a associar o partido do poder angolano ao PSD. A Rádio, a Televisão e os jornais dedicaram quase todo o tempo e espaço às notícias sobre a visita de Cavaco.

Os aspectos de natureza mais folclórica ou até mesmo o desmesurado tratamento dos órgãos de comunicação social à visita não teriam sido passíveis de tantas críticas se não fosse o irresistível aproveitamento da presença de Cavaco no comércio de Luena. De acordo com o próprio chefe do Governo, Cavaco fez saber às autoridades angolanas, durante a fase prepa-

ratória da sua deslocação oficial que gostaria de não ficar só pela capital e de aproveitar a oportunidade para um contacto com a população.

Terá sido, portanto, na sequência desta vontade que se deslocou à capital do Moxico para se encontrar com a população local e prestar-lhe simultaneamente a sua solidariedade e homenagem. Primeiro, porque Luena (antiga Luso) foi a mais martirizada de todas as cidades, sobretudo em consequência da «batalha dos 45 dias». Segundo, porque foi neste local onde se encontraram pela primeira vez após os acordos do Estoril os estados-maiores do MPLA e da UNITA. De acordo ainda com as suas palavras, o primeiro-ministro quis prestar, desta maneira, a sua solidariedade com as vítimas e homenagear ao mesmo tempo os homens que se propõem iniciar uma nova era de paz.

A presença de dezenas de milhares de pessoas no comércio em Luena não só surpreendeu a comitiva como o próprio primeiro-ministro, cujo discurso não mereceu quaisquer reparos públicos ou reservados por parte dos dirigentes da UNITA. Um desses dirigentes, que falou ao EXPRESSO em Luanda, disse mesmo que o eventual aproveitamento político que o MPLA fez ou poderá fazer desta iniciativa «não responsabiliza o chefe do Governo português». Aliás, no seu discurso, Cavaco Silva fez as costumadas referências à UNITA e a Jonas Savimbi, reafirmando o interesse que tinha em se encontrar com ele em território angolano.

José Manuel Saraiva

EXPRESSO, SÁBADO 7 DE SETEMBRO DE 1991

Angola: forum da democracia não satisfaz oposição

Gustavo Costa — em LUANDA

A CONVOCAÇÃO de um fórum para a pacificação e democratização política em Angola, feita no final desta semana pelo Presidente José Eduardo dos Santos, não correspondeu às expectativas da oposição civil, dado «o seu carácter limitativo».

Governo e oposição travam, neste momento, um braço-de-ferro em torno das competências a atribuir a tal fórum, que, na óptica do MPLA, «deverá constituir-se num órgão de concertação, consenso e diálogo» sem carácter deliberativo, por não haver razões em Angola que «justifiquem a realização de uma conferência nacional soberana à semelhança do que se passa hoje um pouco por toda a África». Tratar-se-ia, segundo um membro da direcção do MPLA, de uma conferência consultiva, destinada a apreciar o conjunto das leis que irão enformar um novo tipo

de intervenção política de todos os partidos e formações emergentes no processo eleitoral angolano. A oposição considera que este fórum deveria ter maiores poderes e extravasar o âmbito consultivo.

Para alguns analistas, esta proposta, que visa proporcionar a todos os partidos a livre expressão e organização, «sem necessidade de recurso a práticas anticonstitucionais e ilegais», poderia ser bem acolhida na perspectiva de se removerem os «artifícios técnicos» da lei constitucional e da lei dos partidos, que «neste momento dificultam o seu reconhecimento».

A necessidade de desbipolarizar o espectro político angolano é tida como outra das supostas vantagens de adesão de algumas forças à proposta do MPLA, que, entretanto, rejeitou a intenção da UNITA em aliar-se a si através da criação de uma comissão conjunta «para harmonizar a solu-

ção de problemas políticos comuns».

Idêntica recusa teve o movimento de Jonas Savimbi quando propôs ao Presidente a formação de uma outra comissão de carácter militar para resolver por via armada os problemas de Cabinda. Para o MPLA, disse uma fonte do Bureau Político, «a questão de Cabinda tem de ser resolvida pela via do diálogo e a ausência de afinidades entre o MPLA e a UNITA não justifica qualquer aliança, que poderia ser interpretada como uma tentativa de partilha mal disfarçada do poder entre os dois».

PRD propõe plenário

Noutros círculos da oposição, a oferta do MPLA é qualificada como «pouco abrangente». Daí que o Partido Renovador Democrático, agora liderado por Joaquim Pinto de Andrade, tenha proposto para o próximo dia

15 de Setembro a convocação de um plenário onde todas as forças políticas possam discutir em conjunto a elaboração de uma nova lei constitucional.

A adesão do Presidente da Associação Cívica Angolana ao PRD é entendida como o início de uma nova etapa de intervenção do PRD, visando, a partir do prestígio internacional daquele antigo sacerdote, capitalizar uma nova imagem do exterior. Uma fonte próxima da Igreja católica sustenta que esta adesão, que se destina a «erguer um projecto que inviabilize a bipolarização do país», poderá mobilizar significativamente o voto religioso.

Algumas fontes ligadas ao MPLA sublinham que o PRD, «potencialmente, pode surgir com uma terceira força» no momento em que parece estar a captar simpatias entre as camadas mais jovens da capital. Todavia, este partido parece continuar com

(Continua na última página)

(Continuação da 1ª página)

dificuldades em juntar nalgumas províncias as 150 assinaturas — estipuladas na lei — necessárias à sua legalização.

O novo cenário instalado no PRD parece, no entanto, poder vir a constituir-se numa faca de dois gumes. Ao apresentar-se com uma postura diferente, o PRD não abdica da necessidade de «um julgamento moral de 27 de Maio» com a presença de observadores estrangeiros, mas, segundo alguns analistas, o ingresso de Joaquim Pinto de Andrade «é susceptível de provocar eventuais deserções no seio do

partido». Na verdade, o arrastamento de uma vasta legião de intelectuais afectos à antiga Revolta Activa não parece ser do agrado de alguns militantes do PRD, devido a clivagens históricas que opuseram no passado «nitistas» à antiga facção dissidente do MPLA, que, segundo uma voz discordante, se prepararia para tomar de assalto o PRD.

Estas movimentações coincidem com um novo período de capitalização de votos pelo Presidente Eduardo dos Santos, que viu reforçada a sua imagem junto ao seu potencial eleitoral na visita do primeiro-ministro português, Cavaco Silva.

A visita do chefe do Executivo português a Angola e sobretudo a sua deslocação com o Presidente angolano à cidade do Luena, que constituiu um êxito, representaram uma operação de «marketing» eleitoral inegável, que «o Presidente soube gerir com discrição e inteligência». De Luena — localidade onde três jornalistas portugueses (EXPRESSO, RTP e LUSA), uma moçambicana (AIM) e um angolano (independente) serviram de testemunhas no estabelecimento do cessar das hostilidades, em Maio passado, após 45 dias de combate — o Presidente Eduardo dos Santos

transmitiu uma nova mensagem «de harmonização espiritual» entre antigos inimigos, transformados hoje «em meros adversários políticos», mobilizando, desta forma, o apoio da população daquela região em torno do seu projecto.

«Ao empenhar-se pessoalmente no acompanhamento do primeiro-ministro português, Eduardo dos Santos não só sublinhou o seu reconhecimento ao papel de Portugal na paz em Angola como afastou diplomaticamente um encontro do PM com o presidente da UNITA, que não fosse em Luanda», disse um observador ocidental.

Cavaco afirma que desencontro com Savimbi se deveu a dificuldades logísticas da UNITA

Cavaco Silva repetiu ontem, na Antena 1, que a sua recente visita a Angola teve como único objectivo verificar a consolidação do processo de paz e de modo algum o de tomar partido por qualquer das forças políticas existentes. Recordou, por outro lado, que o mesmo país vai participar activamente na reconstrução da sua antiga colónia. Relativamente às próximas eleições, disse que Portugal não tem capacidade para vencer sem Governo de maioria.

AS SEQUELAS da sua recente visita a Angola, as relações institucionais entre o Governo e o Presidente da República, a próxima presidência da CEE e a questão da maioria nas legislativas foram alguns dos temas abordados por Cavaco Silva em entrevista no programa «Nem mais nem menos», da Antena 1, ontem transmitido.

Quanto ao primeiro assunto da entrevista, Cavaco Silva afirmou, nomeadamente, se «há quem privilegie o espectáculo, a manobra política e as jogadas», ele «privilegia a paz» e que a sua ida a Angola «reforçou o papel de Portugal no processo de paz» e nesse sentido «recebeu garantias».

O encontro com Savimbi não se deu «por dificuldades logísticas deles», explicou o primeiro-ministro, acrescentando que «de qualquer forma eles ficaram bastante satisfeitos com a minha ida».

Cavaco Silva disse que não fez referências ao MPLA em nenhum dos seus discursos, mas sim a Eduardo dos Santos e a Savimbi, «ambos signatários do acordo de paz».

«As relações institucionais não boas agora como o foram no passado», disse o primeiro-ministro acerca do relacionamento entre São Bento e Belém, garantindo que da sua parte «nunca virá nada que prejudique as relações futuras», ao mesmo tempo que atribuiu «o que por aí se diz» a «gente que anda atrás do conflito».

Cavaco Silva considerou a presidência portuguesa da Comunidade Europeia «tarefa de grande responsabilidade», mas «nem quer pensar» no que seria «sem estabilidade ou com um Governo de

coligação ou minoritário». Sobre a adesão dos países de Leste à Comunidade Europeia, pensa que «este não é o momento para se alargar a CEE mas para o seu aprofundamento».

A propósito de Macau, «uma questão de política externa», política que «só o Governo pode conduzir», assim como só ele pode «conduzir a transferência do território», Cavaco Silva admitiu que numa próxima revisão constitucional a questão «terá de ser revista», mas só após a eleição de um novo Presidente da República, e assim «deviam acabar com o resquício de que foi a instabilidade política», disse a concluir.

A última parte da entrevista foi preenchida com as questões relacionadas com as eleições de Outubro.

Mas, antes, Cavaco Silva falou sobre a educação, dizendo que a PGA «deve continuar a existir para defesa dos próprios jovens» e afirmando a sua convicção de que, já este ano, «ninguém que tenha mostrado capacidades vai ficar de fora da Universidade».

Cavaco Silva insistiu na exigência de maioria absoluta para formar Governo, dizendo, por um lado, que «Portugal não tem capacidade de vencer sem Governo de maioria» e, por outro, que «os portugueses compreenderão que não posso acenar continuar como primeiro-ministro se eles não me derem a sua confiança para formar um Governo de maioria de deputados na AR. Se não me derem essas condições e eu não merecer essa confiança, então respeitarei a decisão do eleitorado. Não estou agarrado ao Poder», sublinhou.

Cavaco Silva tão-pouco considera a hipótese de vir a presidir a um Governo de coligação porque, disse, «não há possibilidade de governar nessas condições. Um Governo de coligação com o PS ou com o CDS seria levar para o Governo os mesmos desentendimentos que agora nos separam».

A concluir a entrevista, Cavaco Silva repetiu: «Se o eleitorado entender que eu não mereço a maioria, que não sou o mais capaz e o mais competente para conduzir os destinos do País, então dêem-na a outra força política. Mas os portugueses não querem ver o País à deriva. Confio no julgamento dos portugueses».

Encontro Nacional de Mulheres do PSD

Durante o Encontro Nacional de Mulheres Sociais-Democratas, ontem realizado em Lisboa, com a participação de mais de um milhar de militantes de diversos pontos do País, Cavaco Silva desmentiu as «calúnias» dos que disseram que o Governo vai baixar as pensões e subir os impostos depois das eleições.

«Isso passava-se antes de 1985», observou, «e poderá voltar a passar-se no futuro se nas eleições nenhum partido tiver a maioria e a instabilidade regressar ao País».

Pelo seu lado, o secretário-geral do PSD considerou o programa eleitoral do PS o resultado das «lucubrações confusas de ideólogos e funcionários que não conseguem assumir as grandes mudanças do final do milénio».

No entender de Falcão e Cunha, o PS «andou dois meses a organizar conferências de Imprensa para alegadamente divulgar capítulos do seu programa eleitoral», nas quais «se limitou a ataques descabidos ao Governo do PSD».

Em Viana do Castelo, o cabeça de lista do PSD pelo círculo, Marques Mendes, afirmou que «o voto que não seja pela estabilidade pode representar um salto no escuro, um cheque em branco, o início de uma aventura, ou seja, o retorno do País à insegurança».

Editorial

Jorge Wemans

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 5 SETEMBRO 1991

Incertezas

NINGUÉM SABE ao certo quem mandará em Luanda depois de o povo angolano ter escolhido nas urnas os seus representantes.

As eleições livres têm sido devastadoras para os partidos africanos que acederam ao poder e aí se mantiveram sob formas em tudo semelhantes às usadas pelo MPLA. O partido de José Eduardo dos Santos não é, à partida, ganhador.

O regresso da UNITA a Luanda saldou-se por um relativo fracasso: não houve banhos de multidão nem acolhimento eufórico. A fragilidade das suas estruturas e quadros dirigentes parece directamente proporcional ao tempo vivido na Jamba. O facto de ter sido parte na guerra, ao contrário de lhe trazer louros de salvadora da pátria, conota-a com os horrores e destruições da luta fratricida. Ninguém porá as mãos no fogo por uma vitória eleitoral da organização de Jonas Savimbi.

O incipiente PRD — a que de modo completamente inesperado acaba de aderir Joaquim Pinto de Andrade — constitui uma interrogação a que nem a própria Igreja angolana saberá responder com facilidade.

Demasiadas incógnitas para uma terra em que a população se alimenta do mito de viver num «país rico», quando não morre de fome. Incógnitas que aconselham prudência aos investidores estrangeiros e oferecem espaço para novos entendimentos MPLA-UNITA, que excluam terceiros e tendam a prolongar uma partilha de poder a dois.

Nesta conjuntura, Portugal é olhado como fonte de vários «manás» capazes de porem termo ao flagelo da fome e relançar a economia do país. Expectativa ingrata, porque os portugueses podem apenas apoiar o desenvolvimento de Angola, mas não substituir-se aos próprios angolanos na reconstrução do país.

As decisões básicas sobre os mecanismos de funcionamento e regulação da economia angolana, as prioridades em termos de infra-estruturas e qualificação da mão-de-obra não serão tomadas em Lisboa. E em Luanda sabe-se que qualquer programa de recuperação económica passa necessariamente por uma fase de austeridade, que o actual Governo não quer desencadear antes das eleições. Tudo parece, pois, adiado para esse período pós-eleitoral de datas ainda não muito precisas.

A visita de Cavaco Silva terá servido para sanear conflitos e tensões entre UNITA e MPLA e fazer avançar o processo político. Essa a sua virtude. Mas no campo económico, apesar do interesse manifestado por ambas as partes, pouco se terá avançado. A hora ainda é de incerteza em Luanda.



O presidente do PSD chegou atirando ao jogo promovido pela JSD na Costa da Caparica, assistindo apenas nos 15 minutos finais da partida

JSD: fim do SMO e apoios ao ensino

A extinção do serviço militar obrigatório (SMO) e o fim do 12.º ano são algumas das propostas contidas no manifesto da JSD ontem apresentado em Lisboa.

Embora subcrevendo o manifesto do PSD, os jovens social-democratas seleccionaram algumas questões. Assim, disse Pascoas Coelho, durante os próximos quatro anos a JSD vai defender que o ensino secundário termine no 11.º ano, a garantia de que o ensino técnico-profissional seja uma alternativa à Universidade e a diminuição do número de anos dos cursos superiores.

A JSD defende, noutras áreas, a criação de um subsídio de renda destinado aos jovens, aumento do crédito bonificado e o desenvolvimento dos transportes públicos urbanos não poluentes.

Com o objectivo de estreitar os laços económicos

Presidente Collor visita Angola

O PRESIDENTE brasileiro, Fernando Collor de Melo, chegou ontem a Luanda para uma visita oficial de 48 horas a Angola, país que, segundo declarou, é o principal parceiro económico africano do Brasil e futuro «pólo de desenvolvimento regional».

Collor foi recebido no aeroporto pelo seu homólogo angolano, José Eduardo dos Santos, e pelo primeiro-ministro, Fernando França Van Dunem.

A deposição de flores junto ao sarcófago do primeiro Presidente da República Popular de Angola, Agostinho Neto, efectuar-se-á hoje de manhã e marcará o início do programa oficial da visita de Collor de Melo.

Da agenda do Presidente brasileiro consta ainda a visita a empreendimentos de investimento e participação brasileira, como a barragem de Capanda, na província de Malanje. Para além da visita a estruturas de apoio a mutilados de guerra, como o centro de reabilitação em Viana — arredores de Luanda —, Collor deslocar-se-á ao

Museu da Escravidão e a Vila Dagemek, o gabinete para apoio ao plano de desenvolvimento do Médio Quanza.

«Angola é o nosso principal parceiro económico em África e, retomada a paz, um dos principais pólos de desenvolvimento da região austral e de todo o continente», declarou Collor em entrevista ao *Jornal de Angola*.

O Presidente brasileiro reafirmou ainda o desejo do seu país de «continuar a contribuir» para a reconstrução de Angola e explicou a suspensão de linhas de crédito, que se verifica há dois anos, a este país com o facto de o Brasil estar a viver determinadas dificuldades.

No entanto, segundo afirmou o chefe de Estado brasileiro, estão a ser feitos estudos para reavaliar a aplicação dos «escassos recursos» disponíveis do Brasil a aplicar em investimentos e financiamento a importações. Collor previu, para breve, legislação para a retomada de linhas de crédito a curto prazo «em alguns casos especifi-

cos, que estudaremos com o Governo angolano».

No campo da cooperação, Collor afirmou partilhar da intenção do seu homólogo, José Eduardo dos Santos, de «convocar proximamente» a comissão mista bilateral para «explorar novas formas de viabilizar» os processos nas áreas de formação e transferência de tecnologia, além de extensão rural e recuperação de indústrias.

Collor de Melo, que de Angola partirá para o Zimbabwe, Moçambique e Namíbia, justificou o facto de não ir à África do Sul, afirmando que o seu país reconhece e encoraja os esforços do Presidente Frederik de Klerk «para que continue no caminho da transição pacífica e negociada para uma sociedade multirracial e democrática, como a que nos orgulhamos de ter construído no Brasil», mas que falta a Pretória «a concessão dos direitos políticos à maioria negra, ainda impossibilitada de manifestar-se pelo voto sobre os destinos do país».

PUBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO 1991

Collor em Angola

O PRESIDENTE BRASILEIRO, Collor de Melo, chegou ontem a Luanda, para uma visita oficial de três dias a Angola, país que declarou ser o principal parceiro económico africano do Brasil e futuro «pólo de desenvolvimento regional» em África. O visitante foi recebido no aeroporto pelo Presidente José Eduardo dos Santos e pelo primeiro-ministro, Fernando França Van Dunem. Hoje de manhã depõe flores no sarcófago do primeiro Presidente de Angola, Agostinho Neto. E mais tarde vai à barragem de Capanda, na província de Malanje, bem como a estruturas de apoio a mutilados de guerra. ■

Portugueses nos seguros de Cabo Verde

A Impar — Companhia Cabo-Verdiana de Seguros é a primeira companhia de seguros de Cabo-Verde inteiramente privada, constituída por accionistas daquele país e portugueses. Os accionistas portugueses são a Companhia de Seguros Império, a Companhia Portuguesa Rádio Marconi e o Grupo Previdente. De acordo com o programa actual do governo cabo-verdiano, o sector segurador desempenhará um papel importante na captação da poupança nacional, financiamento da actividade empresarial e na cobertura de riscos pessoais, nomeadamente através de novos produtos associados ao Ramo Vida e Fundo de Pensões. Dá-se, deste modo, o primeiro passo na política de abertura do sector segurador ao capital privado nacional e estrangeiro.

SEMANÁRIO 7 SET 91

Livros voadores para África

São Tomé e Príncipe e Cabo Verde vão receber, dentro em breve, um carregamento de livros destinados às suas bibliotecas infantis e juvenis. A iniciativa, a que se associou a directora do Centro Nacional de Cultura, Helena Vaz da Silva, pertence à Fundação Biblionef, criada em Paris em 1984, pelo actual embaixador da Holanda em Portugal, Klaas Ruyg.

Inicialmente, pelo seu significado histórico,

pós-se a hipótese de os livros serem transportados pelo «Creoula». O ministro da Defesa, aberto à ideia, chegou mesmo a dar «luz verde» para o veleiro português avançar. Razões relacionadas com eventuais dificuldades do «Creoula» por essas longínquas paragens levaram Fernando Nogueira a oferecer, para substituição do veleiro, um avião da Força Aérea.

PÚBLICO
SÁBADO, 7 SETEMBRO 1991

Quayle visitou Cabo Verde

O VICE-PRESIDENTE dos Estados Unidos, Dan Quayle, iniciou ontem um périplo de uma semana a vários países africanos, começando a viagem com uma escala de três horas em Cabo Verde.

Durante a sua permanência na ilha do Sal, Quayle teve um encontro de trabalho com o Presidente Mascarenhas Monteiro, com quem trocou pontos de vista sobre questões da actualidade africana e internacional.

Para além disso, foram assinados dois acordos de cooperação bilateral. O primeiro refere-se a uma ajuda alimentar de três milhões de dólares e o segundo a uma oferta do "povo americano" de um milhão de dólares, destinada a "apoiar a implantação da democracia em Cabo Verde".

Quayle, que em seguida seguiu para Abuja, na Nigéria, afirmou-se satisfeito com a troca de impressões que teve com o Presidente cabo-verdiano.

Depois de Cabo Verde e Nigéria, o governante norte-americano desloca-se à Costa do Marfim, Namíbia, Malawi e Zimbábue, nesta sua primeira viagem à África.

No regresso aos Estados Unidos, no dia 14, Dan Quayle conferencia na ilha do Sal com o primeiro-ministro de Cabo Verde, Carlos Veiga.

Os norte-americanos têm estado entre os principais apoiantes do desenvolvimento cabo-verdiano, consistindo esse apoio em dois sectores considerados chave: a área alimentar e a de formação e assistência económica. Só no ano passado, a Cidade da Praia recebeu de Washington 15 mil toneladas de cereais, tendo este ano o montante sido aumentado para 18 mil. E o resultado da sua venda é reconvertido para o Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Em relação à oferta de um milhão de dólares, as autoridades pretendem reduzir a dívida externa, que ronda os 180 milhões de dólares, e aplicar o restante num programa de combate à miséria. A redução da dívida será feita saldando compromissos com o Banco Mundial e com o Banco Africano de Desenvolvimento.

Para além dos laços diplomáticos existentes entre os dois países, vive actualmente nos Estados Unidos a maior comunidade cabo-verdiana no exterior, constituída por cerca de 400 mil pessoas (mais do que nas próprias ilhas de Cabo Verde). E este facto foi referenciado como algo de positivo por Dan Quayle, durante a troca de impressões com o Presidente António Mascarenhas Monteiro. ■

José Vicente Lopes,

Mário Soares aconselha Nino Vieira

PÚBLICO
QUARTA-FEIRA 7 DE SETEMBRO 1991

O PRESIDENTE da Guiné-Bissau João Bernardino (Nino) Vieira foi ontem "aconselhar-se" com Mário Soares à praia do Vau sobre a implementação do sistema multipartidário no seu país. "Pedir os seus conselhos para levarmos à prática rapidamente o processo que temos em curso", afirmou Nino Vieira.

O encontro decorreu após umas curtas férias de quatro dias de "Nino" Vieira que esteve hospedado em Albufeira em casa do Fernando Barata, cônsul honorário da Guiné-Bissau no Algarve. Sobre as denúncias de "repressão policial" feitas por Helder Vaz Lopes, líder do movimento Bafatá - que ontem chegou a Bissau para pedir a legalização do movimento em partido - Nino Vieira defendeu-se das acusações dizendo que "a oposição nunca está satisfeita com nada". A prova de que a democratização está em curso como sublinhou "é que os partidos têm a porta aberta para a legalização" e rematou dizendo que "não se pode fazer tudo para agradar a toda a gente".

Mário Soares afirmou ter convidado o Presidente guineense para almoçar como "amigo" e pelo interesse que ambos manifestam "pelas mesmas coisas", numa alusão à vida política internacional.

No que diz respeito à deslocação de Cavaco Silva a Angola, Soares disse que fora informado da deslocação e dos seus objectivos e que no regresso espera encontrar-se com o primeiro-ministro. Instado pelo PÚBLICO a comentar o protagonismo do Governo na política africana, mais uma vez afirmou não fazer comentários sobre essa matéria.

Sobre os milhares de trabalhadores guineenses clandestinos em Portugal "Nino" Vieira disse esperar para "breve" que o assunto esteja resolvido referindo que o processo está a ser estudado pelas autoridades dos dois países.

O presidente guineense, que ontem abandonou a região antes de regressar ao seu país, vai estar durante dois dias em Lisboa onde manterá contactos com diversas autoridades portuguesas. ■

FOREIGN REPORT

Published by The Economist Newspaper Limited,
25 St James's Street, London SW1A 1HG
2174 September 5th 1991

The PLO and an African airline

Was the Palestine Liberation Organisation (PLO) involved in the operations of Air Bissau, flag carrier of the West African state of Guinea-Bissau? The question was raised following the crash of one of the company's Fokker F-27 aircraft last month. The aircraft, registration J5-GBB, came down on August 15th near Dori in Burkina Faso, while en route to Guinea-Bissau from Kano in northern Nigeria. The three-man crew was killed. The PLO office in London confirms all three were Palestinians but declines to say if they were PLO men. The cause of the crash has yet to be established.

Before the crash, Air Bissau was known to operate three F-27s which had Palestinian crews. A Portuguese news agency reported they were working under an agreement signed in 1988 by the PLO and Guinea-Bissau. Two of the F-27s arrived in the late 1980s from Sudan, where they carried the registrations ST-MMN and ST-EVF and were officially owned by a small Khartoum firm, Sudan Aircraft Service Corporation (Sasco).

One of the Sudanese-registered aircraft, ST-EVF, was acquired by Sasco in 1986. Previously, it was with Maldives Airways, which ceased operating in 1985. Maldives Airways was said to have a relationship with the PLO. It remains



unclear whether the F-27 which came down in Burkina Faso was one of the ex-Sudanese aircraft.

In addition to the Air Bissau aircraft, two other F-27s operate in Guinea-Bissau. One was formerly with the Iranian Air Force but disappeared during the 1980-88 Iran-Iraq war, apparently when the crew defected.

Apart from its F-27s, Air Bissau, which has 130 employees, operates one British-made Avro 748, one five-seat Dornier 27, one 12-seat Dornier 28, one Antonov 24, supplied by Romania, and one Boeing 737.

NEGÓCIOS...

Tertir cria na Guiné três novas empresas

A TERTIR-Terminals de Portugal acaba de constituir três empresas mistas na Guiné-Bissau para actuar nos transportes urbanos, na exploração do porto de Bissau e na comercialização de cimentos, disse ao EXPRESSO Rodrigo Leite, presidente do conselho de administração da empresa.

Na próxima segunda-feira, embarcarão no porto de Leixões, no navio «Atlantis», os primeiros 10 autocarros do fabrico Salvador Caetano que irão equipar a Silo-Dista, uma empresa participada a 60 por cento pela Tertir e com um capital social de 30 mil contos.

As novas viaturas vão reactivar uma antiga empresa

de transportes urbanos que já existia na Guiné com a mesma designação (Silo-Dista) e destinam-se a criar cinco carreiras urbanas na área da capital, além de algumas ligações interurbanas e internacionais, nomeadamente com a criação de uma carreira para o Senegal.

O investimento inicial é de 100 mil contos, mas a curto prazo serão aplicados mais cerca de 30 a 40 mil contos em equipamentos e formação profissional. Segundo Rodrigo Leite, a empresa tem de dar resposta, «com qualidade, às necessidades da população, contribuindo para o seu bem-estar».

A Tertir detém a exclusividade de exploração dos por-

tos guineenses, tendo constituído a Guipor com o objectivo específico de operar no porto de Bissau. A nova empresa, que implicou um investimento de 200 mil contos, entrou em actividade na passada segunda-feira e, «segundo os estudos feitos, está em condições de rentabilizar todo o processo de exploração daquele porto e, consequentemente, de garantir uma facturação promissora», disse ao EXPRESSO Rodrigo Leite.

600 mil contos para os cimentos

Quanto à Simafro, que vai actuar na área dos cimentos, representa um investimento

de 600 mil contos e, tal como nas restantes, a Tertir detém a maioria do capital. Os equipamentos estão comprados e desenvolvem-se agora todas as diligências com vista à instalação do silo.

A Simafro procederá à recepção de cimento a granel, ensacagem automática e distribuição por toda a Guiné e países limítrofes. «Há uma grande carência de cimento por toda a África—referiu o administrador da Tertir—, pelo que terá de ser criada uma estrutura susceptível de atender às numerosas solicitações que, inevitavelmente, vão surgir».

A par da internacionalização do grupo, assente em intervenções fortes nos países

africanos de expressão portuguesa, a Tertir não descarta a possibilidade de estender a sua actividade a novas áreas em Portugal.

Rodrigo Leite confirmou ao EXPRESSO o interesse na privatização da Central do Pêgo, integrando-se no consórcio Eita, em que pontifica o grupo Horácio Carvalho.

O presidente do CA da Tertir diz que está em curso a aplicação «de uma estratégia global que passa pelo transporte de carvão até Sines, onde temos uma parte da Portesines, e depois o transporte e manuseamento até ao Pêgo. Temos, portanto, toda a estrutura necessária ao aproveitamento do máximo de sinergias pa-



As novas empresas mistas da Tertir na Guiné-Bissau vão actuar nas áreas dos transportes urbanos, porto de Bissau e comercialização de cimentos

ra a melhor rentabilização deste projecto».

A empresa de Rodrigo Leite vai iniciar na segunda-feira o processo tendente ao aumento do capital social de 3,85 milhões para 6,4 milhões de contos. O reforço de

2,55 milhões de contos será concretizado mediante a emissão de 2,55 milhões de novas acções com o valor nominal de mil escudos. Deste total, 1,925 milhões resultam da incorporação de reservas. As restantes 625 mil

acções estão reservadas à subscrição pelos accionistas da empresa, ao preço de 1750 escudos cada.

O período de subscrição termina no próximo dia 23, estando a colocação das novas acções a cargo de um

consórcio liderado pela Corretora Atlântico, em que participam a Sociedade Europeia de Financiamentos e Serviços, o BPA e a União de Bancos Portugueses.

Valdemar Cruz

Revelações sobre intentlyna em Moçambique

AS AUTORIDADES moçambicanas revelaram ontem que estão detidas 15 pessoas envolvidas no frustrado plano para derrubar o Governo, em Junho deste ano. Eduardo Mulembwe, procurador-geral da República, disse em conferência de imprensa que 21 pessoas foram inicialmente detidas, mas seis foram postas em liberdade.

Dois foram libertados uma semana após as primeiras prisões por se ter provado a sua inocência, três já no mês de Agosto, por falta de provas, e o último, Cipriano Mahuleque, comandante da primeira brigada de Mapai (uma região fronteiriça na província de Gaza), também por falta de provas. Todavia, sobre Mahuleque, a Procuradoria-Geral afirma sentir a necessidade de aprofundar melhor a investigação, o que significa que não está definitivamente ilibado. Entre os 15 que permanecem detidos destacam-se o coronel-

-general Sebastião Marcos Mabote, o coronel Manuel António, ministro do Interior, o tenente-general José Moiane (na reserva) e três irmãos do falecido Presidente Samora Machel, dois deles civis e um desmobilizado do Exército como sargento.

Segundo a contra-espionagem militar que investigou e fez abortar a conspiração, os golpistas estavam a preparar a intentlyna para o dia 7 de Abril, mas adiaram-na para 28 de Junho. As primeiras detenções foram feitas a 21 de Junho. O processo, na sua fase de instrução preparatória, esteve a cargo do Snasp (Serviço Nacional de Segurança Popular, hoje SISE), que o entregou no dia 19 de Agosto à Procuradoria-Geral da República.

Segundo Eduardo Mulembwe, a Procuradoria procede agora a fase de "instrução contraditória", cujo período de trabalho é de três meses,

devendo depois o processo ser remetido ao Tribunal Supremo para julgamento dos arguidos.

Os acusados irão a tribunal sob a acusação de crime contra a segurança do povo e do Estado ao abrigo da lei 2/79 e não ao abrigo da lei sobre crimes militares. A nova Constituição afirma que os crimes contra a segurança do Estado têm como penas máximas entre 20 a 24 anos de prisão. A lei 2/79 está ainda a ser usada em virtude de não ter sido promulgada a nova sobre a mesma matéria, ao abrigo da nova Constituição. No entanto — esclareceu o procurador-geral —, a pena de morte prevista na anterior Constituição e na referida lei 2/79 não poderá ser aplicada agora em Moçambique, de acordo com o estado de direito previsto na Constituição aprovada em Novembro do ano passado. ■

Teresa Lima, em Maputo

Império em Maputo

A COMPANHIA de Seguros Império manifestou ontem o seu interesse em implantar-se em Moçambique, depois de conhecidas as intenções do governo local em abrir o sector à iniciativa privada. Segundo Madeira Correia, director-geral da Império, a seguradora já solicitou ao Governo de Moçambique uma autorização para a constituição de uma companhia de seguros privada em "join venture" com empresas moçambicanas. A empresa proposta por Portugal são a Império, com 30 por cento, Marconi e grupo Previdente com 10 por cento cada. ■

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 8 DE SETEMBRO DE 1991

Moçambique sem Segurança

□ O MINISTÉRIO da Segurança de Moçambique foi suprimido na sequência de uma alteração das estruturas dos serviços de segurança, anunciou o Presidente Joaquim Chissano.

Ajuda a Moçambique C-130 segue amanhã

UM AVIÃO C-130 da Força Aérea segue amanhã com destino a Moçambique em missão humanitária. O Hércules da FAP vai transportar sete mil toneladas de medicamentos para o Hospital de Nampula, província afectada por graves carências no domínio da saúde. Os medicamentos foram oferecidos pelo Ministério da Defesa, em resposta a apelo formulado pelas autoridades moçambicanas. A entrega oficial será feita na cidade de Maputo pelo embaixador de Portugal. Depois o avião da FAP voará para a cidade de Nampula para descarregar o material.

O voo de regresso trará para Portugal 81 militares das Forças Armadas de Moçambique que, ao abrigo de protocolos assinados com o Estado-Maior General das Forças Armadas, vão frequentar cursos de qualificação em diversas unidades e estabelecimentos de ensino dos três ramos das Forças Armadas portuguesas. O C-130, nos voos de ida e regresso, fará trânsito por Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. ■ t.t.

Maria Barroso visita refugiados moçambicanos

MARIA BARROSO visitará na próxima semana a vedação eletrificada que separa a África do Sul de Moçambique e diversos projectos destinados a refugiados moçambicanos, segundo apurou a agência Lusa junto do padre Pierre le Scour. Este responsável religioso dirige o projecto "Masungulo", do qual a mulher do Presidente Português é "patrona". Durante a viagem, que começará segunda-feira, Maria Barroso encontrará-se-á com Marcelina Chissano, mulher do presidente moçambicano, e com o cardeal Alexandre dos Santos. Esta deslocação é feita a convite da Conferência dos Bispos Católicos da África Austral sendo o primeiro destino a vila de Reasano Garcia, cujo acesso é feito, por razões de segurança, pela África do Sul. ■

ICEP em Moçambique

O INSTITUTO do Comércio Externo de Portugal (ICEP) estabeleceu um acordo com o Governo de Moçambique com vista à criação do Instituto de Promoção das Exportações (IPE), que definirá a política industrial daquele país africano, disse ao EXPRESSO Pedro de Almeida, presidente do ICEP.

O novo organismo terá como principal objectivo, no imediato, contribuir para a criação de uma forte componente exportadora. Quando tiver toda a sua estrutura estabilizada, o IPE exercerá em Moçambique basicamente as mesmas funções do ICEP em Portugal.

O instituto presidido por Pedro de Almeida está ainda a participar, em colaboração com o Instituto de Desenvolvimento da Indústria Ligeira, num levantamento de toda a indústria ligeira de Moçambique.

Trata-se, segundo o presidente do ICEP, de um trabalho «de grande importância e que acaba por ter um interesse não desprezível, no sentido em que nos permite ter uma noção exacta de quais são as dificuldades

e necessidades reais daquele país».

No passado domingo partiu para Moçambique um técnico superior do ICEP que, ao abrigo de um acordo com o Gabinete de Promoção do Investimento Estrangeiro, vai proceder a um levantamento — em todos os ministérios — da legislação existente para, até final do ano, poder elaborar um Guia do Investimento Estrangeiro.

Apesar de não existirem ainda certezas sobre o modo como poderá evoluir o processo de paz, Moçambique foi o terceiro principal mercado africano para os produtos portugueses em 1990 e acabou por ser — no grupo dos cinco PALOP — o país onde se registou maior investimento de origem portuguesa (600 mil contos em 1990).

Angola: o mercado mais apetecível

A componente africana está a merecer uma particular atenção por parte dos técnicos do ICEP, surgindo agora Angola como o local mais apetecível para o investimento português.

Em Novembro, cerca de 180 empresas de diferentes sectores industriais e várias estruturas patronais, como a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, participam na Feira Internacional de Luanda (FIL).

No âmbito do programa previsto para a FIL, Pedro de Almeida destaca uma acção de promoção dos escritores portugueses — «Angola tem sido um grande mercado, especialmente no livro escolar, mas é possível abrir outras frentes» — e a realização de um seminário sobre o CDI-Centro de Desenvolvimento Industrial de Bruxelas, ligado à Convenção de Lomé 4, que abordará as formas possíveis de promover o apoio a empresas interessadas em investir naquele país.

Angola tem sido o principal mercado africano dos produtos portugueses, com um volume de exportações de mais de 40 milhões de contos em 1990. Um dos factores positivos para o normal desenvolvimento das trocas comerciais resulta do facto de haver uma linha de crédito de petróleo a funcionar em pleno, «o que, só por

si — diz Pedro de Almeida — não é suficiente para cobrir toda a dívida. Acontece que todos os outros canais de pagamento têm estado a funcionar sem sobressaltos, o que constitui um factor de peso quando os industriais portugueses equacionam a possibilidade de investir neste PALOP».

O ICEP está a dar assistência técnica ao Ministério do Comércio angolano e desenvolve agora contactos que permitam dirigir para os cinco PALOP programas comunitários susceptíveis de serem utilizados naqueles países através dos Fundos Regionais. Depois de feito um levantamento dos fundos disponíveis, o ICEP tenta agora elaborar um projecto que possa ser utilizado pelos Cinco, pois, de acordo com Pedro de Almeida, «só assim se conseguirá cativar as verbas que sabemos ainda estarem disponíveis».

O montante a fundo perdido financiado pelo CDI é de 70 por cento e em 1990 foram já concretizados 64 projectos, particularmente nas áreas da formação e comércio externo.

AIDA organiza missão a Moçambique

A AIDA-Associação Industrial do Distrito de Aveiro está a preparar uma missão empresarial a Moçambique que se realizará de 21 a 28 de Outubro do corrente ano.

De acordo com a direcção da AIDA, as relações de cooperação entre Portugal e Moçambique e o processo de reestruturação em curso neste país abrem boas perspectivas às empresas portuguesas que queiram participar na recuperação e desenvolvimento da economia moçambicana.

Esta missão empresarial

contará com a colaboração do Instituto do Comércio Externo, do Instituto de Cooperação Económica, da Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Moçambique, da Associação Industrial de Moçambique e da Câmara de Comércio de Moçambique.

ANJE em Maputo

A FORMAÇÃO profissional e a criação de apoios à instalação de empresas em Moçambique são algumas hipóteses de acção da Associação Nacional de Jovens Empresários Portugueses (ANJE) naquele país, revelaram os responsáveis por esta

Penas pesadas

MAPUTO — Eduardo Mulembwe, procurador-geral da República de Moçambique, afirmou que os 21 militares e civis detidos em Junho sob a acusação de tentativa de golpe de Estado poderão ser condenados a penas de 20 a 24 anos de prisão maior. Entre os detidos encontram-se 15 militares, sendo alguns de patente elevada, e seis civis, incluindo uma mulher.

organização depois de terem visitado Maputo. Para Paulo Barros Vale, presidente da ANJE, esta missão foi «cem por cento positiva» e pode ter aberto «algumas portas» à instalação de empresários em Moçambique. Os resultados da iniciativa, acrescentou Barros Vale, mostram que «vale a pena apostar» nos PALOP. Os vinte jovens que integravam a missão mostraram-se preocupados com os estrangulamentos existentes na sociedade moçambicana, salientando apesar disso que aquele país poderá ser um bom mercado em termos de indústria.

Cinco ex-ministros de S. Tomé vão responder em Tribunal

Manuel Dende,
em S. Tomé

O Governo são-tomense acusa diversos ex-ministros do MLSTP da prática de actos de corrupção. O ex-primeiro ministro Celestino da Costa está impedido de sair do país e o vice-presidente da Assembleia Nacional perdeu a imunidade parlamentar para responder à justiça.

Aumentou para cinco o número de antigos membros do Governo da República de S. Tomé e Príncipe envolvidos num processo de alegada corrupção, ainda na fase de instrução preparatória na Provedoria da Justiça daquele país africano. Celestino da Costa, ex-primeiro-ministro, é um dos envolvidos. O caso foi despoletado pelo actual Governo, que afirma haver "indícios de crime" na construção de casas e hospitais pré-fabricados que o anterior executivo promoveu.

Além do ex-primeiro ministro, já foram notificados para prestar declarações o antigo ministro do Equipamento Social e Ambiente, Carlos Ferreira, bem como os ex-ministros da Defesa, Raul Bragança, da Cooperação, Guilherme Posser da Costa (irmão de Celestino da Costa), e da Saúde e Trabalho, Rocha da Costa. Guilherme Posser da Costa, que agora é vice-presidente da Assembleia Nacional, perdeu a imunidade parlamentar para depor perante a justiça.

Cento e vinte casas e três hospitais por pagar

O processo, a que o PÚBLICO já se referiu na edição de sexta-feira, remonta a 1987, quando foram construídos, com fundos do Banco Mundial, 120 casas pré-fabricadas e três hospitais, por intermédio de uma empresa italiana, a Technol Systems, que, segundo a imprensa ocidental, foi expulsa de Moçambique depois de ater sido acusada da prática de negócios considerados ruinosos para o país.

Segundo o PÚBLICO apurou, a aquisição das casas pré-fabricadas e dos hospitais foi previamente negociada entre o anterior Governo são-tomense e o seu con-

tração de diversos contratos

Um dos contratos reporta-se à aquisição de 40 casas pré-fabricadas, no valor de 5 milhões e 400 mil francos suíços e foi assinado pelo ministro do Equipamento Social e Ambiente, Carlos Ferreira. Outro, respeitante à instalação de três hospitais, avaliados em 5 milhões e 400 mil francos suíços, e foi rubricado pelo ministro da Saúde, Trabalho e Previdência Social, Armindo Vaz d'Almeida. O terceiro contrato, respeitante à aquisição de 40 casas, no valor de 5 milhões e 400 mil francos suíços, foi assinado pelo ministro da Defesa, Raul Bragança. Finalmente, o quarto contrato, para outras 40 casas também no valor de 5 milhões e 400 mil francos suíços, foi assinado pelo ministro da Cooperação, Guilherme Posser da Costa, que se assumiu já como o arquitecto de todo o projecto.

O actual executivo são-tomense sustenta que as referidas casas, anunciadas inicialmente como um donativo do Governo italiano, "foram colocadas em S. Tomé e Príncipe depois de um processo negocial pouco transparente que excluiu o próprio Ministério da Economia e Finanças".

Posser da Costa manifestou já a sua estupefacção em relação às suspeitas de que os membros da (agora) oposição têm sido alvo, dado que, segundo afirma, as casas nem sequer chegaram a ser pagas. De acordo com informações prestadas por membros do anterior Governo de S. Tomé ao PÚBLICO, o perdão dessa dívida foi obtido como "moeda de troca" pela libertação do representante da Unicef em S. Tomé, um italiano de nome Curtale. Este italiano teria matado a mulher ao descobrir-lhe uma relação

extramatrimonial com um natural de S. Tomé. Segundo a lei então vigente, Curtale deveria ser julgado por tribunais são-tomenses, mas acabou por sê-lo em Itália, na condição de as casas serem "oferecidas".

Ex-primeiro-ministro impedido de sair do país

O caso, despoletado pela acusação feita pelo governo directamente para a opinião pública, tem tido uma evolução surpreendentemente rápida. Além da audição de diversos acusados, o vice-presidente da Assembleia Nacional, Guilherme Posser, já perdeu a imunidade parlamentar para prestar declarações e o ex-primeiro ministro, Celestino da Costa, está desde quarta-feira impedido de sair do país.

Mas o processo está também a ganhar um recorte marcadamente político. Guilherme Posser, ele próprio parte do processo e advogado do ex-primeiro-ministro Celestino da Costa, de quem é também advogado, disse que a publicação pelo Governo de uma nota de imprensa sobre um caso que está sob a alçada da justiça visa criar um ambiente entre a opinião pública que pode conduzir à viciação de todo o processo e prejudicar uma apreciação isenta dos factos.

O ex-ministro anunciou já a instauração de procedimento criminal contra o Governo por aquilo que considera como "crime de difamação" ao seu constituinte, traduzido na divulgação de informações que legalmente deveriam ser mantidas confidenciais. Na sua opinião, o modo como o Governo agiu põe em causa a independência do tribunal e os órgãos jurisdicionais. O executivo diz

está a fazer um "pré-julgamento público" dos acusados.

Segundo revelou, o Governo enviou para a comissão permanente da Assembleia Nacional os "dossiers" que constituem a queixa que foi apresentada pelo governo contra dois dos acusados. A divulgação dessas peças probatórias fere o segredo de justiça nesta fase de instrução preparatória e reforça a sua apreensão pela criação dum estado emocional que é prejudicial à isenção que deve guiar a justiça na apreciação do caso.

Protestos da oposição

O caso ganhou já foros de luta política entre o MLSTP-PSD, agora na oposição, e o Governo e o partido que o sustenta, o PCD, do primeiro-ministro Daniel Daio.

Num comunicado divulgado logo na quinta-feira, o MLSTP acusou duramente o Governo de Daniel Daio de praticar uma "política de irresponsabilidade criminosa", visando criar "um clima nacional de divisão, ódio e de ambição frenética do poder", e de adoptar uma conduta que só se explica pela satisfação de desejos de vingança pessoal e pelo autoritarismo dos dirigentes mais influentes do PCD.

Para o MLSTP-PSD, a atitude do Governo poderá minar a vivência democrática e socio-económica são-tomense, que se afigura já difícil. Ainda de acordo com o comunicado, um comportamento desta natureza "constitui consciente e inconscientemente uma verdadeira diversão face às dificuldades que o partido no poder começa a experimentar em relação às eleições autárquicas", anunciadas para Novembro. ■

Who can trust Pretoria now ?

At his press conference on 30 July, South African President F.W. de Klerk declared categorically that nobody has ever been abducted by the South African armed forces (SADF) and obliged to serve in their ranks.

De Klerk was either consciously lying, or he is woefully ignorant about the operations of the SADF.

For both *AM* and the Johannesburg weekly the *New Nation* have carried the stories of two Mozambicans, Felix Ndimene and Carlitos João Maria, who were kidnapped inside Mozambique, taken over the border and forced to serve in the SADF. Their full stories are printed elsewhere in this issue.

Among their revelations are that South Africa has never implemented the Nkomati Non-Aggression Accord that it signed with Mozambique amidst great fanfare in 1984. Mr Ndimene and Mr Maria were both stationed with the notorious Fifth Reconnaissance Commando ("Five Recce") at Phalaborwa in the eastern Transvaal. They testify that the Renamo bandits still have a training base at Phalaborwa, and that Five Recce remains deeply involved in the destabilisation of Mozambique.

Naturally, these claims have been denied by the regime, notably by its Foreign Minister Roelof Botha. This is the same Botha who described previous South African support for Renamo in the 1984-85 period as mere "technical violations" of the Nkomati Accord, the same Botha who tried to blame the death of Samora Machel on the alleged drunkenness of the Soviet plane crew (conclusively disproved later at South Africa's own investigation into the plane crash), the same Botha who authorised clandestine payments to the tribal vigilantes of Inkatha.

The statements by abducted Mozambicans have far greater credibility than those of this shabby international salesman for the apartheid regime.

The world has tended to give de Klerk's government the benefit of the doubt, and western powers are trying to "reward" him by lifting sanctions. But the simultaneous scandals of the continued violations of the Nkomati Accord, the direct SADF involvement in the township violence, and the payments to Inkatha all indicate that apartheid strategy has not fundamentally changed.

De Klerk's National Party still holds power, and is doing its utmost to cling onto it - both domestically and regionally. Thus it is using a strategy of violence to terrify and demoralise the liberation movement at the same time as building alliances with conservative forces such as Inkatha. It is determined to maintain its hegemony over the region, and thus Renamo remains a useful tool (though it has been convenient to unload much of the logistical work onto third parties, such as Kenya).

Those who defined apartheid as a set of specific laws (the Group Areas Act, the Population Registration Act, the Land Acts etc) now proclaim that, since these laws have been abolished, apartheid must be dead. But if apartheid is defined in a more political fashion, as a set of mechanisms for maintaining white (and especially Afrikaner) rule, and for ensuring the domination of South African capital regionally, then it is very much alive, albeit crisis-ridden.

De Klerk understood that the old ways of ruling no longer worked. So he embarked on dismantling the legal structure of the past four decades, and unbanned the liberation movement. But the old constitution is still in force, the National Party still runs the state apparatus, and de Klerk's main concern, far from democratisation, is how to maintain white power and privilege.

Demoting the former ministers of defence and of law and order, Magnus Malan and Adrian Vlok, is a cosmetic move. In any democracy, people such as Malan and Vlok would be in jail, not in government. And de Klerk has left untouched the SADF hierarchy: the apartheid generals are still there, and they still pose a threat both to the people of South Africa and to the region.

As Felix Ndimene put it: "It's the same South Africa".

Greve da fome na África do Sul

A POSSÍVEL morte de Henry Martin, um dos três elementos da extrema-direita que se encontram em greve da fome e que ontem foram visitados pelo líder do ANC, Nelson Mandela, poderá colocar a África do Sul à beira da guerra civil.

Martin completou já 57 dias sem comer e os outros dois grevistas, também brancos, Adrian Maritz e Lood Van Schalkwyk, 51 e 43 dias, respectivamente.

O seu protesto é contra a decisão do Governo de não os indultar, apesar de se considerarem presos políticos, como os do ANC que entretanto foram postos em liberdade.

Martin, Maritz e Van Schalkwyk são acusados de actos de terrorismo, mas contam com a solidariedade do Partido Conservador e de outros grupos da direita, que se poderão mostrar cada vez mais adversários do Partido Nacional, no poder, por o considerarem conivente com o Congresso Nacional Africano (ANC).

O vice-presidente de um dos grupos de extrema-direita, o Orde Boervolk, C. J. B. Vermaak, demitiu-se ontem, por não concordar que Mandela tivesse sido autorizado a visitar os grevistas da fome.

"Os verdadeiros combatentes da direita vêm Mandela como parte do inimigo e nunca permitirão que fale com os detidos" — afirmou Vermaak, no meio de toda a controvérsia que a África do Sul vive quanto ao período de transição para a plena igualdade de todos os cidadãos.

O presidente do ANC vai hoje pedir ao Presidente Frederik de Klerk que indulte os três indivíduos acusados de terrorismo contra o próprio movimento anti-"apartheid"; e disse que os mesmos "detêm informações muito

importantes sobre os serviços secretos sul-africanos e os serviços de informação militares".

Nas suas conversas privadas dos últimos meses, os membros do Governo sul-africano não costumam criticar o movimento liderado por Nelson Mandela, mas sim os grupos da extrema-direita, que consideram um grande obstáculo para uma normal transição pacífica.

Embora oficialmente o processo de negociações constitucionais ainda não tenha começado, o Partido Nacional já divulgou as suas propostas, que incluem uma Assembleia de duas câmaras: uma eleita em base proporcional e a outra em base regional.

Como seria de prever, à direita disseram que as propostas do Presidente De Klerk visam entregar o poder à maioria negra e à esquerda comentaram que as mesmas visam manter o "apartheid".

No entanto, admite-se que o processo negocial vá mesmo por diante, dentro de alguns meses, envolvendo designadamente o actual Governo, o ANC, o Partido Inkhata e o Conselho das Igrejas Sul-Africanas. ■

Steven Lang, em Joanesburgo

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA 3 SETEMBRO 1991

Sob dois fogos

O JORNAL

6.9.1991

Frederik de Klerk propõe a divisão do país em nove regiões, cada qual com seu governo

Ferreira Sebastião
Joanesburgo

O PROJECTO constitucional do Partido Nacionalista sul-africano é considerado pelos conservadores (oposição oficial) como «uma receita para a dominação negra e a supressão dos brancos». Enquanto isto, as propostas apresentadas pelo partido liderado por Frederik de Klerk (NP) constituem, para o ANC, «uma fórmula aceitável para a formação de um governo interino, embora se apresentem extremamente artificiais para serem permanentes».

O documento-base constitucional, elaborado pelos nacionalistas (no poder), prevê, entre outras coisas, o fim do sistema presidencialista. O presidente é substituído por um Conselho Executivo de três a cinco membros.

O projecto sugere a formação de um gabinete presidencial multipartidário, constituído por representantes de partidos «com base política comprovada» e o «uso de um siste-



Manifestações neonazis em Pretória

A extrema-direita recusa terminantemente um governo negro

ma de representação ponderado, para eleger membros de uma das duas câmaras parlamentares» que propõe.

Segundo o plano, preparado pelos estrategos nacionalistas, a África do Sul será dividida em nove regiões, cada qual com governo próprio, unidas num sistema federativo.

Neste ponto é evidente a

forte discordância com a posição assumida pelo ANC, que defende um governo fortemente centralizado, e exercício dos maiores poderes possíveis pelo presidente, o gabinete e o Parlamento.

Os nacionalistas afirmam pretender «tomar parte num governo ao estilo europeu, sob uma nova Constituição».

«Necessitamos de encon-

trar uma democracia de participação de modo a que não acabemos num sistema ditatorial e fora de moda», avisa Stoffel van der Merwe, ex-ministro da Educação, nomeado há dias secretário-geral do Partido Nacionalista.

Outros elementos-chave das propostas do NP consistem na formulação de novos limites dos municípios, de forma a que todos os grupos nacionais sejam administrados por câmaras municipais integradas, o reconhecimento de um Estado democrático, sem «apartheid» e sem discriminação baseada na raça e a institucionalização de um sistema «um-ho-

mem-um-voto», sem dominação de grupos.

Chuva de críticas

O ANC acusa os nacionalistas de se «encontrarem envolvidos num exercício de manobras para entrincheirar o que não passa de direitos étnicos».

Para o Congresso Nacional

Africano, «a estrutura federal com nove governos regionais não apenas criará mais burocracia como negará efectivamente o direito de governar ao partido maioritário».

Uma fonte do ANC, em Joanesburgo, afirmou que «os planos nacionalistas negam basicamente a formação de uma democracia na África do Sul, limitam e negam as consequências da lei da maioria, e tornarão muito difícil a tarefa da reconstrução nacional».

Por seu turno, Andries Treurnicht, líder conservador, afirmou que «o plano do Partido Nacionalista, se vier realmente a ser aprovado pelo seu congresso, levará à substituição de valores e padrões do Primeiro Mundo pelos valores e padrões do Terceiro Mundo».

Os conservadores consideram que «os princípios básicos apontam para um governo da maioria negra, convergindo para um sistema de um-ho-mem-um-voto sem qualquer protecção dos interesses e direitos dos grupos étnicos».

Treurnicht afirma ainda que os projectos constitucionais indicam que os nacionalistas desejam forçar todos os grupos da África do Sul a integrar-se num Estado unitário artificial, sob um governo de maioria negra.

O JORNAL

6.9.1991

Soares na África do Sul

O Presidente da República, Mário Soares, foi oficialmente convidado a visitar a República da África do Sul. A divulgação da notícia foi feita por Frederik de Klerk na altura em que o líder sul-africano recebia as cartas credenciais do novo embaixador português em Pretória, Jorge Rito. De Klerk convidou Soares durante a sua última passagem por Lisboa. O presidente sul-africano destacou a forma como o Governo português tem vindo a cooperar na resolução pacífica dos problemas com que se debatem os seus antigos territórios africanos, concretamente Angola e Moçambique.

« Un homme, une voix » en Afrique du Sud ?

Le Monde • Vendredi 6 septembre 1991 •

« **L**E racisme ne fait plus partie de notre vocabulaire », a assuré, mercredi 4 septembre, le président Frederik De Klerk, qui présentait son projet de « gouvernement constitutionnel dans une démocratie participative », devant un congrès extraordinaire du Parti national, acquis à ce nouvel ordre des choses.

« Le vote pour tous, mais pas le droit de dominer ou d'opprimer » : le chef de l'Etat a ainsi résumé ce projet qui va dans le sens du processus engagé depuis des mois et qui repose sur la notion de « partage du pouvoir ». Pour ce faire, il propose de créer une Chambre haute, chargée de défendre les intérêts des minorités, comme contrepoids à une Assemblée élue au suffrage universel direct et à la proportionnelle, selon le principe « un homme, une voix », revendiqué par les Noirs.

M. De Klerk s'inspire du modèle suisse pour prévoir un exécutif collégial, formé des dirigeants des trois principaux partis, qui éliraient, chaque année, à tour de rôle, l'un d'entre eux pour exercer les fonctions honorifiques de chef d'un Etat fortement décentralisé, composé de neuf régions, dotées d'un « gouvernement propre ».

Comme il s'y attendait, le Congrès national africain (ANC) a aussitôt vilipendé cette « recette pour un désastre » qui, selon lui, rendrait le pays « totalement ingouvernable », jugeant même que pareille approche « avait été à l'origine de la guerre civile qui a dévasté le Liban pendant quinze ans ». A l'autre bout de l'échiquier politique, le parti conservateur a tout bonnement vu, dans le projet constitutionnel de M. De Klerk, une « recette pour la révolution ». Au total, le chef de l'Etat n'aura reçu de satisfecit que de la part du chef du parti Inkatha à dominante zouloue, M. Mangosuthu Buthelezi, et du président du Parti démocrate, qui défend les vues de l'opposition blanche libérale.

POURTANT, M. De Klerk garde le moral. Il s'est dit persuadé de pouvoir trouver un « terrain d'entente » avec l'ANC autour de la table de négociations. A condition, toutefois, que les parties en présence ne retardent pas cette échéance inéluctable par toutes sortes de prétextes, de mesures dilatoires. A cet égard, la signature, mercredi, à Genève, d'un accord sur le rapatriement de quelque 40 000 exilés sud-africains est de nature à détendre le climat politique.

S'il demeure hostile à la formation d'un gouvernement de transition, voire à une suspension de la Constitution, considérant qu'il n'a pas été mandaté « pour remettre la totalité du pouvoir à l'ANC ou à qui que ce soit », M. De Klerk s'est, néanmoins, déclaré prêt à des « arrangements transitoires ». S'y résigner et le dire, c'est déjà, bel et bien, lancer la négociation.

Benjamim Formigo

FREDERIK W. De Klerk acabou nesta semana com a espinha dorsal da filosofia política do seu partido — o Partido Nacional — ao fazer aprovar pelo Congresso Federal extraordinário o fim da política dos bantustões e consagrar o princípio «Um Homem-Um Voto».

O fim da política dos bantustões pode ser lido como a negação do seu próprio partido, que a havia adoptado e a desenvolvia desde 1959. Foi nesse ano que o então líder do Partido Nacional, Hendrik Verwoerd, o homem que desenhara o sistema do «apartheid», deu corpo a uma aspiração dos visionários nacionalistas brancos que vinha de 1945: criar estados supostamente independentes, governados por etnias negras — sempre por alguém da confiança de Pretória — que atraíssem as várias etnias, deixando a África do Sul aos brancos.

Os bantustões desenvolveram-se, mas à medida que a revolta negra ia subindo também os bantustões iam mudando. A reviravolta mais significativa foi em 1987, quando Gen Bantu Holomisa tomou conta do Transkei, derrubando o homem de confiança de Pretória e manifestando o seu apoio ao ANC e a Nelson Mandela.

A África negra ia-se tornando independente e as pressões sobre a Comunidade Internacional cresceram ao ponto de a obrigarem a impor sanções económicas contra a África do Sul.

Em 1982, o então Presidente, P.W. Botha, teve a coragem de afirmar: «O 'apartheid' está fora de moda», abrindo uma crise no Partido Nacional que levou à rebelião de Andries Treurnicht, líder nacionalista do Transvaal. Frederik W. De Klerk surgiu em seu apoio. Todavia, as reformas introduzidas por Botha foram sempre tómidas.

Eleito Presidente pela minoria branca, De Klerk não tardou a declarar que era «preciso modificar radicalmente a imagem da África do Sul». Desde o início da sua Presidência, este afrikaaner procurou reformar o sistema e desfazer a sua imagem externa. Sempre que pôde, rompeu o cerco diplomático à África do Sul. Foi o primeiro Presidente sul-africano a visitar países africanos e a conquistar o respeito dos governos europeus. E, para o conseguir, foi paulatinamente desmatelando a estrutura interna do «apartheid».

A 15 de Outubro de 1989, foram libertados seis dirigentes históricos do ANC. Duas semanas mais tarde, o ANC realizou o seu primeiro comício autorizado no Soweto. A 2 de Fevereiro de 1990, legalizou o ANC e a 11 de Fevereiro libertou Nelson Mandela, preso havia 27 anos, em Robben Island.

O estado de emergência em vigor desde 12 de Junho de 1986 foi levantado a 8 de Junho de 1990 em três províncias em que vigorava. Durante este período, morreram seis mil negros, dos quais quatro mil na Província do Natal. Depois, veio a abolição do «apartheid» em hospitais e recintos públicos e a autorização para o regresso à África do Sul de 15 mil exilados do ANC.

Em Fevereiro de 1990, de Klerk anulou regras determinadas pelo estado de emer-

gência, legalizou organizações banidas e libertou centenas de presos políticos condenados a longas penas.

Mas Frederik De Klerk não tem só de lidar com a oposição da maioria negra e o desmantelamento do «apartheid» foi alternando com duras intervenções policiais contra grevistas e manifestantes negros e firmeza perante as posições negociais do ANC.

A oposição branca às reformas do Presidente sul-africano não pode ser esquecida. E, como se está a concluir, por vezes é de dentro do próprio sistema que as acções violentas entre negros são fomentadas. O poder de Frederik De Klerk não é absoluto.

A manutenção das sanções económicas contra a África do Sul é hoje dificilmente sustentável. A continuação das sanções norte-americanas tem a sua origem na necessidade que a Administração sente de responder ao eleitorado negro tendencialmente democrata. Na Comunidade Europeia, apenas três países, por razões também internas, se opõem ao levantamento das restrições comerciais com Pretória: França, Irlanda e Dinamarca.

A tentativa de golpe contra Mikhail Gorbatchov é um bom exemplo de como as forças conservadoras podem tentar aproveitar-se das situações de instabilidade e desagrado popular. O Ocidente foi exigido cada vez mais do líder soviético, dando-lhe em troca apoios platónicos. Frederik De Klerk ainda nem sequer recebeu do Ocidente esses apoios platónicos.

A situação económica sul-africana não é em nada semelhante à da URSS. No entanto, a instabilidade interna tende a aumentar, quer por descontentamento da maioria negra quer pela oposição da maioria branca, para quem o Presidente é já «um traídor».

Para a África Austral, a ligação à África do Sul é uma necessidade para o desenvolvimento regional. No futuro, dificilmente se pode imaginar um SADCC sem a participação de Pretória. Enquanto as sanções continuam, os trabalhadores emigrantes na África do Sul são cada vez menos e os fluxos de dinheiro que mandavam para os seus países de origem — como é o caso de Moçambique — estão reduzidos. As trocas comerciais na África Austral estão limitadas.

Um agravamento da situação económica sul-africana acarretará ainda mais instabilidade. E, se as propostas agora aprovadas por De Klerk estão longe de satisfazer a maioria negra que se apressou a recusá-las, também não é menos verdade que elas são princípios negociais. Como em todas as negociações, as partes começam com posições aparentemente irreconciliáveis para poderem obedecer ao movimento pendular das conversações.

O levantamento de sanções à África do Sul pode ser em termos internos o inequívoco sinal de respeitabilidade que Frederik De Klerk ganhou internacionalmente. Mas, para os investidores, estrangeiros é um sinal político importante. E Nelson Mandela não é seguramente o homem que quer ver o país por que tem lutado afundar-se economicamente e manter fora das suas fronteiras o capital internacional.

De Klerk determina o fim da política central do PN

OS «BANTUSTÕES» poderão desaparecer em breve do esquema organizativo da política sul-africana, caso venha a ser aceite como base de negociação a proposta de revisão constitucional apresentada pelo Presidente Frederik De Klerk. (Ver comentário na pág. 3).

Não menos importante que o fim da política dos Bantustões, defendida pelo PN há quase 40 anos, é a consagração na proposta do princípio «um homem um voto». A proposta, enunciada por De Klerk durante o congresso federal do Partido Nacional, reunido esta semana na cidade de Bloemfontein, inclui a realização de eleições por sufrágio universal e directo, «totalmente desprovido de qualquer base racial», mas adoptando medidas adequadas destinadas a impedir a maioria negra de «torpedear os direitos e valores» das minorias.

As propostas de De Klerk, apesar de criticadas à esquerda e à direita (naturalmente por diferentes motivos), constituem, na prática, o dobre de fendas do «apartheid». Fontes sul-africanas assinalam, a propósito, que este documento deverá necessariamente

sofrer ainda substanciais alterações, resultantes das inevitáveis conversações com as forças representativas da maioria negra.

O ANC manifestou desde logo a sua discordância com as propostas do PN, considerando-as uma «fórmula de desastre, que negará a um futuro

governo sul-africano o poder de libertar verdadeiramente o país da desgraça do «apartheid».

Os nacionalistas negros criticam designadamente o facto de o plano de De Klerk prever que o partido vencedor das eleições partilhe o poder com os que ocuparem os segundo e terceiro

lugares. O ANC alega que assim a minoria branca conseguiria estar representada nos órgãos de poder praticamente ao mesmo nível da maioria negra, dando ao PN a possibilidade de bloquear quaisquer decisões do futuro governo.

As propostas «não são mais que uma tentativa de disfarçar um veto das minorias», considera o ANC, sublinhando que o plano do PN foi «desenhado para evitar um governo efectivo de minorias».

Respondendo a estas acusações, De Klerk alega que «uma maioria, mesmo composta, poderá sempre utilizar o seu poder para suprimir as comunidades minoritárias e os direitos individuais».

«Não estamos preparados para substituir uma forma de dominação por outra. A dominação negra é tão inaceitável como a dominação branca», disse ainda o Presidente sul-africano.

O novo esquema elaborado pelo partido no poder desde 1948 assenta na criação de uma África do Sul federal, com nove regiões ou estados (sem



O líder do Partido Nacional propõe o fim do principal pilar do apartheid

EXPRESSO, SÁBADO 7 DE SETEMBRO DE 1991

(Continuação da 1ª página)

«bantustões») governados localmente. A nível central, é preconizada a separação entre os poderes legislativo, judicial e executivo.

De acordo com este sistema, o futuro Parlamento deveria consistir em duas câmaras: com poder legislativo, a primeira das quais eleita proporcionalmente através de um critério idêntico ao aplicado em Portugal.

A legislação nesta câmara seria aprovada por maioria simples, com excepção dos assuntos considerados de grande transcendência constitucional, para os quais seria exigida uma maioria qualificada de dois terços.

A segunda câmara, menor

que a anterior, seria constituída por igual número de assentos para cada região (qualquer que seja a sua população) e para cada partido com um número mínimo de votos, dispondo de direito de veto sobre a legislação aprovada na primeira câmara.

Quanto ao Executivo, o programa apresentado no congresso do Partido Nacional prevê a adopção do modelo suíço, em que um organismo colegial formado pelos líderes dos três principais partidos designaria rotativa e anualmente um dos seus membros para desempenhar as funções, essencialmente honoríficas, de chefe do Estado.

De Klerk justificou esta opção alegando que os «menores

poderes» que possui actualmente o Presidente constituem o «principal factor impeditivo da cooperação» entre todos os partidos sul-africanos.

Todavia, ao garantir aos partidos minoritários uma voz igual na segunda câmara, ainda que largamente ultrapassada por outras organizações no escrutínio eleitoral, De Klerk deixa claro que pretende assegurar a capacidade de intervenção do seu próprio partido.

Futuro passa por negociações

As propostas de revisão constitucional avançadas pelo PN deverão agora ser apreciadas

numa conferência multipartidária prevista para Outubro e, eventualmente, apresentadas durante os trabalhos da «conferência de paz» marcada para 14 de Setembro, destinada a tentar encontrar soluções para acabar com a violência incontrolável.

O dispositivo previsto por De Klerk deve cobrir o período, dito de «transição», entre a situação actual de monopólio da minoria branca sobre o poder político, o aparelho de Estado e as forças de segurança e o que será aberto pelas eleições gerais multirraciais, previstas, segundo confidências um ministro, no mais tardar para 1994. O esquema permitiria, na perspectiva do PN, que as organizações da

maioria negra fossem, daqui até lá, começando a participar na condução dos assuntos de Estado.

De Klerk tem ainda, no entanto, uma tarefa árdua pela frente. Terá de convencer as «bases» do PN, cada vez mais sensíveis — nomeadamente nas zonas rurais — às sirenes extremistas dos movimentos situados à sua direita. Terá ainda de convencer da credibilidade das suas propostas e da sua boa fé os representantes da maioria negra até à conferência multipartidária de Outubro.

Conferência que se anuncia, desde já, como o início da grande operação para a partilha total do poder na África do Sul.

(Continua na última página)

De Klerk quer partilha do poder

O presidente De Klerk fez uma defesa contundente e emotiva do projecto constitucional do Partido Nacional na Conferência de Bloemfontein, convocada com o fim específico de discutir as propostas que PN defenderá nas negociações multipartidárias.

O esboço da nova carta Magna elaborado pelos estrategas nacionalistas pretende, desfocar o fogo cruzado de interesses partidários, tribais e religiosos que fazem da África do Sul um caldeirão sempre em ebulição. Ele prevê nas suas linhas mestras dividir o país em 9 regiões federativas, governado a dois níveis: local com poderes fortes nos executivos regionais, e central com um governo eleito pelo sistema um homem-um voto, mas com duas câmaras parlamentares onde as minorias estejam representadas e defendidas.

Deixaria de existir a figura do Presidente da República, que seria substituída por um Conselho Presidencial formado por três ou cinco dirigentes dos maiores partidos, que ocupariam a presidência rotativamente. Esta fórmula de criar vários poderes dentro do Estado em vez de um forte e único poder executivo foi defendida pelo presidente De Klerk com a necessidade de criar ambiente propício à cooperação ao invés de uma constante batalha pela supremacia.

De Klerk citaria os exemplos da Alemanha e da Suíça, sistemas que «funcionam bem e inspiram moderação». Na

África do Sul, a maioria dos analistas acredita que um poder unitário seria o rastilho de conflitos crescentes, e que eventualmente degenerariam numa guerra civil generalizada. É humilhante para um zulu ter um presidente da tribo xhosa, da mesma forma que um xhosa nunca aceitaria ser governado por um «boer», com ou sem «apartheid», e um «boer» se recusaria a reconhecer um governo do ANC sem garantias constitucionais ou a concessão de um território próprio, como aliás consta da lista de exigências da direita.

Enquanto o Partido Democrático se declara satisfeito com as propostas de Constituição, considerando que PN foi enfim ao encontro das suas ideias na matéria, os Conservadores rejeitam em absoluto as propostas, afirmando que elas «constituem uma receita para a dominação negra e supressão dos brancos na África do Sul». De receitas fala também o Congresso Nacional Africano. Para o seu porta-voz, Saki Mokozone, a «Constituição» do partido governamental é «uma receita para o desastre».

Este breve painel de reacções faz perguntar: se este



Presidente sul-africano afirma «o racismo saiu do nosso vocabulário»

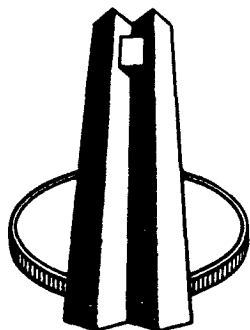
projecto de poder partilhado, preventivo de abusos e tendente a «despolitizar» a governação em benefício da eficiência administrativa, suscita comentários tão emotivos, como seria acolhido um poder absoluto como o que tem governado a África do Sul nas últimas décadas, mantendo a ordem à custa de um gigantesco poderio militar? A sensação que De Klerk transmitiu em Bloemfontein foi que tudo está a postos para começar a verdadeira discussão já amanhã.

Foi um discurso eloquente, seguro, que teve um alto nível de aceitação dentro e fora das fileiras do partido. Essa foi também a impressão transmitida por correspondentes dos cinco continentes presentes na Conferência do Estado Livre de Orange. Os próximos episódios da política sul-africana devem, entretanto, continuar a ser dominados pelo espectro da «dominação» nos tempos mais próximos.

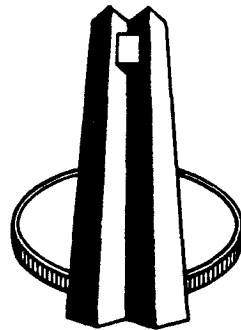
António Pina em Joanesburgo

SOUTH AFRICAN RESERVE BANK

"ECONOMIC GROWTH WITH FINANCIAL STABILITY"



Extracts from the address by Dr C. L. Stals, Governor of the
South African Reserve Bank, at the seventy-first ordinary general
meeting of shareholders of the Bank on 27 August 1991



Continued mild cyclical downswing

The economy has now been in a cyclical downswing since March 1989, i.e. for a period of nearly 30 months, compared with an average duration of 17 months for cyclical downturns in the post-war period. Although the downswing is of a relatively long duration its intensity has remained mild, as is reflected in the fact that *real gross domestic product* has contracted at an average annual rate of only about ½ per cent from the first quarter of 1989 to the second quarter of 1991.

On average the decrease in *real gross domestic expenditure* over the whole downswing period equalled an annual rate of only 2 per cent, which also represents a relatively mild decline and can be compared with declines of 9½ and 5 per cent per annum during the two preceding downswings.

Lower employment and higher wage costs

As can normally be expected during an economic downswing, growth of employment outside agriculture slowed down from 1½ per cent in 1988 to an average annual rate of ¼ per cent in the next two years. However, this low growth in employment was not only caused by cyclical factors, but was also the result of changes in the production structure of the economy. The non-agricultural sectors of the formal economy became increasingly unable to provide sufficient employment opportunities for a rapidly growing labour force.

Despite a substantial rise in unemployment, nominal salaries and wages continued to rise at high rates. Moreover, increases in labour productivity did not keep pace with real wage increases. Together these developments caused real unit labour costs to rise at an average annual rate of nearly 2 per cent in these two years.

Continuing unacceptably high rates of inflation

In the second half of 1990 the effect of the crisis in the Middle East on petroleum and related prices, together with rising food prices, interrupted an otherwise encouraging slowing-down in domestic price increases and further strengthened inflationary expectations. Accordingly, the rate of increase in consumer prices, measured over a period of twelve months, accelerated from 13,3 per cent in July 1990 to 15,3 per cent in November 1990, to fluctuate around this level up to June 1991.

Similarly, the rate of increase in the total production price index over periods of twelve months accelerated from 10,3 per cent in July 1990 to 15,8 per cent by November, but then fluctuated downwards to 14,1 per cent in June 1991.

Levelling-off in the growth rate of money supply and credit extension

Measured over a period of twelve months, the rate of increase in M3 dropped from a peak of 27,5 per cent in August 1988 to only 10,2 per cent in October 1990, before edging up slightly to 12,1 per cent at the end of 1990. Subsequently, however, the twelve-month rate of increase in M3 accelerated to 15,8 per cent in February 1991, to fluctuate around a level of 15 per cent up to the end of July 1991. This higher growth rate of the money supply must, however, not be seen as part of a new trend as it was related mainly to the re-intermediation of funding activities by banking institutions, brought



about by the implementation of the Deposit-taking Institutions Act from 1 February 1991.

Measured over a period of twelve months, the growth rate of monetary institutions' claims on the domestic private sector receded from a peak slightly above 30 per cent in October 1988 to about 13 per cent in January 1991. Thereafter it accelerated to 19 per cent in February and stayed above 16 per cent in the next four months, mainly because transactions previously treated as off-balance-sheet items were brought on balance sheet.

Further surpluses on current account of balance of payments

Although considerable fluctuations occurred from quarter to quarter during the course of the year, the *current account of the balance of payments* in 1990 again showed a remarkable overall surplus of R5,8 billion. The level of the surplus then declined to a seasonally adjusted annual rate of R3,9 billion in the first six months of 1991.

The net outflow of capital not related to reserves decreased from R6,2 billion in 1988 to R4,3 billion in 1989 and even further to R2,9 billion in 1990. In the first six months of 1991 the net outflow of capital amounted to only R1,3 billion. The improvement of the capital account during the past eighteen months was particularly significant since it occurred at a time when large amounts of foreign debt fell due for redemption. This clearly indicates a substantial refinancing of maturing debt, supplemented by the raising of new foreign funds by South African borrowers.

As a result of the overall improvement of the balance of payments, South Africa's *total net gold and other foreign reserves* increased by R3,9 billion in the eighteen months ended June 1991. Taking into account the substantial unused credit facilities available to the Reserve Bank at this stage, the potential total reserves are now considerably better positioned than at any time during the past six years to accommodate an economic upswing.

Stable effective exchange rate of the rand

Although the nominal exchange rate of the rand declined moderately over the nineteen months ended July 1991, this decline occurred in a stable and orderly manner. The decrease in the weighted nominal exchange rate of the rand averaged only ½ per cent per month. The real effective exchange rate of the rand, i.e. after taking account of international inflation rate differentials, rose by about 4 per cent from the end of 1989 up to June 1991.

Improved prospects for the economy

After two and a half years of recession, the economy is now reasonably well placed for a new upswing. Although recent trends in macro-economic statistics indicate a deepening of the recession in the first half of 1991, some developments nevertheless signal a bottoming-out or even a new upturn in economic activities in the near future:

- the leading indicator of the business cycle calculated by the Reserve Bank moved upwards for four months in succession from January to April 1991;
- the sharp increases in the total current expenditure of the public sector since the third quarter of 1990 provide some stimulus to overall demand. Total public sector expenditure has now become distinctly expansionary;
- the switch-over from general sales tax to a value added tax (VAT) system

SOUTH AFRICAN RESERVE BANK

- on 30 September 1991, on the basis announced by the Minister of Finance last week, presents a stimulatory fiscal package which should encourage both consumer and new capital investment expenditure;
- the further improvement in the overall balance of payments position and the recent rise in the foreign reserves provide some cushion for future increases in imports; and
 - the lifting of sanctions by many countries holds the promise of further increases in exports, and possibly also for some new capital inflows into South Africa.

MONETARY AND FINANCIAL POLICY

Balance of payments

The persistent need to finance continuous and substantial net capital outflows from the country since 1985 has been one of the main reasons for a relatively subdued domestic economy during this period. Over the period of six years from 1985 to 1990, the total net capital outflow amounted to almost R30 billion, and the current account surplus to R29 billion.

The policies followed during this period paid off over the past year when external political pressures on South Africa also abated and access to foreign money and capital markets opened up again, albeit to a limited extent at this stage. Supported by disciplined internal monetary and fiscal policies, the new attitude towards South Africa brought about a significant improvement in the overall balance of payments situation.

At this juncture, the Reserve Bank remains cautious in the balance of payments policy which it follows. With the experiences of the mid-nineteen eighties still fresh in memory we cannot be fully complacent about the present situation.

Money supply and interest rates

In pursuing its obligation to contribute towards the attainment of optimum long-term economic growth, the Reserve Bank over the past year continued with its efforts to keep the rate of increase in the money supply below the rate of inflation. The success achieved in 1990, when the M3 money supply increased by only 12.1 per cent, encouraged the Bank to reduce its guidelines for a desirable increase in M3 in 1991 to a range from 8 to 12 per cent, compared with a higher range of 11 to 15 per cent for the preceding year.

The abrupt increase in the twelve months' rate of growth in M3 from 10.2 per cent in January 1991 to a level of around 15 per cent in the following six months does not give reason for great concern. From the end of February, that is after the implementation of the new regulations issued in terms of the Deposit-taking Institutions Act of 1990, to the end of July 1991 the seasonally adjusted and annualised rate of growth in M3 amounted to only 11.7 per cent. This indicates that the current rate of growth of the money supply is still within the bounds of the guidelines for 1991. Nevertheless, it is still pushing against the upper limit and leaves little scope for any relaxation in monetary policy at this stage.

Despite the relatively depressed real economic activities in the country, the demand for credit from banking institutions remains brisk, indicating that not all borrowers are discouraged by the present level of interest rates. Over the twelve months up to the end of June 1991, the total claims of monetary institutions against the private sector increased by no less than R25.5 billion, which was more or less double the amount of total net saving by South Africans over the same period.

The financial system

New banking legislation was introduced in South Africa on 1 February 1991 when the Deposit-taking Institutions Act of 1990 came into effect. This Act, which replaced the Banks Act of 1965 and the Building Societies Act of 1986, has the following features:

- it creates a uniform legal framework for all deposit-taking institutions in the private sector which are based on an equity-financed structure, namely banking institutions, building societies and discount houses;
- it provides for a relatively wide definition of deposit-taking business, which has implications for what were previously regarded as "off-balance-sheet" activities, commercial paper issues, bank guarantees and other forms of financial intermediation;
- it places great emphasis on proper risk management and assigns greater responsibilities to managements of banks and external auditors in this regard; and
- it incorporates the internationally accepted capital adequacy proposals of the Basle Supervisors Committee.

Monetary policy objectives

In the Chairman's Address presented to the sixty-ninth ordinary general meeting of the shareholders of the Bank in August 1989, the objectives of monetary policy at that time were summarised as follows. Monetary policy in South Africa should strive to:

- stop the rising trend in inflation;
- replenish the low level of the country's foreign reserves;
- reduce the excessive rates of increase in bank credit extension to the private sector; and

- reduce the rate of increase in the money supply to within the Reserve Bank's accepted target range.

Reference was also made at the time to the need for some restraint on the high level of public expenditure in the country.

With these goals in mind, monetary policy remained relatively restrictive throughout the past year. Supported by a more positive attitude that is now emerging in the outside world towards South Africa in the wake of domestic political reforms, further progress could be made towards reaching the goals set for monetary policy during the past two years. We have by now succeeded in:

- steering the rate of increase in the money supply to within the guidelines set by the Reserve Bank, even after these guidelines had been reduced in two consecutive years;
- reducing the rate of increase in bank credit extension to the private sector to within a more acceptable range;
- replenishing the gold and foreign exchange reserves to a more comfortable level; and
- stabilising the average weighted value of the rand against the basket of currencies.

The rate of inflation, however, has remained stubbornly high and at this stage the financial disciplines applied thus far must be maintained. Without sufficient restraint there is a risk of losing the hard-won progress already made towards eventually achieving a more acceptable level of price stability in South Africa. The country cannot afford to rest content with a battle half won.

It is often argued that the social and political costs of achieving a low rate of inflation may be too high a price to pay for South Africa in its present situation. There are obviously costs involved in any fight against inflation, especially in the short term, but there will also be serious costs involved if inflation is not reduced.

Positive real rates of interest must be maintained, not only because of the need for a disciplined and ceaseless attack against inflation, but also because of the need to restructure the overall economy of South Africa. Realistic interest rates are needed for a proper allocation of resources. Such rates will encourage savings, provide an incentive for the more productive utilisation of capital, act as a catalyst in the restructuring of production structures to alleviate the growing unemployment, while recognising the relative scarcity of available funds needed for the financing of development.

The fight against inflation cannot be won, and eventual financial stability cannot be established by monetary policy alone. Support is needed from a disciplined fiscal policy, realistic wage and salary adjustments, and efficient and well-functioning markets for the rational pricing of goods and services, as well as for the use of money and capital.

CONCLUDING REMARKS

This does not mean that economic recovery will have to be delayed until there is scope again for a relaxation in monetary policy. The South African economy is not now suffering from excess demand. This is evidenced by the continuing surpluses on the current account of the balance of payments, the growing numbers of unemployed and the surplus capacity available in the manufacturing sector. Some stimulus, preferably from external sources and provided it is of the right kind, will not be out of place at this stage.

There is much evidence of a growing interest in South Africa by foreign traders, bankers and long-term investors. I have referred to the need of a healthy stimulation which could arise from growing exports, and a steady inflow of long-term investment funds. The balance of payments presents the most preferred route to a new expansionary phase in a country with an economy in which imports play such an important role as in South Africa. It is in our interest to entice foreign participation in the South African economy through the application of internationally recognised sound monetary and fiscal policies.

Domestic demand is already being stimulated by rising public sector expenditure. The recent announcement by the Minister of Finance that VAT will be introduced at a rate of only 10 per cent provides further fiscal stimulus that should contribute towards a revival in private sector consumer demand, and also in fixed investment.

The forementioned signs of a possible economic recovery in the near future are to be welcomed. Nobody can disclaim the fact that South Africa desperately needs economic growth, but it must be growth that will be sustainable and that will benefit all the people of the country. Such growth simply cannot be generated by the artificial creation of more money. The desired higher economic growth will only be attainable, in the long as well as in the short run, in an environment of sustainable financial stability. Notwithstanding the present relatively depressed economic conditions in the country, it must therefore still remain the first objective of the Reserve Bank to strive for greater financial stability in order to ensure maximum economic prosperity, for now and for the future.

Pretória vende reservas de petróleo

DOMINGO, 8 SETEMBRO 1991

PÚBLICO

A MEDIDA anunciada pelo Governo sul-africano de que irá vender, no mercado mundial, grande parte das suas reservas petrolíferas está a provocar expectativa quanto aos efeitos que poderá ter, a curto prazo, nos preços do "crude". Os números adiantados por Pretória apontam para um movimento de, pelo menos, 400 milhões de dólares (cerca de 59,2 milhões de contos).

Nos anos em que esteve submetida a sanções económicas internacionais, a África do Sul constituiu gigantescas reservas estratégicas e tudo o que se relacionava com elas era considerado segredo de Estado. Ao que parece, os responsáveis pelo sector energético armazenaram o petróleo que adquiriam sob as mais variadas formas — desde reservatórios construídos por todo o país à utilização de antigas minas de carvão.

As exigências técnicas para evitar a evaporação inerente ao armazenamento

por períodos tão longos originou inovações tecnológicas, ao mesmo tempo que, durante alguns anos, vigorou um sistema de semi-acionamento.

A situação de abundância no mercado facilitou as medidas sul-africanas para contornar o embargo e, mais recentemente, o fim de vários itens das sanções tornou desnecessário manter as reservas nos níveis em que se encontravam. Por seu lado, a evolução política na África Austral e a melhoria das relações com Angola, produtor importante e geograficamente próximo, reforçam a tendência para a normalização do "stock".

Diversos observadores em Joanesburgo acentuam que a venda de mil milhões de rands em petróleo facultará a Pretória os meios de que necessita para accionar determinados programas, sem que isso afecte a sua política de contenção orçamental. ■

Jonuel Gonçalves

Nova Constituição e novo sistema eleitoral na África do Sul ANC rejeita propostas de De Klerk

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 6 SETEMBRO 1991

O CONGRESSO Nacional Africano (ANC) de Nelson Mandela rejeitou as propostas apresentadas pelo Presidente Frederik de Klerk relativas à nova Constituição e ao futuro Governo sul-africano.

O plano de De Klerk prevê a instauração do sistema "uma pessoa, um voto", desde sempre reivindicado pela maioria negra do país, pondo assim termo na prática ao "apartheid". No entanto, o ANC considera que as propostas constituem uma "fórmula de desastre, que negará a um futuro governo sul-africano o poder de libertar verdadeiramente o país da desgraça do 'apartheid'".

O que os nacionalistas negros criticam no plano apresentado na quarta-feira por De Klerk é o facto de este prever que o partido vencedor das eleições partilhe o poder com os que ocuparem os segundo e terceiro lugares. Este sistema deveria vigorar quer na Presidência, quer no Governo, onde as decisões seriam tomadas por consenso. Partindo do exemplo do sistema federal suíço, o Partido Nacional defende a existência de uma Presidência colectiva, ocupada de forma rotativa pelos líderes dos três principais partidos.

O ANC alega que assim a minoria branca conseguiria estar representada nos órgãos de poder praticamente ao mesmo

nível da maioria negra. Na prática, isto significa que, mesmo que venha a perder as eleições, o Partido Nacional de De Klerk continuará a ter capacidade para bloquear quaisquer decisões do futuro Governo.

Ao apresentar este plano, o Presidente teve como principal preocupação evitar que um eventual Executivo de maioria negra venha a ter poder para prejudicar os grupos minoritários no país, nomeadamente os 4,5 milhões de brancos.

De Klerk, que apresentou as suas propostas durante um congresso especial do Partido Nacional, explicou que "uma maioria, mesmo composta, poderá sempre utilizar o seu poder para suprimir as comunidades minoritárias e os direitos individuais". E, acrescentou, "não estamos preparados para substituir uma forma de dominação por outra. A dominação negra é tão inaceitável como a dominação branca". Um país dominado por um único grupo, seja ele qual for, corre o risco de se desintegrar, disse ainda o Presidente sul-africano.

Apesar das críticas do ANC, De Klerk considera que "milhões" de negros apoiam as suas propostas. Os analistas políticos afirmam que o Presidente está a exagerar mas admitem que a maioria dos indianos e das comunidades mistas

do país, e cerca de 10 por cento dos negros estão efectivamente a favor do plano do Partido Nacional.

Na opinião do actual chefe de Estado sul-africano, o principal obstáculo a um entendimento entre brancos e negros é o facto do poder estar concentrado nas mãos de uma única pessoa: o Presidente. "Enquanto o Presidente executivo tiver nas mãos o poder que a actual Constituição lhe confere, haverá sempre uma competição agressiva entre os dirigentes partidários para alcançar essa posição".

A solução para a África do Sul baseia-se, afirma De Klerk, numa cooperação entre os partidos mais representativos, segundo um sistema em que "não há governantes nem subordinados". A fórmula rotativa proposta pelo Partido Nacional poderia incluir entre três e cinco Presidentes diferentes, conforme o número de partidos necessário para formar uma maioria clara. Na opinião do ANC, este sistema dará origem a um Governo fraco.

Responsáveis sul-africanos citados pelo "Washington Post" dizem, no entanto, que o plano agora apresentado servirá apenas como base para as futuras negociações entre o Governo de Pretória e os partidos negros e, portanto, poderá vir a sofrer profundas alterações. ■

Negociações constitucionais já começaram

• 47 •

PUBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 9 SETEMBRO 1991

Jorge Heitor*

Pode dizer-se que as negociações constitucionais já começaram na África do Sul, se bem que oficialmente isso só se verifique dentro de um mês ou dois. A forma como Mandela comenta o projecto governamental é entendida pelos observadores como o início do diálogo negocial.

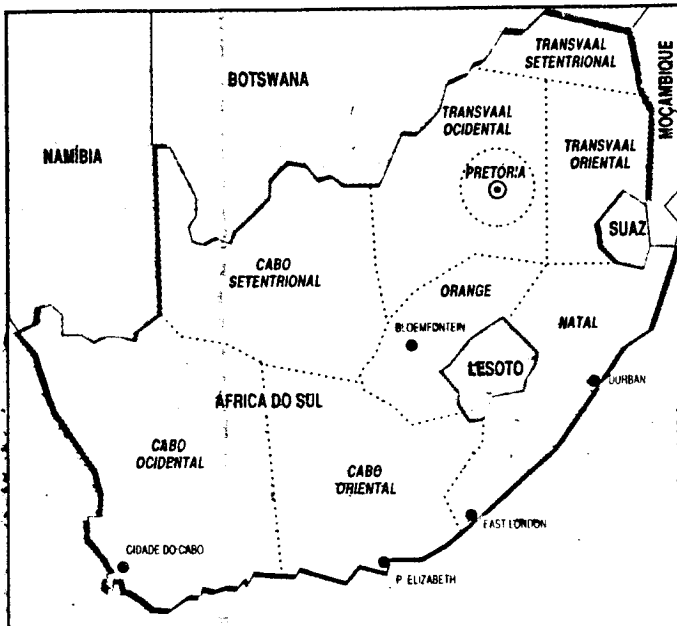
A violência prosseguiu ontem em território sul-africano, com 18 pessoas mortas e mais de 12 feridas na sequência de tiros contra um grupo de zulus partidários do Inkatha, no ghetto negro de Thokozza, a Leste de Joanesburgo.

Enquanto isto, os quatro congressos provinciais do Partido Nacional sul-africano garantiram a ratificação do plano constitucional aprovado há dias pelo respectivo congresso federal e de imediato criticado pelo Congresso Nacional Africano (ANC).

No fim de Agosto, tanto um como outro dos grandes parceiros da política que se faz na África do Sul, o Partido Nacional de Frederik de Klerk e o ANC de Nelson Mandela, colocaram perante o país os seus planos para o futuro. E no dia 14 vão assinar com o Inkatha um acordo em como se encontram verdadeiramente empenhados na paz e na coexistência.

Conforme escreveram no jornal "The Star", de Joanesburgo, os analistas Peter Fabricius e Shaun Johnson, a primeira vista notam-se grandes áreas de convergência, mas a um segundo olhar ressaltam as diferenças entre um e outro plano.

O convergente é que ambos reconhecem o princípio do sufrágio universal e pretendem um Parlamento de duas câmaras, com órgãos regionais e locais eleitos. O divergente é que o ANC concentra o poder, enquanto o Partido Nacional o dispersa, como se assim se tornasse mais fácil defender os interesses das minorias.



AS NOVE REGIÕES PROPOSTAS PELO PARTIDO NACIONAL

O arcebispo Desmond Tutu comentou mesmo que as propostas constitucionais do partido no poder visam defender os brancos, ao que o Presidente Frederik de Klerk retorquiu ser já tempo de se começar a pensar em termos de sul-africanos, em vez de se falar em brancos e em negros.

Mandela também criticou as propostas do Partido Nacional (NP), dizendo constituir "receita para uma paralisação governamental, planeada para evitar que um Governo de maioria tenha qualquer significado". Mas as suas palavras foram entendidas em alguns círculos como se as duas partes principais já tivessem começado a negociar o futuro constitucional da África do Sul, um mês ou dois antes de o fazerem formalmente.

O NP não deixou claro o futuro dos territórios negros a que já foi concedida uma independência muito controversa: Transkei, Bophutatswana, Venda e Ciskei. Mas, por outro lado, defendeu um Colégio Executivo para chefiar o país, como na Jugoslávia ou na Suíça. Colégio que seria formado por três a cinco elementos dos partidos com maior representação na primeira câmara do Parlamento.

Esses partidos, no seu conjunto, deveriam ter uma

maioria da câmara; e a Presidência do Colégio funcionaria numa base rotativa, de modo que numa altura o Presidente da África do Sul poderia ser Mandela e noutra altura De Klerk ou Mangosuthu Buthelezi, do Partido Inkatha.

Governo multipartidário

Um Governo multipartidário seria formado, segundo consenso a estabelecer no Colégio Executivo, ficando obrigado a seguir as directrizes do mesmo Colégio.

A primeira câmara seria eleita na base da representação proporcional, por sufrágio universal. Mas os poderes do partido mais representado ficariam limitados pela necessidade de uma maioria reforçada para alguns assuntos mais sensíveis, bem como pela necessidade de acordo com a segunda câmara.

Esta última, mais pequena, seria a sede do poder das minorias, representando as nove regiões em que o NP agora pretende dividir o país: Cabo Ocidental, Cabo Setentrional, Cabo Oriental, Natal, Transvaal Oriental, Transvaal Setentrional, Pretória-Witwatersrand e Transvaal Ocidental.

Cada partido que alcanças- se mais do que um determi-

do apoio mínimo nas eleições para a legislatura dessa região obterá aí um número de lugares idêntico ao dos outros partidos em igualdade de circunstâncias. E a segunda câmara competiria aprovar por maioria simples as leis já aprovadas na primeira câmara; aprovar por maioria de dois terços emendas à Constituição; e elaborar leis sobre os interesses específicos das minorias e regiões.

Mandela comentou que o ANC, mesmo com 70 por cento dos votos, ficaria na segunda câmara em minoria se contra ele se aliassem três partidos com 10 por cento de votos cada, mas com três quartos dos lugares.

Tribunal Constitucional

O plano do NP não menciona qualquer Tribunal Constitucional, mas destaca que a Constituição será a lei suprema do país.

Cada uma das nove regiões teria a sua própria legislatura, com sede em cidades como Cabo, Port Elizabeth, Bloemfontein, Durban e Nelspruit; bem como uma Comissão Executiva, espécie de Governo Regional.

A Comissão seria formada pelos chefes de todos os partidos com mais do que uma

percentagem mínima dos votos. Ou, se isso se mostrasse inviável, apenas pelos dirigentes dos partidos que em conjunto representassem uma maioria simples.

As autoridades regionais e locais ficariam com verdadeira autonomia quanto a certos assuntos não especificados, podendo designadamente colectar impostos.

Por seu turno, o ANC defendeu claramente um Estado unitário, que incluísse o Transkei, o Bophutatswana, o Venda e o Ciskei, com um forte Governo central.

O Chefe do Estado dirigiria o executivo, tal como acontece nos Estados Unidos. Mas resta ainda determinar se ele próprio seria eleito directamente pela população ou pelo Parlamento.

Haveria um Gabinete, dirigido por um primeiro-ministro, subordinado ao Presidente e designado por este, como na França.

A primeira câmara legislativa, Assembleia Nacional, seria eleita por representação proporcional dos votos obtidos por sufrágio universal. A segunda, um Senado, também seria eleita por sufrágio universal, mas de uma forma diferente, de forma a permitir a representação regional. Ficaria como "guardião da Constituição" e remetaria as polémicas constitucionais aos tribunais apropriados. Poderia rever e atrasar legislação proveniente da Assembleia Nacional, mas não vetá-la.

O projecto do ANC é contra a delimitação de círculos eleitorais, mas admite que haja listas de candidatos tanto a nível nacional como regional.

Um Tribunal Constitucional ficaria encarregado de interpretar a Constituição, que só poderia ser alterada por dois terços da Assembleia Nacional ou por dois terços das cidades em referendo.

As atribuições dos órgãos autárquicos e regionais seriam por delegação de poderes da administração central, que contribuiria a política fiscal.

Os dois projectos deverão agora ser presentes a uma conferência multipartidária, ainda sem data marcada, durante a qual se deverão pronunciar partidos, Igrejas, sindicatos, associações patronais e outros grupos de interesses.

*Com Steven Lang, em Joanesburgo

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 9 DE SETEMBRO DE 1991

Violência racial em Joanesburgo

☐ DEZOITO pessoas morreram e 14 ficaram feridas na sequência de um ataque perpetrado ontem contra elementos do partido Inkatha, do líder zulu Buthelezi, no gueto de Tokoza, a leste de Joanesburgo, anunciou a Polícia sul-africana. Os atacantes encontravam-se escondidos numa casa, donde atiraram sobre os militantes do Inkatha que se dirigiam para um comício.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 8 DE SETEMBRO DE 1991

Para esquecer

AS PROPOSTAS do Presidente sul-africano para as denominadas «negociações constitucionais» partem de uma clara desconfiança em relação ao comportamento futuro da maioria negra. Poderão ser compreensíveis os receios; aliás, *através de um esforço de consenso*, deverá fazer-se o que estiver ao alcance para evitar situações críticas. Respeitar as minorias precisa de surgir, na prática, como norma de ouro. Mas defender uma reorganização estrutural do país de forma a *impedir* que a maioria (quanto subir ao Poder) desrespeite as minorias, preconizar um plano que, no fundo, subverte o princípio de «um homem, um voto», além de ter contornos de provocação, afigura-se como iniciativa para esquecer. De Klerk surpreende com este passo em falso. Mas (ponderemos) é de admitir que não vislumbrasse outro espaço de manobra no Congresso do seu partido.

South Africa

The white card

FROM OUR SOUTH AFRICA CORRESPONDENT

AS THE ruling party puts its proposals on the table, the debate on a new constitution for South Africa starts in earnest. The African National Congress, President F.W. de Klerk's chief adversary, has predictably

rejected them as a subterfuge, designed so that whites can protect the "accumulated privileges of apartheid." That is the first of what will be many barbed exchanges.

Mr de Klerk, presenting the National Party's proposals to its special federal congress on September 4th, reflected the prevailing mood: "The next two years will determine the country's future for the next 50." He claims that his party now wants to extend rights to disenfranchised blacks, without jeopardising existing rights enjoyed by whites. For that, his party is offering mechanisms that it once rejected as useless.

The big change is the offer of universal adult suffrage. But, to ensure against the abuse of power—cynics would say, against black majority rule—the National Party advocates checks and balances. They include: proportional representation for a lower house and veto powers for an upper one; cabinet seats for all major parties; a collective presidency (as effective as Yugoslavia's?) with between three and five members; separation of powers between legislature, executive and judiciary, and between central, regional and local government; and a justiciable bill of rights. Instead of four provinces and ten tribal entities, South Africa would be divided into nine regions. The division between white cities and peripheral black townships would go.

The ANC and its allies are especially indignant about the notion of an upper house—presented by the National Party as a house of minorities—with the power to veto laws from the democratically elected lower chamber. It would have an equal number of members from each of the nine new regions; the parties getting 10% or more of the regional vote would divide that region's upper-house seats equally between them.

Small minorities would get big rewards. For instance, if Andries Treurnicht's far-right Conservative Party won 15% in the thinly populated Northern Cape, while the ANC won 60% in the dense Johannesburg region, each party would get the same number of upper-house seats. Legislation affecting constitutional matters would require a two-thirds majority in the upper house. So, quite probably, a tiny party like the Conservatives would be able to block legislation from a lower house in which the ANC had a large elected majority.

The ANC calls this a stratagem to deny power to the black majority. The National Party says race has nothing to do with it; the whole thing is based on principles from Germany, Switzerland and Australia, and anyway the system would protect all minorities, not just whites. Mr de Klerk admits that the proposals are merely an opening bid. If these are his party's maximum demands, it must also have a minimum set. The ANC will be trying to bargain it down to that, by peaceful means if possible.

THE ECONOMIST SEPTEMBER 7TH 1991

Le Monde • Mardi 10 septembre 1991

AFRIQUE DU SUD

*Des affrontements
entre partisans
de l'ANC et de l'Inkatha
ont fait
plus de 50 morts*

Au moins cinquante-quatre personnes ont été tuées, dimanche 8 septembre, au cours de la journée la plus sanglante dans les ghettos noirs depuis un an. Cette nouvelle vague de violences met en danger la signature de l'accord de paix, prévue pour samedi prochain, entre le gouvernement, le parti Inkatha, à dominante zouloue, et le Congrès national africain (ANC).

Selon la police, une embuscade a été tendue, dimanche matin, à Tokoza, à l'est de Johannesburg, au cours de laquelle ont été tués 18 sympathisants du chef zoulou, M. Mangosuthu Buthelezi, qui se rendaient à un rassemblement. Des commandos qui seraient formés de membres du parti Inkatha ont alors lancé des opérations de représailles dans les ghettos voisins de Katlehong, Tembisa et Mofolo et attaqué un foyer de travailleurs migrants dans le centre de Johannesburg.

Le responsable de la brigade de la jeunesse de l'Inkatha, M. Themba Khoza, a mis en cause la responsabilité de l'ANC dans ces violences, estimant qu'elles portaient «un coup aux espoirs de la convention de la paix». De son côté, le vice-président de l'ANC, M. Walter Sisulu, a condamné l'embuscade contre les militants de l'Inkatha et appelé les sympathisants de l'ANC «à ne pas permettre à cet acte de provocation injustifié de faire couler encore plus de sang». — (AFP.)

Le Monde • Mercredi 11 septembre 1991

AFRIQUE DU SUD : malgré les violences dans les ghettos noirs

L'ANC et l'Inkatha maintiennent le processus de réconciliation

Le massacre perpétré dimanche 8 septembre, dans le ghetto de Tokoza, à l'est de Johannesburg, par des tueurs non identifiés, et les représailles qui ont suivi — le dernier bilan fait état de quatre-vingt-quatre morts et autant de blessés — n'ont apparemment pas fait capoter le processus de réconciliation en cours entre le gouvernement, le Congrès national africain (ANC) et le parti Inkatha à dominante zouloue. D'autre part, par la voix du porte-parole du département d'Etat, les Etats-Unis ont demandé au gouvernement d'«enquêter de manière approfondie» sur ces actes de violences.

JOHANNESBURG

de notre correspondant

M. Nelson Mandela, pour l'ANC, et plusieurs responsables de l'Inkatha ont affirmé aussitôt après ce que la presse locale a qualifié de «bloody sunday» (dimanche sanglant) que rien n'empêcherait la signature, samedi prochain 14 septembre, à Johannesburg, d'un «accord de paix» tripartite conclu, en août, entre le gouvernement et les deux mouvements noirs rivaux, à l'initiative des puissantes Eglises locales et du non moins influent patronat.

Cet accord destiné à mettre fin à la violence endémique entre factions noires rivales, qui a fait près de dix mille morts depuis 1984, prévoit, notamment, un code de bonne conduite pour les forces de l'ordre et une sorte de pacte de non-agression entre les organisations politiques noires. Seule l'extrême droite blanche s'est tenue à l'écart de cet accord, qui doit ouvrir la voie à une conférence multipartite, prévue en octobre, au cours de laquelle sera débattu l'avenir constitutionnel du

pays. Les observateurs ont unanimement interprété le massacre de sympathisants de l'Inkatha à Tokoza, commis par un commando de trois ou quatre hommes armés de fusils d'assaut, comme une provocation destinée à faire échouer ce processus.

M. Mandela a affirmé, au cours d'une conférence de presse, que les tueurs n'appartenaient «à aucune organisation particulière». Manière de désigner, comme auteurs de ce bain de sang, une «troisième force», composée de militaires, de policiers ou de militants d'extrême droite.

A plusieurs reprises, lors de massacres dans les cités noires, des témoins ont dénoncé l'action de ces mystérieux commandos. Ces allégations, toujours démenties par les autorités de Pretoria, ont acquis quelque crédibilité lors de la révélation, en juillet, du «scandale de l'Inkathagate». La presse avait alors publié le témoignage d'un ex-militaire noir qui avait indiqué comment lui-même et ses camarades avaient été entraînés par les forces spéciales, dans un camp proche de la frontière avec le Mozambique, pour lancer des attaques, qui seraient fausement imputées à l'Inkatha, contre les sympathisants de l'ANC; cela dans le dessein de développer la tension entre l'ANC et l'Inkatha et de déstabiliser le mouvement de M. Mandela. — (Intérim.)

□ Trois militants d'extrême droite ont cessé leur grève de la faim. — Inculpés pour des attentats à la bombe et en grève de la faim depuis juillet afin d'obtenir le statut de prisonnier politique et l'amnistie, trois militants d'extrême droite ont mis fin à leur action, a annoncé leur avocat, lundi 9 septembre. Les trois hommes ont finalement accepté l'offre de mise en liberté sous caution que le parquet leur avait faite le 29 août. — (AFP.)

African democracy

Mobutu too

AFRICA'S surviving strongmen are watching doubtfully, as the wildest of them struggles to turn political reform to his advantage. If President Mobutu Sese Seko can contain Zaire's reform movement, by skilled management of the "national conference" to which he is committed, Presidents Daniel arap Moi of Kenya and Paul Biya of Cameroon will breathe more easily.

National conferences, of which the first was held in Benin in February 1990, are the favourite device of French-speaking African states for charting the course towards multi-party constitutional and electoral reform. Zaire's conference opened on July 31st, allowing one week for the 2,850 delegates, summoned by a government-dominated commission, to register. When the commission accredited an extra 600 delegates, the opposition cried foul.

It seemed that President Mobutu was practising safety in numbers (of his own supporters)—although even the original cast of delegates was heavily biased towards him. The serious opposition, which calls itself the "Sacred Union", had decided to join in the conference only days before its opening. When the bogus delegates turned up it promptly withdrew, calling for a general strike and street protests. In the capital, Kinshasa, demonstrators and security services clashed violently on September 2nd. The government spoke of one death, opposition sources of "dozens".

Along the West African coast, in Togo, another strongman meanwhile seemed to capitulate to his own national conference. President Gnassingbé Eyadéma, claiming that he had been insulted by delegates, had earlier ringed the conference hall with troops and announced the suspension of proceedings. On August 28th he changed tack and recognised the conference's choice of prime minister, thus earning himself praise from Edith Cresson, the French prime minister, and a little more time.

Long-serving heads of African states, after years of near-absolute power, may well worry about their personal futures. Few relish the idea of a quiet retirement, and for some that is not an option; their elected successors would bring charges of mismanagement and embezzlement. There is no peace for them even in the south of France. Since the fall of Ferdinand Marcos, once of the Philippines, international lawyers have seen that fat fees may be earned by combing financial centres for missing funds.

The old leaders fight to stay on, albeit with lesser powers. In Côte d'Ivoire, for example, the aged but agile President Félix Houphouët-Boigny publicly accepted multi-party rule in May 1990. By the end of

that year he had organised pluralist presidential and legislative elections, which he and his party won with ease and not too much manipulation. In the same month President Omar Bongo of Gabon hastily conceded a national conference, emerging with reduced but considerable power.

A national conference, if speedily conducted, can both limit the time available to critics and provide a safe channel for long-suppressed criticisms. In Togo, President Eyadéma heard delegates discuss his security men's methods of torture. In Congo, where the conference lasted three months, President Denis Sassou-Nguesso was accused of murdering an earlier head of state, Captain Marien Ngouabi, in 1977; the conference ended in June with the president and his party humiliated. The Zairean opposition will want to hear about capital flight during Mr Mobutu's term of office.

Short conferences are cheaper, too. To keep the atmosphere pleasant, and to limit criticisms, delegates are granted substantial daily allowances; journalists get better facilities, and the public fascinating live broadcasts. In June the Zairean government allocated \$30m for a conference which it hoped to restrict to three weeks. The Congo conference may have cost \$100m. The political gains will be harder to reckon.

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 6 SETEMBRO 1991

Mobutu em colapso

A SITUAÇÃO no Zaire "é particularmente grave" e o país "está à beira do colapso", alertou ontem o ministro belga dos Negócios Estrangeiros. Marc Eyskens referia-se a motins e incidentes em Kinshasa e noutras cidades do país, ocorridos desde o início da semana e que terão causado entre dois a quatro mortos. O ministro declarou ser "mais do que nunca necessário" que o regime de Mobutu Sese Seko, o Presidente no poder há 26 anos, "avance com as reformas democráticas". O correspondente da France Presse em Kinshasa referia ontem confrontos esporádicos na capital entre elementos do partido no poder e da oposição; informações não confirmadas referiam que sedes de partidos da oposição tinham sido saqueadas. ■

Le Monde - 03/09/91

□ ZAIRE: reprise de la Conférence nationale. - La Conférence nationale reprendra ses travaux mercredi 4 septembre, a annoncé, dimanche, la radio nationale. La réunion devrait avoir lieu avec la participation de l'Union sacrée, coalition d'opposition, qui avait boycotté la Conférence depuis son ouverture. - (Reuter.)

THE ECONOMIST SEPTEMBER 7TH 1991

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 6 SETEMBRO 1991

Kaunda sob pressão

O MOVIMENTO para a Democracia Multipartidária, principal grupo de oposição na Zâmbia, pediu ontem ao Presidente Kenneth Kaunda que levante o estado de emergência, em vigor há 27 anos, antes das eleições livres marcadas para 31 de Outubro. Kaunda prometeu tomar essa medida em Setembro, mas ainda não deu qualquer sinal de que o possa fazer e diplomatas europeus em Lusaca acreditam que isso só acontecerá depois das eleições. As mesmas fontes acreditam que a oposição ganhará o escrutínio, abrindo caminho para o fim do regime de Kaunda, que governa o país desde a independência, em 1964. ■

Zâmbia promove construção de estradas económicas

Assunção Almeida

Correspondente em Joanesburgo

Um produto químico fabricado na África do Sul, o ISS, permite a construção de estradas com uma redução de preços em cerca de 75 por cento em relação aos materiais tradicionais, para além de não necessitar de qualquer manutenção posterior.

Em consequência do isolamento político internacional, o produto químico ISS (Ionic Soil Stabilizer), fabricado na África do Sul, tem sido aplicado apenas em estradas internas do país. Só recentemente, com a abertura da comunidade mundial às transformações em curso na África do Sul, este produto começou a ser procurado por países da África Austral como Madagáscar, a Zâmbia e Moçambique.

A Zâmbia está neste momento a implementar um programa de construção de estradas económicas com a aplicação do produto ISS fabricado na África do Sul. O primeiro lance de estrada foi feito nos arredores de Lusaca, no mês de Junho e, dados os excelentes resultados que o novo método proporciona (mais simples, mais rápido, comprovadamente eficiente e, ainda, 75 por cento mais barato do que a construção de estradas pelos processos convencionais com cal e cimento), o Ministério das Estradas da Zâmbia vai construir mais rodovias no interior do país, ligando espe-

cialmente zonas rurais, para o que está a obter considerável ajuda internacional, como referiu ao DN o director da Road Material Stabilizers, responsável pelo mercado internacional do ISS.

Errol Joffie revelou ainda que, nos últimos meses, técnicos britânicos e de países nórdicos deslocaram-se à África do Sul para pesquisar *in loco* as condições do uso das estradas que nas duas últimas décadas têm sido construídas pelo método ISS em diversas municipalidades sul-africanas.

Estrada dentro de um tambor

Regista-se que vários milhares de quilómetros de estradas ISS estão construídas nos concelhos de Springs, Midrand e Kempton Park (Transvaal), East London (Cabo), Newcastle (Natal), Bloemfontein e Kleksadoorp (Orange).

O empresário sul-africano sublinhou que este método está internacionalmente espalhado, pois a invenção do produto químico é de patente

americana. Assim, devido às restrições de comércio com a África do Sul, estradas económicas estão a ser construídas em vários países do centro e leste de África sem ser com o produto fabricado na África do Sul mas através de companhia internacional sediada nos Estados Unidos, com fábricas em vários pontos do globo.

Referiu ainda que «as vantagens do método ISS relativamente aos outros processos convencionais de construção de estradas é que, com o mesmo orçamento, pode-se obter mais 75 por cento de estrada, ou seja, é um método mais económico, mas cuja qualidade é incontestável, conforme os testes e conclusões de relatórios de entidades oficiais e organizações independentes de diversas partes do mundo. A segunda vantagem, não menos importante, é que pelo menos fica construído por dia um quilómetro, enquanto no processo normal de construção com cal e cimento se obtém apenas um metro concluído por dia».

Além disso, o ISS («estrada dentro de um tambor») é a solução durável para os problemas de estrada, como lama, sulcos, erosão, buracos, poupando-se muito na manutenção. Quer dizer, além da estrada ser mais económica na construção, as mesmas não precisam de manutenção posterior, o que representa uma significativa poupança para as

entidades governamentais, camarárias ou empresas privadas que têm necessidade de dispor de troços de estrada.

Outro factor a assinalar é que a estrada pelo método ISS é construída com equipamento convencional de gradar, aplicar o produto químico diluído em água usando um camião-cisterna, regradar a estrada e fazer o perfil, compactar, ficando a estrada imediatamente disponível ao tráfego.

Camião com minério de 120 toneladas

«Quem nos adquire o produto químico para construir estrada é assistido por técnicos da nossa empresa que fazem uma demonstração prática (de um quilómetro) e preparam pessoal local para saber manusear o produto e efectuar aplicação correcta. Uma vez aplicado, 150 milímetros de solo ficam impermeáveis, motivo por que quando se dão as enxurradas, as estradas construídas pelo método ISS não ficam com troços desaparecidos após as grandes chuvas, já que a água não se infiltra no solo. Ela corre sobre o pavimento ou segue cursos sem afectar o traçado da via», explicou Errol Joffie.

«Por isso, se a estrada ficar natural, nunca crescem ervas ou plantas porque as raízes não conseguem sobreviver já que não têm água, ou seja,

nunca poderá crescer vegetação ao longo da estrada. Poderá ser aplicada uma camada de asfalto, pavimentando-se de forma definitiva a estrada», acrescentou.

Além da vantagem do custo, rapidez, uso de equipamento convencional para construir e sem necessidade de manutenção posterior, existe o facto da estrada ISS «comprovar-se em perfeitas condições quando utilizada mesmo em rotas de tráfego principal com camiões carregados de minério pesando 120 toneladas», como confirmou um teste oficial do Departamento de Minas do Chile em 1976.

Para países africanos de grandes extensões territoriais e com a falta de uma rede viária para ligar centros produtivos aos pontos de mercado, ou para atingir portos ou rotas de exportação, torna-se inegável a grande utilidade da construção de estradas económicas ISS. Por isso, além da África do Sul, existem já rodovias idênticas nos países BLS (Botswana, Lesotho e Suazilândia). A Namíbia é outro dos países vizinhos que dispõe de estrada económica, bem como o Malawi (único país africano que possui embaixada em Pretória).

Madagáscar, depois do lance experimental em Antananarivo, está agora em negociações para construir 100 kms de estrada no interior do país.

«A maior parte dos gover-

nos africanos, além da demonstração prática, pretendem que o lance construído fique pronto antes da estação das chuvas, para avaliarem o comportamento da estrada económica durante a época chuvosa. Os próprios ministros deslocam-se ao local antes e depois, pelo que, por exemplo, após o lance de demonstração em Lusaca, a Zâmbia já construiu 18 quilómetros e está extremamente interessada em prosseguir o plano de implementação de caminhos económicos, uma vez que dispõe de assistência técnico-financeira internacional», observou o nosso entrevistado.

Um tambor ISS (220 litros) já se encontra em Moçambique, o que corresponde a um quilómetro de estrada. «Para fazer a demonstração prática, seguiu para Maputo o director-geral de Network Industries, Ken Ellingworth, que, após efectuar o primeiro lance de estrada económica, irá ter contactos com entidades oficiais do sector de obras públicas a fim de fazer um primeiro levantamento das estradas em perspectiva, particularmente numa área em que a própria África do Sul está directamente envolvida em termos de projecto hidroeléctrico, a zona de grande potencialidade económica e desenvolvimento regional que é Cabora Bassa», revelou ao DN o especialista sul-africano Errol Joffie.